

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

*Da fartura à escassez:
a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte
do Espírito Santo*

Simone Raquel Batista Ferreira

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
para a obtenção do título de MESTRE ,
sob a orientação do Professor Doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

maio 2002

Índice

Agradecimentos

Apresentação.....	3
1. Referenciais teóricos e procedimentos de uma pesquisa participante.....	8
2. Uma “donzela no sertão”: a Vila de Itaúnas e seu entorno rural.....	14
3. Histórias vívidas	
3.1. Primeiros relatos.....	25
3.2. A Vila Antiga –um passado sob a areia.....	31
3.3. “Terra a rola” e Modo de Vida	39
3.4. Práticas extrativistas no mar e na floresta: pesca, caça, cestaria, uso de ervas e madeira.....	46
3.5. Presença negra no Ticumbi, Jongo e quilombos.....	60
4. Lógicas diversas, Territórios sobrepostos	
4.1. “Vocação madeireira”	72
4.2. A Terra e o Mar.....	79
4.3. A produção de celulose no Espírito Santo –dos governos militares ao momento atual.....	93
4.4. Implantação do Parque Estadual de Itaúnas.....	114
5. Evidências empíricas x Ideologias –impactos socioambientais da monocultura do eucalipto.....	123
6. História de perdas. Recuperação possível ?	
6.1. Movimento Alerta contra o Deserto Verde.....	142
6.2. Projetos em Itaúnas.....	154
7. Considerações finais.....	160
8. Referenciais bibliográficos, cartográficos e fotográficos.....	163

A toda a comunidade de Itaúnas, a quem dedico este trabalho,
pelas belas horas de prosa e histórias sobre seu passado e o assuntar do seu presente, pelos
benzimentos e unguentos, pelas ladainhas, Ticumbis e tambores do Jongo,
pelas noites de forró, pelas canoas no mar;

ao Caboquinho, com seu tempo de pescador estampado na fala e sua serenidade sábia;

ao Umberto, caboclo quilombola e Rei de Congo de uma sensibilidade grande, que se verte
em lágrimas durante o culto de São Benedito;

a Dona Dorota, mãe do saber de benzimentos e da alquimia das plantas, ervas e raízes;

ao Mané Vito, com seus 100 anos ou mais de memória e participação viva nas
“brincadeiras” do Ticumbi e Jongo;

a Zirinha e Dentina, mulheres da comunidade do Angelin,
com sua doçura também presente nos deliciosos beijos de goma e de massa, de coco e de
amendoim;

à Companhia Ofício da Terra, por seu trabalho de resgate dos saberes mágicos das ervas;

às comunidades remanescentes de quilombos que ainda resistem, vivendo dentro da
monocultura do eucalipto e lutando por manter suas tradições;

ao Anderson, pelas infindáveis conversas que alimentam um sonho por justiça;

ao Ênio, pelo arcabouço de “sacadas” históricas e geográficas que situam o lugar;

aos camaradas do Movimento Alerta Contra o Deserto Verde, pelo intercâmbio de
informações e construção conjunta de conhecimento
e movimentação social;

a Gisele Girardi, pela produção e fornecimento de documentação cartográfica atualizada a
respeito do uso do solo;

a Selminha, pela paciência no desvendar da árvore genealógica da comunidade de Itaúnas;

à professora Maria Regina Cunha de Toledo Sader, que iniciou a orientação, pela sensibilidade da percepção no desvendar do universo simbólico e comunal de pequenos grupos humanos da roça, do mar e da floresta;

ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que desenvolveu a orientação da pesquisa em sua etapa final, pelo compromisso do trabalho intelectual com as demandas sociais;

ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa durante 2 anos;

a Lúcia, grande mulher e amiga, pela troca, torcida e disponibilidade sempre presente para a remessa de textos, teses e outros materiais necessários à pesquisa em solo capixaba;

a tia Creta, pelo fornecimento de bibliografias tão úteis;

aos meus pais Maria Aparecida e Leonel, pelo amor e inúmeras “quebradas de galho”;

ao Kauê querido, pela sensibilidade, compreensão e companheirismo;

e a todos os demais que contribuíram para a construção deste trabalho,

meus sinceros agradecimentos.

Itaúnas, janeiro de 2.002.

“ – Tá com uns dia que eu num como uma piaba de peixe !

– Aqui não dá pra pegar mais ?

– É difícil. Pode de ter, mas é tudo miudinho, então, tem que deixar ver se conserva, que...cria. Que antigamente não, antigamente você saía uma hora dessa pro rio, quando era aí pra boca da noite, você chegava com uma muquecada de peixe ! Peguei traíra aí de 3 quilo ! Tinha uma, tinha um negócio aí de eu pegar peixe, eu mirava 3 veiz no dia, eu mirava de manhã, meio dia, de tardezinha. Trazia peixe ... Primeiro salgava que chegava a ficar amarelinho. Hoje vocês num...num tem peixe ! Nem o peixe do mar memo, hoje num tem ! Num tem, a fartura que a gente tinha antigamente, num tem !” (Umberto, 55 anos, 27.09.99)

Apresentação

“Da fartura à escassez - a agroindústria de celulose e o fim de territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo”.

Esta pesquisa teve como objetivo o *levantamento dos impactos socioambientais da monocultura do eucalipto* para a comunidade de Itaúnas -estendendo-se a outras comunidades do entorno que ainda suprem sua subsistência através de práticas extrativistas- e, num segundo momento, contribuiu na busca por possíveis *alternativas de reversão destes impactos*.

O *modo de vida* das *comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras ou quilombolas* do Extremo Norte do Espírito Santo baseava-se no trabalho familiar, no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela farta floresta tropical litorânea –que supria as necessidades de água, frutos, madeira, ervas medicinais, pescado, caça - e na disponibilidade de terras que permitia o cultivo dos roçados. No início da investigação, pudemos checar que, no final do século XX, algumas destas atividades tradicionais estavam no limite de sua existência, devido à destruição de grande área da floresta tropical, seus bichos, frutos, peixes, suas águas. Esta região, inserida no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Itaúnas, passara pela exploração da madeira-de-lei em larga escala a partir da década de 1920, seguida pela monocultura do eucalipto para produção de celulose, incentivada pelo Estado Brasileiro a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) e concentrada nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

A *agroindústria* de celulose que se implantava trazia em si a lógica da otimização do recurso natural através da mecanização da produção e do uso intensivo de agrotóxicos em grandes extensões de terra. A nova escala e forma de utilização do recurso natural *terra* trazida pela *agroindústria* produziu o fim das ***terras de uso comum*** –matas, cursos d’água, lagoas e brejos-, que supriam grande parte das necessidades de alimentação, medicamentos, lenha e outras. A nova interferência no meio natural consuma a destruição das matas, o assoreamento, a contaminação e a morte dos rios, a perda de solos, da proteína animal da caça e do peixe, dos frutos e da madeira, produzindo a imediata alteração no modo de organização e reprodução econômica, social e cultural das comunidades locais. O novo

território da agroindústria implanta-se sobre o território destas comunidades, através de um modelo de exploração econômica de elevados *impactos socioambientais*.

Em 1991, a implantação do Parque Estadual de Itaúnas, *Unidade de Conservação de Proteção Integral* administrada pela Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente, veio representar a sobreposição de mais um território, o estatal, regido pela lógica da preservação ambiental. No antigo *território de uso comum* das comunidades passava a predominar a lógica da propriedade privada, monopolizada, burocratizada e consolidada sob o aval e incentivo do Estado.

A história da comunidade de Itaúnas configura-se numa *história de perdas*: a antiga Vila de Itaúnas, ponto de convergência do “sertão”, foi soterrada pelas areias da restinga desmatada; grande parte da “terra a rola” que compreendia florestas, rios e “posses livres” foi transformada numa massacrante monocultura de eucalipto com vários cursos d’água contaminados e mortos, solos estéreis, ausência de alimento e perda da liberdade; e uma significativa parte das áreas restantes não ocupadas pela monocultura do eucalipto foi transformada em Parque e Reserva Legal das empresas.

Entretanto, algumas práticas e valores tradicionais insistem em permanecer, como a pesca em canoas realizada no mar, rios e brejos, as benzedeadas, rezadeiras e o uso de ervas medicinais, o forte sentimento religioso celebrado nas ladainhas, festas de santo e brincadeiras –Ticumbi, Jongo e Samba de São Benedito-, a produção de farinha nas farinheiras das roças e as relações familiares e de compadrio, que ainda constituem forte base de organização social da comunidade.

Estas evidências nos levantam questões sobre a possibilidade de manutenção do *modo de vida* da comunidade: como as atividades tradicionais se mantêm, inseridas que estão no universo do uso direto e cotidiano do recurso natural ?

O trabalho de campo possibilitou o conhecimento destas resistências e contribuiu para o desejo de se efetivar a *pesquisa participante*, através da discussão e busca de alternativas para a reversão dos impactos sofridos não só pela comunidade de Itaúnas, mas também por outras que se localizam no Extremo Norte do Espírito Santo e se organizam sob o mesmo modo de vida. Os referenciais teóricos e metodológicos adotados pela pesquisa participante são tratados no primeiro capítulo.

O segundo capítulo procura situar Itaúnas em seu contexto atual, enquanto distrito do município de Conceição da Barra, em cuja zona rural encontra-se a majoritária monocultura do eucalipto para produção de celulose seguida da cana-de-açúcar para destilarias, extensos territórios que cercam as comunidades rurais nativas e os mais recentes assentamentos. Os núcleos urbanos litorâneos –a sede do município e a Vila de Itaúnas- vêm movimentando sua economia através do turismo e da pesca, enquanto os distritos e povoações interioranas fornecem mão-de-obra para a cana, para a produção de carvão e em menor quantidade para os plantios de eucalipto. Um apanhado histórico do município e o processo de transformações sociais, econômicas e ambientais aí vivenciadas encontram-se no terceiro e quarto capítulos, que permitem o inevitável exercício comparativo entre as origens, a situação atual e suas diferentes lógicas sobrepostas no espaço.

Os impactos sociambientais advindos da monocultura do eucalipto são tratados no quinto capítulo, através de estudos científicos sobre as características físicas do lugar e sua dinâmica original junto a depoimentos de experiências empíricas, fontes que permitem o questionamento do discurso “ecologicamente correto” difundido pelas empresas produtoras de celulose.

Atingindo o cerne dos objetivos da pesquisa participante, o sexto capítulo relata o nascer e as conquistas vislumbradas e alcançadas por movimentos sociais que engendram projetos alternativos de reversão da degradação socioambiental local e também de todo o estado do Espírito Santo, inserindo a questão numa discussão mais ampla.

Finalizando embasado nas evidências colhidas e presenciadas, o sétimo capítulo procura trazer a reflexão acerca da postura do Estado brasileiro em relação às comunidades tradicionais, sua existência, seus saberes e suas necessidades, e se despede, desejando ter semeado algumas reflexões e esperanças.

Referenciais teóricos e procedimentos de uma pesquisa participante

Ao conhecer Itaúnas, uma contradição aparece estampada na paisagem: grandes extensões de terra cobertas pela monocultura do eucalipto circundando uma comunidade com características tradicionais que ainda persistem. A lógica do uso do solo na monocultura é adversa ao modo de vida local, predominantemente extrativista.

A busca pelo entendimento deste conflito, do seu estabelecimento ao momento atual, é um amplo universo a ser desvendado, uma vez que são bem escassos os registros escritos sobre esta problemática, presentes em sua maior parte na memória das comunidades locais. A *tradição oral* das **comunidades tradicionais** guia ainda mais o registro das histórias vividas para as entrevistas, os depoimentos, os provérbios, as crenças e a medicina popular, fontes de conhecimento sobre a memória coletiva. A *história oral* é instrumento metodológico que possibilita dar voz aos sujeitos que vivenciam as transformações em seu lugar:

*“História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. (...) A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado”.*¹

Aos primeiros relatos da comunidade seguiu-se o *levantamento bibliográfico* preliminar sobre o tema, composto por trabalhos acadêmicos produzidos pela Geografia. Estes trabalhos trouxeram visões histórico-geográficas acerca das transformações vivenciadas no Extremo Norte do Espírito Santo, que tiveram seu início com a urbanização do Centro-Sul do país no Pós-Guerra e consolidaram-se através do I Plano Nacional de Papel e Celulose (1974), projeto de exportação de celulose do Governo Militar. Paralelamente a estas leituras específicas, houve as leituras mais gerais, vinculadas aos cursos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que versavam sobre aspectos teórico-

metodológicos da Geografia Agrária, da Antropologia, bem como sobre a caracterização histórica do período Pós-Guerra.

O término dos cursos da Pós-Graduação conjugou-se com minha mudança para a área de estudo (dezembro 1998). Estar vivendo na comunidade permitiu vivenciar seu cotidiano, conhecer *o outro*, participar das festas religiosas, presenciar os rituais da pesca e das farinheiras, colher relatos e impressões acerca do eucalipto e da vida em geral, sentir um pouco as perdas sofridas e doídas. Uma maior proximidade com a comunidade foi incentivada por meu envolvimento com a organização e apoio aos festejos do Ticumbi, tradicional Baile de Congos da região que sela uma forte identidade de raízes. Com o tempo, os moradores passaram a ficar mais à vontade com a presença da “forasteira” (denominação dada aos que vêm de fora e ficam, como forma de diferenciação da comunidade “nativa”). A partir de então os depoimentos acontecem na beira do rio, na mesa do bar, na praia, numa viagem até a cidade. Na “colheita” destas histórias, inicialmente optou-se pela entrevista dirigida aos impactos do eucalipto, à exploração da madeira-de-lei e ao modo de vida –de antigamente e atual. Contudo, no cotidiano tudo passa a ser testemunho, depoimento e memória. Estar mais próximo constrói uma identidade, senão de histórias vividas, mas de nostalgias e desejo por justiça, como teorizado por BRANDÃO²:

“Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história”.

A interação em campo permite a transformação da categoria *sujeito* em *sujeito observador* e *sujeito observado*, que deve ter como exercício não perder por completo um certo estranhamento, necessário ao enfoque do “objeto”. Contudo, em seu nascimento, as Ciências Sociais estavam inseridas num conjunto de exigências teórico-metodológicas onde a *subjetividade do pesquisador* era censurada como algo proibido a quem desejasse atingir uma produção *verdadeiramente* científica, enquanto que a *subjetividade do pesquisado* sequer era vislumbrada. Embora fosse rotulado de *sujeito* da pesquisa, o pesquisador

² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Participar-pesquisar”. In: Idem (org.). *Repensando a pesquisa participante* (3.^a ed.). São Paulo, Brasiliense, 1987, p.12.

deveria ser *neutro* para que pudesse ser *objetivo* e o pesquisado continuava a receber a denominação de *objeto*, embora fosse humano e social.

O rigor pela total *objetividade* ditada por leis de alcance universal constitui um dos paradigmas do Positivismo, que norteia a produção científica do século XIX. Estas *leis gerais* não podem ser construídas caso sejam abertos os caminhos para a *subjetividade* na produção científica, pois a subjetividade aceita implica na possível diversidade interpretativa e metodológica. A desejada objetividade certifica a produção do conhecimento como *ciência* e só se faz através das regras e procedimentos ditados pelas Ciências Naturais. Ou seja, para ser *ciência*, as produções de conhecimento voltadas a “objetos não-naturais” devem obedecer às mesmas regras das que se voltam aos fenômenos da natureza.

Entretanto, no decorrer do século XIX surgem alguns questionamentos acerca destas regras científicas da pesquisa por parte dos estudiosos das Ciências Sociais. O *trabalho de campo* de HUMBOLDT à Colômbia em 1840 tece um “hino de amor à observação participante”, enquanto Wilhelm DILTHEY publica a *Introdução às Ciências do Espírito*³ em 1883, onde constrói sua crítica à homogeneidade requerida na produção científica, afirmando a especificidade teórico-metodológica das “*ciências do espírito*” -ou “ciências particulares da sociedade e da história”, “ciências da realidade histórico-social”, “ciências do homem, da sociedade e da história”-, que visam “*abranger o grupo de ciências que têm como objeto a realidade histórico-social*”⁴, em contraposição às ciências da natureza:

*“Ora, a posição diltheyana ao domínio do naturalismo imperante em seu tempo espelha a necessidade mais profunda, sentida pelo autor, de justificar a força independente da realidade do mundo espiritual para a formação do pensamento filosófico, frente ao predomínio das ciências da natureza. Trata-se, então, de reconhecer a essência das ciências do espírito, o que significa, para o filósofo alemão, o mesmo que definir os seus limites ante as ciências da natureza e, conseqüentemente, não aceitar uma simples submissão das ciências do espírito aos métodos próprios das ciências naturais”*⁵.

³ DILTHEY, Wilhem. *Introducción a las ciencias del espíritu*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1978.

⁴ AMARAL, Maria Nazaré P.do. *Dilthey: um conceito de vida e uma Pedagogia*. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1987, p.5.

⁵ Idem, *ibidem*, p.3.

Estamos diante da distinção diltheyana entre os adeptos do *Naturwissenschaften* e os adeptos do *Geistwissenschaften*. Os primeiros afirmam que as Ciências Humanas devem se aproximar o quanto mais do método das Ciências Naturais, onde há a separação bem marcada entre sujeito e objeto. Guiados pela questão da intersubjetividade, os segundos primam pela necessidade da distinção entre as duas ciências, uma vez que o objeto das Humanas é, também, sujeito.

Viver em Itaúnas possibilitou vivenciar as perdas sofridas pelos *sujeitos comunidades locais* produzidas pela implantação do território da agroindústria: o extenso “tapete” de eucaliptos dividido em talhões, recortado por estradas, recebendo grandes doses de agrotóxicos e herbicidas, sufocando cursos d’água e nascentes, rodeando árvores frutíferas - testemunhos de antigos sítios da região-, imagens e histórias que não estão presentes nos discursos das empresas de celulose. Numa época de certificações de qualidade e preocupação com a opinião pública, estes discursos minimizam os impactos advindos da monocultura do eucalipto e, para isto, utilizam uma obscura linguagem tecnicista. O *trabalho de campo* e a *história oral* permitiram checar e questionar a teoria difundida pelos discursos das empresas produtoras de celulose: as evidências empíricas somam-se aos depoimentos das comunidades, que também são *sujeitos* da pesquisa, com sua subjetividade, percepção e interpretação acerca da realidade.

A fim de visualizar espacialmente o processo de implantação da monocultura do eucalipto, aos relatos orais somou-se a *documentação cartográfica* composta pelo Mosaico de Fotos Aéreas (1974-75) e Versão Preliminar do Uso do Solo do Extremo Norte do Espírito Santo (com base em imagens de satélite de 1997), fornecidos pela Secretaria do Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA, e pelo Mapeamento do Uso do Solo da Bacia do Rio Itaúnas realizado pelo Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da UFES, sob coordenação da professora Gisele Girardi. Os croquis foram feitos com base nos “desenhos riscados no chão” pela memória dos moradores antigos.

Os *Censos Agropecuários do IBGE* –de 1920 a 1996- forneceram dados sobre a concentração e expropriação de terras, alavancadas pela mudança no uso da terra. Conjugados os *relatos orais*, a *documentação cartográfica* e os *dados estatísticos*, obteve-se a comparação do uso do solo nas diferentes épocas e as transformações sociais daí produzidas. Assim a memória das comunidades interagiu com os dados estatísticos e acadêmicos:

“O crédito a respeito do que é narrado será testado, não pela credibilidade do narrador, mas sim pelo cotejo de seu relato com dados oriundos de outras variadas fontes, que mostrará sua convergência ou não”.⁶

A visita a Aracruz Celulose no município de Aracruz- ES possibilitou o contato com seu Departamento de Relações com a Comunidade, que forneceu dados estatísticos de produção, área plantada, projetos assistencialistas. No caso da Bahia Sul Celulose, localizada no município de Mucuri- BA, a visita aconteceu em conjunto com a equipe do Parque Estadual de Itaúnas/ SEAMA no “Programa Nossos Vizinhos” (à semelhança do “Programa Bons Vizinhos”, da Aracruz), um encontro com as comunidades do entorno dos plantios onde são proferidas palestras de vários temas de interesse da empresa e se realiza uma visita à fábrica e viveiro de mudas. Esta etapa do *trabalho de campo* veio somar informações acerca da estrutura produtiva das empresas e permitiu conhecer seu discurso.

Posteriormente, seguiu-se um segundo *levantamento bibliográfico* mais aprofundado, composto de trabalhos científicos de âmbito regional, que discutiam a o processo histórico de destruição das matas tropicais e sua substituição pela monocultura do eucalipto, as características culturais locais e suas transformações. Estas produções foram encontradas no setor de Pós-Graduação da UFES-Universidade Federal do Espírito Santo, no Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão” (em Santa Teresa-ES), em recortes de jornais das décadas de 1960, 70 e 80 na hemeroteca da FASE-Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional, na produção de folcloristas e jornalistas capixabas.

No início de 1999, a pesquisa tomou um caráter mais político e mesmo *participativo* e o trabalho que vinha sendo feito adquiriu uma nova importância, inserindo-se num coletivo maior. Um conjunto de entidades do Espírito Santo e Bahia liderado pela FASE-ES iniciou sua participação no processo de certificação ambiental pleiteada pela Aracruz Celulose: o Selo Verde do FSC –Forest Stewardship Council. Para receber o Selo, a empresa deve obter o aval das comunidades e lideranças do entorno dos plantios. O grupo composto por cerca de 50 entidades –entre sindicatos, ONG’s, comunidades indígenas, pescadores e outros- apresentou-se para a empresa certificadora trazendo relatos sobre o fim dos rios e lagoas, o uso excessivo de veneno, a morte dos bichos de caça e peixes, a derrubada e queimada da madeira nativa, a grilagem das terras, relatos oriundos do campo e da fábrica, dos índios Tupinikin e Guarani, das comunidades pescadoras, quilombolas e

⁶ QUEIROZ, op. cit., p.21.

rurais em geral. A composição do nascente *Movimento Alerta Contra o Deserto Verde* somou-se à participação em alguns fóruns municipais de discussão, como o Diagnóstico Participativo do Município de Conceição da Barra, organizado pela SUDENE/ PNUD, onde as questões de saúde, educação, trabalho e renda e ambiental são discutidas pelas comunidades urbanas e rurais, associações de moradores, ONG's, Prefeitura e empresas locais. Segundo GROSSI⁷, o caráter participativo da pesquisa

“É um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise da sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes, que são oprimidos. Portanto, é uma atividade de pesquisa, educacional e orientada para a ação. Em certa medida, a tentativa da Pesquisa Participante foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração do conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo ‘acadêmico’ e o ‘irreal’, entre intelectuais e trabalhadores, entre ‘ciência’ e ‘vida’”.

Paralelamente ao trabalho político, novas *bibliografias* foram lidas, relacionadas ao comportamento ambiental do eucalipto, à metodologia da pesquisa participante, às características das comunidades tradicionais e ao impacto trazido a elas pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral. A *documentação fotográfica* compõe-se de trabalhos da pesquisadora, de alguns fotógrafos contemporâneos e de outros encontrados no acervo do Parque Estadual de Itaúnas/SEAMA.

⁷ GROSSI, P.V. apud DEMO, Pedro. “Elementos metodológicos da pesquisa participante”. In: BRANDÃO (org.), op. cit., p. 126.

Uma “donzela no sertão”: a Vila de Itaúnas e seu entorno rural

*“Vamos conhecer esta cidade aonde o povo fala bonito,
Lá tem muitas coisas antigas, lá tem muitas coisas antigas,
Tem Congo de São Benedito, tem Congo de São Benedito.
Vamos passear, minha gente, vamos passear, minha gente,
Conhecer as lindas Dunas, conhecer as lindas Dunas,
Esse é o nome da praia, esse é o nome da praia,
O comércio é Itaúnas, o comércio é Itaúnas,
Vamos conhecer o comércio, vamos conhecer o comércio”.*⁸

Os versos do Ticumbi louvam algumas características deste lugarejo, como a beleza paisagística das dunas, a tradição do Baile de Congo de São Benedito e o comércio da Vila, repetindo a importância da Vila Antiga como centro comercial e religioso para os moradores do “sertão”. Estes atributos são apresentados em versos convidativos ao turista, que hoje movimentam grande parte da economia local.

O nome Itaúnas originou-se de “*itá c. Y-tá, o que é duro, a pedra, o penedo, a rocha, o seixo, o metal em geral, o ferro*”, e “*una adj. negro, preto, escuro*”⁹, referência à grande rocha negra de origem sedimentar terciária que desponta no mar em três lugares quando a maré está baixa, principalmente nas fases de lua cheia e lua nova. Neste mar aberto e sem reentrâncias ou baías, as itaúnas proporcionam um lugar mais favorável à saída das canoas, funcionando como uma barreira de recifes que delimita uma área mais mansa e de menor profundidade próxima à praia.

Num curto intervalo de tempo (cerca de 40 anos), Itaúnas vivenciou grandes transformações em sua composição econômica, social, ambiental, que compreendem a formação das dunas, a Vila Nova, a monocultura do eucalipto para produção de celulose, a criação do Parque Estadual e o incremento do turismo como atividade econômica. Estas

⁸ “Roda Grande”. *Baile de Congo do Ticumbi de Itaúnas*, janeiro/2001.

⁹ SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia nacional*. Coleção Brasileira vol. 380. São Paulo, Nacional, 1987, pp. 254 e 339.

transformações, aceleradas para uma comunidade de cunho extrativista que vivia relativamente isolada, ainda hoje produzem tentativas de compreensão e ajuste ao novo cenário.

Este trecho do Extremo Norte do Espírito Santo está inserido na planície litorânea de deposição quaternária que se inicia na altura do rio Doce, caracterizada pela feição geomorfológica de dunas fixas e circundada pelos tabuleiros de sedimentos terciários. Como vegetação de origem, a Floresta Tropical, espalhada pela Mata de Tabuleiro, de Alagado, Restinga, Dunas e Manguezal. A Vila Antiga situava-se na restinga, entre o rio Itaúnas e o mar. Por algum motivo e de acordo com várias lendas, neste trecho a vegetação original foi retirada. Areia solta, ao sabor dos ventos Nordeste e Sudeste, inicia-se o soterramento da Vila Antiga na década de 1950. Consumado na década de 1970, o soterramento deixa como descendentes diretos as dunas móveis e a Vila atual.

Este episódio permanece fortemente gravado na memória da comunidade. Do lado das histórias idas, traz a nostalgia “daqueles” tempos e a dor da perda, que alcança profunda intensidade na impossibilidade de visitar seus mortos, sua ancestralidade. Esta dor fez com que alguns moradores nunca mais pisassem por sobre aquelas areias.

A nova Vila de Itaúnas nasce com uma comunidade formada basicamente por famílias de pescadores/agricultores/coletores e alguns comerciantes, que outrora comercializavam apenas as mercadorias mais raras como o sal, o querosene e o tecido. Grande parte da subsistência das famílias era suprida pelas florestas, roças, rios, brejos, lagoas e mar.

Quando implantada, a Vila Nova ainda guardava os fortes traços da antiga organização urbana que ficara sob as areias. Sem energia elétrica, as noites eram momentos de encontro à beira das fogueiras, onde adultos e crianças, casais de namorados passavam o largo tempo entoando singelas Cantigas de Roda:

*“Andava na areia, sereia
Passei pelo sertão, sereia
Aprendi a namorar, sereia
Com um aperto de mão
Ô, sereia”.*¹⁰

¹⁰ Memória popular local.

Curiosamente, o mesmo processo que produziu o pesar da perda da Vila Antiga impulsionou o turismo. O cenário composto pelo rio Itaúnas e seu alagado, as dunas e as praias em estado natural praticamente inalterado, somado às características culturais tradicionais como a pesca artesanal, as casas de farinha e o forró, passam a atrair o movimento turístico nos anos 80, inicialmente com a maioria de visitantes mineiros, que movimentavam as 5 pousadas e os 20 estabelecimentos comerciais daquela bela “donzela”, em meio ao vasto “sertão de Itaúnas”.

Até a década de 1960/70, esta região, formada por grandes extensões de terras alagadiças correspondentes às planícies de inundação do baixo curso dos rios Cricaré e Itaúnas e circundadas pela Mata Tropical dos Tabuleiros, permanecia relativamente isolada do restante do estado. O deslocamento interno e a outras regiões dava-se por trilhas percorridas a cavalo e a pé e pelos rios e o mar, navegados em canoas, barcos e navios. Suas características naturais de floresta tropical úmida acolhiam comunidades ribeirinhas, caboclas, extrativistas, pesqueiras e quilombolas, que ainda hoje são encontradas pelo “sertão”, de maneira geral rodeadas pela monocultura do eucalipto.

O *turismo* transforma-se em principal alternativa econômica local no momento em que as comunidades rurais já perderam suas terras para a *monocultura do eucalipto*, no projeto de exportação de celulose do II PND –Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado em 1974. A perda das terras da roça e da floresta, substrato da fartura, produz um golpe fatal na subsistência destas comunidades, construída através do uso extensivo do meio natural. As limitações ao modo de vida típico, conjugadas à divulgação de sua beleza paisagística, ambiental e cultural, reforçam o turismo como principal atividade econômica do lugar.

Em 1986, as “Dunas de Itaúnas” são tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura por alojar vestígios arqueológicos da Vila Antiga e de períodos anteriores –como ruínas da Igreja, pedaços de utilitários e cacos de cerâmica- e representar importante beleza cênica. Em novembro de 1991, passam a constituir parte do Parque Estadual de Itaúnas, Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pela Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente. Abrigando ecossistemas da Floresta Tropical Úmida e sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, o Parque inicia no município a proposta do *turismo ambiental* ou *ecoturismo*.

A Vila de Itaúnas apresenta hoje a população de 951 moradores, distribuídos pelas famílias dos Vasconcelos, dos Paixão/ Maia, dos Bonelá, dos Falcão, dos Batista e dos

Camillo, “nativos” descendentes de caboclos, indígenas, negros, italianos e portugueses, além dos chamados “forasteiros”, pessoas que chegam principalmente de Belo Horizonte e São Paulo para aí morar.

Esta população cresceu cerca de 100% na última década e a população urbana do município como um todo apresenta o crescimento de aproximadamente 25% no mesmo período, enquanto a população rural permanece estável, como pode ser verificado nos dados abaixo.

Tabela 1: Município de Conceição da Barra – População Residente por situação do domicílio, segundo o município/distrito (1991 e 1996)¹¹

Município / Distrito	1991			1996		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Conceição da Barra	22.288	15.518	6.770	25.507	18.694	6.813
Sede	11.678	10.150	1.528	13.783	12.062	1.721
Braço do Rio	8.296	4.788	3.508	8.977	5.888	3.119
Itaúnas	2.314	580	1.734	2.747	774	1.973

Vila de Itaúnas e Entorno

¹¹ IBGE. *Censos Demográficos* 1991 e 1996. Dados organizados pela pesquisadora.



Fonte: MAPLAN - Levantamento Aerofotográfico - Escala 1:8000 - 06.03.1997

Nas temporadas de verão, a população flutuante aumenta vertiginosamente, devido ao movimento turístico. A atividade turística é inserida numa nova escala a partir dos anos 90, quando a tradição local do forró toma proporção nacional, alterando o fluxo e o perfil dos visitantes: no verão de 2.000, Itaúnas recebeu 39.249 visitantes, público formado principalmente por universitários paulistas e mineiros. Para atender esta nova demanda, o número de pousadas cresceu para 50 e o dos estabelecimentos comerciais para 63¹². No bojo do incremento deste turismo sazonal vêm as alterações de ordem estrutural e cultural na Vila, como o adensamento urbano, o aumento da demanda pelo abastecimento de água e saneamento, o excesso de veículos no período do verão, além dos novos valores culturais assimilados principalmente pelos mais jovens. Esta nova caracterização econômica passa a absorver grande parte da mão-de-obra local, seja nas funções diretamente vinculadas ao turismo –pousadas, bares, restaurante, artesanato e outros-, seja na construção civil. Fora da temporada de verão, a dedicação à pesca é maior e alguns homens procuram suprir a

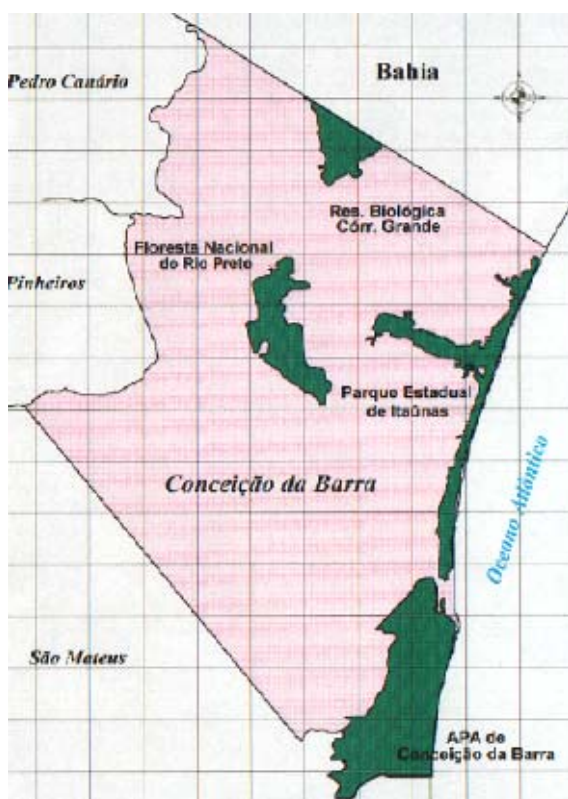
¹² IPES –Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. *Fundamentos para a discussão do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas – Relatório preliminar*. Vitória, fevereiro de 2001, p.9.

sobrevivência das famílias com outras atividades fora de Itaúnas, como o trabalho em carvoarias locais, colheita de café em outros municípios, mecânica e motorista para as grandes empresas do Estado –Petrobrás, Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose. Tais alterações no *modo de vida* local são observadas com cautela pelos mais antigos:

“Caboquinho – Aí depois foi acabando mais, foi ficando mais difícil, os córrego foi secando, as água foi faltando, a lavoura também foi acabando. Então, hoje nós aqui não temo lavoura, nós num temo mais nada, não. Do jeito que era, era melhor.

– Por que ?

Caboquinho – Ah, sabe por que ? Porque o jeito que era a gente trabalhava mais despreocupado, a gente vendia as coisa, sabe, então sempre a gente tinha o trocadozinho da gente, e hoje, se a gente num ser o turismo, você só recebe um dinherinho de 6 em 6 mês, de ano em ano, é por aí só”. (Ângelo Camillo, 61, em 05.05.99)



Unidades de Conservação do Município de Conceição da Barra

Na Sede do município, o *turismo* também se apresenta como importante atividade econômica, embora com o perfil de turismo de massa, surgido em 1978 com o primeiro trio

elétrico¹³. Uma outra proposta que vem ganhando espaço é a do *turismo ambiental e cultural*, através da valorização das características típicas do lugar: as comunidades tradicionais e suas práticas culturais –como o Ticumbi, o Jongu, o Reis de Boi, a pesca artesanal, as casas de farinha- e os exemplares dos ecossistemas da Mata Atlântica que compõem as Unidades de Conservação do município -a Reserva Biológica do Córrego Grande, a Floresta Nacional do Rio Preto, o Parque Estadual de Itaúnas e a Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra.

No litoral, em ordem de importância econômica a atividade turística é seguida pela *pesca*, favorecida pela localização entre os estuários dos rios Cricaré e Itaúnas, onde se formam bancos de lama próprios para o desenvolvimento de camarões e pescados. A população de Conceição da Barra apresenta cerca de 2.800 pescadores, que “colhem” anualmente do mar 960 toneladas de pescado e camarão¹⁴. A pesca industrial, surgida na década de 1970, é realizada pelos “balões” ou barcos de “arrasto” do município e vindos de outras localidades como Vitória-ES, Campos-RJ, Santos-SP e Santa Catarina. A escala de exploração da pesca industrial diferencia-se da pesca artesanal realizada pelos 50 pescadores de Itaúnas em canoas e botes, com o objetivo de alimentação e comercialização em pequena escala. Os dois grupos diferenciados de pescadores entram em atrito pela disputa de uso do mesmo trecho do mar, principalmente durante o verão, quando vários barcos de pesca de camarão aportam no mar de Itaúnas, “arrastando” a poucos metros da praia, carregando filhotes de peixe e destruindo braças de rede dos canoeiros.

As comunidades rurais do interior do município de Conceição da Barra vivem da pequena agricultura de subsistência, da tradicional produção da farinha, da produção do carvão, realizada predominantemente por famílias do distrito de Braço do Rio através do aproveitamento econômico dos resíduos da monocultura do eucalipto, e do escasso trabalho oferecido pelas agroindústrias de celulose e de açúcar/ álcool. Na monocultura de eucalipto da majoritária Aracruz Celulose, da Bahia Sul Celulose e da Companhia Suzano de Papel e Celulose, as atividades do plantio, roçado e corte hoje são mecanizadas e não necessitam empregar um grande número de funcionários. A mecanização também reduziu o número de empregos nas usinas de cana impulsionadas pelo PROÁLCOOL no início da década de 80 –Destilaria de Itaúnas (DISA) e Álcool de Conceição da Barra (ALCON)-, que hoje

¹³ SUDENE/PNUD. *Diagnóstico participativo Conceição da Barra-ES*. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável. Conceição da Barra, maio/ 2001, p.17.

¹⁴ IJSN –Instituto de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. *Dados municipais – Conceição da Barra*. Vitória, 1999.

empregam cerca de 700 fixos, oriundos dos bairros periféricos da Sede do município e do distrito de Braço do Rio, e mais 1.300 no período da safra, sendo 650 locais e 650 de Alagoas¹⁵.

Em meio aos territórios da agroindústria ocupados pelas extensas monoculturas do *eucalipto* e da *cana* realiza-se a produção de alimento. Os assentamentos rurais respondem por parte considerável da produção de alimentos, muitas vezes comercializada nas feiras locais. Os assentamentos rurais existentes no município são:

- o Rio Preto/ Itaúnas (1985) com 460 hectares e 30 famílias;
- o Pontal do Jundiá (1986) com 778,27 hectares e 48 famílias;
- o Independência/ Nova Conquista (1988) com 103 hectares e 10 famílias;
- o Valdício Barbosa dos Santos (1996) com 888,40 hectares e 89 famílias;
- o Paulo Vinhas (1996) com 479,09 hectares e 63 famílias¹⁶.

Torna-se interessante observar que estes assentamentos são implantados a partir da década de 1980, quando as monoculturas do eucalipto e da cana já se encontravam consolidadas. Representando uma lógica diversa da agroindústria no uso da terra, os assentamentos rurais demonstram a negativa da expropriação por parte desta população camponesa, que retorna à terra com maior estrutura produtiva que as comunidades rurais nativas.

Vê-se, portanto, que no momento atual o município de Conceição da Barra constitui um mosaico de realidades justapostas e sobrepostas, onde se destaca a grande concentração de terras implantada pelas monoculturas do eucalipto (majoritária) e da cana-de-açúcar, territórios da agroindústria que circundam os núcleos urbanos da Sede, Cobraice, Sayonara, Braço do Rio e Itaúnas, os 5 assentamentos e as 14 comunidades rurais, as 4 Unidades de Conservação. Cada realidade é dirigida por uma lógica específica do uso da terra, água e outros recursos naturais, por uma lógica específica de produção e reprodução social.

Tabela 2: Município de Conceição da Barra – Principais culturas agrícolas e efetivo do rebanho bovino (1991-93)¹⁷

¹⁵ SUDENE/PNUD, op.cit., p.17. Dados fornecidos pelas empresas.

¹⁶ SUDENE/PNUD, op. cit.

Culturas	Unidade	Área (ha) 1991	1992	1993	Produção 1991	1992	1993
Temporárias:							
Arroz	t	25	45	45	20	68	68
Feijão	t	560	500	500	359	255	255
Milho	t	300	470	250	510	705	375
Abacaxi	1.000 frutos	-	05	06	-	110	120
Cana	t	3.553	4.500	4.257	159.885	297.000	297.290
Mandioca	t	500	100	200	7.500	1.500	3.000
Permanente:							
Banana	1.000 cachos	25	25	25	13	13	13
Café	t	70	120	120	54	92	92
Coco	1.000 frutos	100	100	100	300	660	660
Pimenta-do-reino	t	65	50	40	228	120	96
Mamão	1.000 frutos	300	450	380	19.500	29.250	24.700
Laranja	1.000 frutos	20	20	20	1.000	1.000	1.000
Rebanho Bovino	Cabeça	-	-	-	11.298	10.968	16.246

De acordo com os dados do INCRA, os *minifúndios produtores de alimento* ocupam 2.532,3 hectares dos 118.762 hectares do município, contrastando fortemente com os 109.958,7 hectares das *empresas rurais* e dos *latifúndios por exploração e por dimensão* revelando uma elevada concentração de terras por estes complexos agroindustriais:

Tabela 3: Município de Conceição da Barra – Imóveis Rurais por situação jurídica, segundo categorias (1992)¹⁸

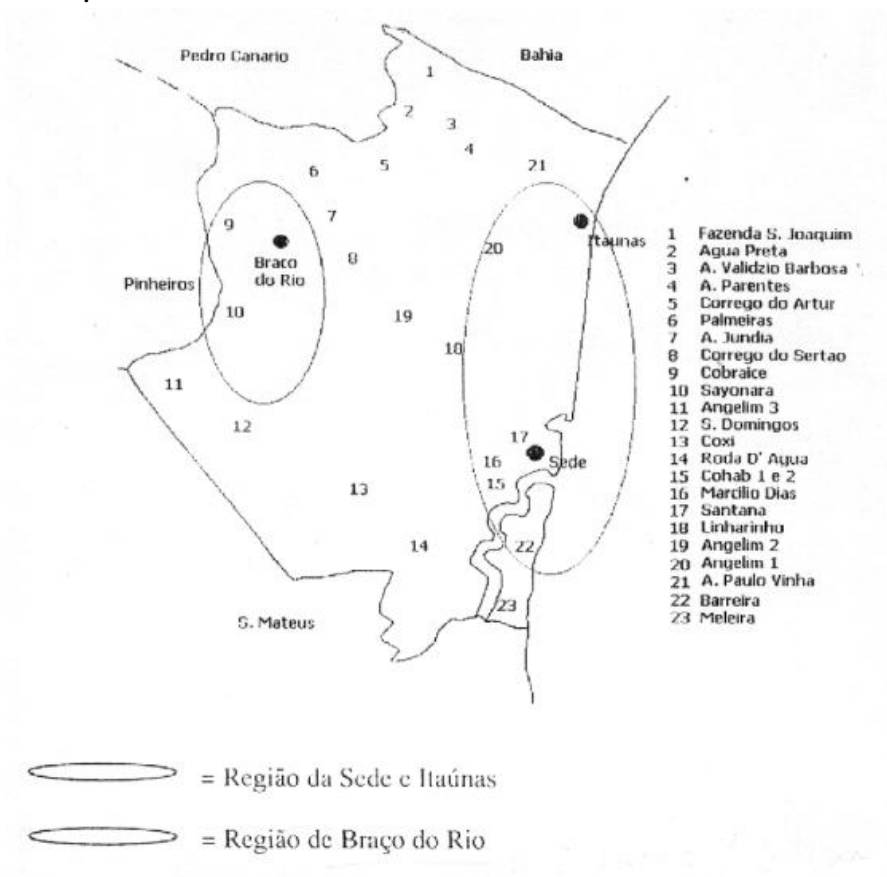
¹⁷ IBGE. *Censos Agropecuários*. Dados organizados pela pesquisadora.

¹⁸ INCRA.

Categorias	Situação Jurídica							
	Proprietário		Proprietário/possuidor		Proprietário/possuidor		Possuidor	
	Imóveis Rurais	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Minifúndio	267	2.532,3	115	1.196,3	03	55,8	149	1.280,2
Empresa Rural	96	36.056,1	82	29.655,6	09	6.153,9	05	246,6
Latifúndio exploração	416	45.377,5	275	27.653,6	27	11.568,9	114	6.155,0
Latifúndio dimensão	01	28.525,1	01	28.525,1	-	-	-	-
Não classificado	01	4,0	-	-	-	-	01	4,0
TOTAIS	781	112.495,0	473	87.030,6	39	17.778,6	269	7.685,8

O histórico local caminha da grande extensão de florestas e terras alagadiças onde viviam comunidades indígenas, quilombolas e caboclas que tinham no extrativismo sua principal atividade de subsistência, à consolidação do território da agroindústria na década de 1980, que se utiliza dos agrotóxicos e da mecanização para otimizar o lucro advindo do uso da terra. Como contraponto, a partir desta época cristalizam-se os assentamentos rurais através da lógica de produção coletiva e cooperativista, e adentrando a década de 1990 são criadas as Unidades de Conservação, implantando o uso da terra como reserva de atributos ambientais locais.

As alterações na estrutura agrária, atividades econômicas e uso da terra em geral significam também a alteração do perfil cultural predominante na região. As comunidades originariamente extrativistas, que se supriam com a fartura da floresta e do mar, hoje vivenciam a ausência de espaço para a manutenção de seu modo de vida. Seus antigos territórios, constituídos sob a lógica do uso comum e da “terra a rola”, hoje são propriedades de particulares ou do Estado. A terra e demais recursos não podem mais ser usufruídos nem no território da agroindústria, nem no território da preservação. A fartura de outrora cedeu lugar à morada da escassez: de terra, de água e de alimento.



**Comunidades,
Assentamentos
Rurais e Distritos
do Município de
Conceição da
Barra**

Fonte: SUDENE/ PNUD. Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável – Diagnóstico Participativo – Conceição da Barra/ES, maio/2001. (Sem Escala)

3.1. Primeiros relatos

Segundo o arqueólogo Celso PEROTA¹⁹, os primeiros vestígios humanos em Itaúnas nos remetem a quatro períodos distintos: o de pescadores e coletores litorâneos que utilizavam a pedra lascada e polida; o período da agricultura, da pesca e da cerâmica; o período de contato dos primeiros europeus com a população indígena e a fundação da Vila de Itaúnas; o desenvolvimento da Vila Antiga de Itaúnas. Os testemunhos dos dois primeiros momentos são sítios arqueológicos que abrigam instrumentos de pedra e cacos de cerâmica utilitária; os períodos restantes trazem vestígios mais recentes e encontrados quase na superfície das areias que soterraram a antiga Vila de Itaúnas. Aprofundando a análise, a arqueóloga Irmhil WÜST assim classifica os sítios arqueológicos locais:

*“Desta forma, conhecem-se até agora para o extremo norte do Estado do Espírito Santo, entre a faixa costeira da foz artificial do rio Itaúnas e da foz do Riacho doce, 18 sítios arqueológicos que representam quatro culturas distintas. (...) Trata-se de dois sítios do período pré-cerâmico que se situam entre aproximadamente 1550 a.C. a 150 d.C. (Perota, 1990), de quatro sítios de portadores da fase Itaúnas (definida por Perota, 1969) e que corresponde provavelmente a uma ocupação de um grupo pré-colonial filiado ao tronco lingüístico Macro-Jê, de sete sítios da tradição Tupiguarani e que podem ser identificados com falantes da língua Tupi, além de cinco sítios do período histórico, cuja ocupação se inicia ao redor de 1850 e se estende em parte até a primeira ou mesmo até segunda metade do século XX”.*²⁰

Na documentação escrita, os primeiros registros históricos de Itaúnas datam de viagem de reconhecimento e estudos do príncipe MAXIMILIANO, de Wied Newied, entre 1815 e 1817 – uma entre as muitas realizadas durante o século XIX pelas terras do Brasil. Ao caminhar pela região entre a Bahia, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, o naturalista descreve o trecho que vai do rio Doce, em Linhares, atual estado do Espírito Santo, ao rio Alcobaça, em Caravelas, Bahia. Na peregrinação, “*ovos de tartaruga, com que enchiam as mochilas*”, “*choças dos índios feitas de folhas de palmeira*”, “*grandes florestas*” com “*abundância de jacarandá, vinhático, putumunju, sergueira e outras madeiras úteis*”, dão

¹⁹ *CUCA – Cultura capixaba*. Ano II, n.º 5, jul/dez 1986:6.

²⁰ WÜST, Irmhild. “Arqueologia: catálogo do material arqueológico”. In: *Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas*. Brasília, Simbios, abril/ 2000, p.1.

o testemunho das características genuínas da região, farta em florestas, água, alimentos e grupos indígenas.

“À tardinha, chegamos à barra de S.Mateus, rio de tamanho regular, de margens aprazíveis cobertas de mangues (...) e, mais além, de florestas. (...) na margem norte fica a povoação chamada Barra de S.Mateus, constituída de vinte e cinco casas. O rio desce de florestas seculares, infestadas de tapuias, e forma diversas cachoeirinhas (...).

Recebe o S.Mateus uma porção de pequenos rios, dos quais o Rio de Santa Ana, o Rio Preto, ou Mariricu, e o S.Domingos são os mais importantes. Estava, então, profundo, porque era a época da cheia e talvez por isso ninguém daria atenção aos nossos chamados e tiros, para que nos viessem buscar em canoa.”²¹

Esta descrição identifica a atual cidade de Conceição da Barra, município a que pertence a Vila de Itaúnas e onde se localiza também a foz do rio São Mateus. As primeiras referências de Conceição da Barra datam de 1554, ocasião em que chega à barra do Cricaré uma expedição organizada para afastar grupos indígenas de Vila Velha, iniciando uma povoação ao Norte do rio²². São Mateus foi o nome atribuído em 1596 pelo jesuíta José de Anchieta ao antigo rio Cricaré –cuja significação, na língua tupi, é “*corr. Kiri-kerê, o que é propenso a dormir, o dorminhoco*”.²³ O Cricaré, em seu baixo curso, é um rio sinuoso, meandrante, “dorminhoco”, com ampla planície de inundação. Neste trecho, seus afluentes eram a fonte de água doce para pequenos sítios e roças, locais que ainda hoje abrigam comunidades tradicionais que atualmente se queixam da morte de vários rios e córregos.

“Aproximadamente oito léguas rio acima, ergue-se a vila de S.Mateus, cuja situação não deve ser muito salubre, devido aos pântanos vizinhos. Tem cerca de 100 casas, possuindo o distrito perto de 3.000 habitantes, incluindo brancos e gente de cor. Apesar de ser uma das vilas mais novas da região de Porto Seguro, acha-se em situação próspera. Os habitantes cultivam grande

²¹ MAXIMILIANO, Prinz von Wied (1782-1867). *Viagem ao Brasil* - Col. Reconquista do Brasil (2.ª série) vol. 156. São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1989, p.169.

²² JSN –Instituto de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. *Dados municipais de Conceição da Barra*. Vitória, 1999.

²³ SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia nacional* – Col. Brasileira vol.380. São Paulo, Nacional, 1987, p. 226.

*quantidade de mandioca, exportando, anualmente, 60.000 alqueires de farinha; bem como toras de madeira provenientes de florestas vizinhas. (...) Cerca de meia légua rio acima, fica a povoação de Santa Ana, formada por, mais ou menos, vinte famílias de índios, somando setenta pessoas”.*²⁴

Observa-se que, já nesta época, a exploração da madeira fazia-se presente no Extremo Norte e a mandioca era o principal produto agrícola cultivado e comercializado através da farinha. A mandioca é o produto agrícola mais característico das tribos indígenas brasileiras, com indícios de ter sido domesticada há 4 ou 5 mil anos na Amazônia²⁵. Para a população rural dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, a mandioca ainda é a base alimentar, sob a forma da farinha, do beiju –de goma e de massa-, da tapioca, bolos e tortas. Até a década de 1960, a farinha produzida no chamado “sertão” de Itaúnas respondia por grande parte do movimento comercial na Vila. A exploração da madeira nobre atesta a existência de grandes extensões de Floresta Tropical na região, que chega até meados do século XX sem passar pelos grandes “ciclos” econômicos agrícolas de exportação.

*“Nas matas à margem do rio S.Mateus, os índios não civilizados (“tapuias” ou gentios) são muito numerosos, e vivem em constante guerra com os brancos. (...) A margem norte é freqüentada pelos Patachós, Cumanachós, Machacalis (...) e outras tribos, até Porto Seguro. Os Botocudos são também numerosos, dizendo-se que dominam principalmente a margem sul: são temidos pelas outras tribos (...)”*²⁶.

Segundo COSTA²⁷, os povos Tupi tinham hábitos guerreiros e viviam da caça, pesca e agricultura, praticando a navegação e ocupando uma extensa área do território brasileiro, particularmente a zona litorânea. Próximos do rio São Mateus estavam os Tupinikin, no litoral os Tupinambá e no interior os Aymoré. Mais ao sul do Espírito Santo, na região de montanhas e florestas, estavam os Temiminó, e na região de campos próxima à divisa entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, agrupavam-se os Goitacazes. Rogério MEDEIROS²⁸ afirma que os portugueses, ao chegarem ao Espírito Santo, encontraram várias culturas

²⁴ MAXIMILIANO, op.cit., p.170.

²⁵ RIBEIRO, Berta G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Unibrade/Unesco, 1987, p.34.

²⁶ MAXIMILIANO, op.cit., p.170.

²⁷ COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia brasileira* (4.ªed.).São Paulo, Nacional, 1980, p.140.

²⁸ MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo – o encontro das raças*. Vitória, Don Quixote Livraria Editora Ltda., s/d, p.171.

indígenas, mas a que ocupava maior território era a dos botocudos, que também ofereceram maior resistência ao branco do século XVI ao XIX.

“Os botocudos (...) habitavam as costas brasileiras, e no período de seu máximo desenvolvimento, dominavam entre as latitudes sul de 13 graus e 23 graus. Já no início do século XIX, contudo, estavam confinados entre os Rios Doce e Pardo (15 graus a 20 graus de latitude sul)”.

O próximo trecho da viagem do Príncipe MAXIMILIANO dá-se na foz do rio Itaúnas, próximo ao manguezal da Guaxindiba e à atual cidade de Conceição da Barra:

“Aproximadamente a meia légua de S.Mateus, o pequeno rio Guaxindiba desemboca no mar. Costuma-se embarcar nele e subir 3 léguas até a fazenda das Itaúnas, que pertence ao ouvidor da comarca de Porto Seguro, o Sr. Marcelino da Cunha. As margens do pequeno rio, então caudaloso, são vestidas de vegetação densa; perto do mar ela é formada principalmente pelos mangues, cuja casca se usa para curtir couros. A água é barrenta, como a da maioria dos pequenos córregos da mata, no Brasil, e o peixe é abundante; quando passávamos, alguns pescadores tinham justamente pescado uma canoa cheia. Saltamos numa roça deserta e parecendo abandonada, onde esplêndidos ananases (Bromelia) medravam selvagens, grandes, sumarentos e cheirosos. Abacaxis bons de comer não se encontram no Brasil em estado selvagem, mas são fartamente cultivados em sítios, vingando tão vigorosamente como plantas silvestres. Utiliza-se também este fruto para a fabricação de aguardente; para o mesmo fim é empregado ainda o fruto do cajueiro”²⁹.

Interessante é notar, já em 1815, a presença de um grupo de pescadores, atestando as antigas origens extrativistas da **comunidade tradicional** local. Quanto à “roça abandonada”, parece estampar as práticas da agricultura itinerante,

*“possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e **posses**; sobretudo estas, que abriam para o caipira a possibilidade constante de*

²⁹ MAXIMILIANO, op.cit.,p.172.

*renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. A posse, mais ou menos formal, ou a ocupação, pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais”.*³⁰

Segundo Berta RIBEIRO, este tipo de agricultura, efetivado pelas práticas da derrubada, queima e coivara, constitui “*uma solução ecológica racional encontrada pelo habitante nativo*”³¹: não erradicando totalmente a vegetação, mantém a fertilidade inorgânica do solo (nutrientes e estrutura); o desmatamento de pequenas áreas reduz o impacto do sol e da chuva no solo (permeabilidade, nutrientes, erosão, lixiviação) e nas culturas; o cultivo disperso minimiza a incidência de pragas e contribui para a preservação de espécies vegetais e animais em corredores ecológicos; a queima em pequena escala e o apodrecimento de galhos e troncos devolvem nutrientes ao solo.

Continuando sua viagem, MAXIMILIANO nos relata:

*“A jornada, à tardinha, tornou-se extremamente agradável, porque deixamos de ser atormentados pelos mosquitos (...). Matas imponentes e sombrias formavam grupos pitorescos nas margens, e o brilhante plenilúnio, em todo o esplendor, veio completar o encantamento do quadro. Aproximando-nos da fazenda, ouvimos, distantes, os tambores dos negros. Os escravos negros procuram conservar os costumes de seu país (...).”*³²

O cessar do tormento dos mosquitos parece testemunhar a influência do vento Nordeste, “fresca” que se apresenta nas tardes de verão, convidativa também a uma boa roda de tambor de Jongo, manifestação cultural afro-brasileira existente até hoje na localidade.

“Itaúnas é uma fazenda de criação, com um curral ou cercado para o gado, e uma miserável choupana para negros e índios que tomam conta dos animais. O proprietário reunira, aí, algumas famílias de índios, para, com o tempo, formarem uma colônia; destinavam-se, a princípio, a proteger a costa

³⁰ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* (8.ª ed.). São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1998, p.46.

³¹ RIBEIRO, op.cit., pp.20 e 21.

³² MAXIMILIANO, op.cit., p.172.

contra os tapuias e Itaúnas, por isso, [foi] considerada um quartel. Alguns índios, que por acaso iam pelo mesmo caminho nosso, acompanharam-nos para o norte, vindos de Itaúnas. Levavam as espingardas de caça, e conheciam perfeitamente a região. Passamos entre duas pequenas correntes, o riacho Doce e o rio das Ostras, ambas insignificantes, mas que, saindo dum pitoresco cenário de verdejante floresta encimada de belas palmeiras, formavam romântica paisagem”³³

Aqui chegamos à atual divisa dos estados do Espírito Santo e Bahia. Deste breve relato, pudemos construir a imagem da região no início do século XIX: floresta tropical densa entrecortada por vários cursos d’água, habitada por grupos indígenas e vez ou outra interrompida por pequenas vilas e povoações. No trajeto, a fazenda das Itaúnas aparece como uma das poucas propriedades demarcadas, e embora seu dono fosse membro da classe senhorial, a população ali moradora e citada pelo príncipe era composta por indígenas e escravos negros. Daí, de sua origem, Itaúnas trazer fortes traços físicos e culturais destas duas raízes, que transparecem no *modo de vida* construído pela comunidade.

3.2. A Vila Antiga – um passado sob a areia

A primeira Vila formou-se entre o rio Itaúnas e o mar, em terreno antes pertencido à Fazenda das Itaúnas. Conta-se que era um povoado próspero, com cerca de 1.500

³³ Idem, ibidem, p.173.

moradores distribuídos em 340 casas na década de 1940³⁴ e importante centro comercial também procurado pela população do “sertão” de Itaúnas, como era chamada a região rural.

Itaúnas era o entreposto de comercialização da farinha de mandioca, principal produto da região. De seu porto saíam grandes canoas, com capacidade para 60 sacas, que atravessavam o rio até o ponto onde ficavam os caminhões compradores vindos de Conceição da Barra e de Vitória. Outras vezes, as canoas levavam a farinha até a cidade, descendo através do rio Itaúnas.

A vivência de Caboquinho e Umberto nos trazem a imagem e o volume da prosperidade do comércio, testemunhado, também, pelos dados censitários sobre a produção agrícola:

“– Itaúnas foi dos lugares que se marcava por mês mil, 1.500, 2.000 sacos de farinha, Itaúnas foi dos lugares que embarcava 500 sacos de café, arroz, feijão... Ia pra fora, transportava. Itaúnas foi dos lugares que se vendia 50, 100 cabeça de porco por ano, todo mundo aqui vendia...E esse rio Itaúnas eu não sei se vai fazê uma observação nisso aí porque esse rio, antigamente, era o transporte, tudo quanto é quantidade de coisa que as pessoas necessitava da roça, era o rio. Era o rio de Itaúnas que era o transporte de tudo quantidade de coisa que descia da roça.” (Ângelo Camillo, 61, em 05.05.99)

“Umberto -Eu...sempre fazia bico, né? Num tava na roça, eu fazia lenha pra vendê...criava muito porco, criava porco demais, memo, e aí quando eu apertava as coisa, a gente matava, vendia, comprava roupa pros irmão, comprava roupa pra mim, comprava roupa pra mãe. Eu vendia até lenha! Aí eu punha pra pocá lenha, vendia, mil, duas mil haste de lenha, vendia lá pra Itaúnas, pra ajudar papai.

- Vendia na Vila?

Umberto - Vendia na Vila.

- E a mandioca?

Umberto - A mandioca, a gente fazia farinha. Vendia também.

- Na Vila só ou ia pra fora?

³⁴ Revista *O Cruzeiro* n.º 2450. Rio de Janeiro, 24 jun 1978.

Umberto - *É...na Vila! Na Vila, memo, naquele tempo, se você fizesse 50 sacos de farinha, você vendia. Hoje num vende.*

- *Por que será, Umberto?*

Umberto - *Porque antigamente tinha transporte de Itaúnas pra Vitória, né.*

Saía 1.500 saco de farinha.

- *Saía por barco?*

Umberto - *Não, saía de carro.*

- *Por esta estrada aqui?*

Umberto - *É...*

- *Isso, já de 70 pra cá...?*

Umberto - *Não, de...isso aí foi em 50 e pouco.*

- *Então, tinha esse aterro aqui?*

Umberto - *Tinha, mas era ponte !” (Umberto Batista do Nascimento, 57, em 27.09.00)*

Tabela 4: Produção Agrícola no município de Conceição da Barra - 1959³⁵:

Produto	Estabelecimentos	Quantidade da produção (t)	Área da Produção (ha)
Arroz	275	306	807
Cana-de- açúcar	8	335	29
Feijão	561	551	1.365
Mandioca	689	65.066	2.465
Milho	587	1.438	1.545
Aipim	96	2.199	429
Alface	2	8	
Repolho	2	2	
Algodão	4	2	
Batata Inglesa	3	3	

Alguns moradores vendiam sua pequena produção agrícola diretamente na cidade de Conceição da Barra, viagem demorada que acontecia a cada mês e constituía oportunidade de visitar os parentes:

³⁵ IBGE. *Censo Agropecuário 1959*. Dados organizados pela pesquisadora.

“João – Vinha por lá, por Itaúnas Velha, chegava, ficava, atrevesava ali, tinha o canoieiro que atrevesava, a gente passava beira rio e ia embora pra Barra. Aí ocê ia embora. Quando chegava lá, na Conceição da Barra, aqui no paiol, que era no...no Encruzo, a Serraria Pai João, aí levava abóbora, levava...já num era farinha às veiz que nós levava, levava muita abóbora, melancia e tal, aí conversava com o cara...tinha o trilho, num sei se você já viu o trilho. Então, tinha o trilho, aí papai conversava com o gerente da Serraria, aí dizia assim “olha, te dou abóbora, melancia pra você me levá esses trem todinho pra lá”. Aí quando era o negócio de 4 hora, botava tudo dentro, no trilho, aí pegava unnnnnn e ia rastando, e a gente já ia na frente com o cavalo e levava pra Barra, lá pra Barra! Depois chegava ali pro lado do hoje, ali na rua Pai João, que o Prefeito vai mudá, né que aquela rua que vai ali era rua Pai João, era a primeira rua ali, que você entrava ali, que mudaram, né?(...) Chegava na Barra, papai entregava os trem tudinho e vendia pros cara que tinha aquelas vendinha, né, Bacurau, Benevides, entendeu, conheceu aquele pessoal antigo, aí vendia a farinha, vendia a ...vendia tudo ! Hoje, se você levá, você num vende, mas naquele tempo vendia tudo ! Vendia farinha, vendia o beiju, vendia o melado, vendia a abóbora, vendia a melancia, o que levava... o que levava da roça, vendia tudo. Aí tudo bem, aí passava eu ia pra casa de minha tia, minha tia morava na Barra, aí passava dois dia, três dia, eu tirava muito caranguejo na minha tia, que nós gostava muito de caranguejo, tava na roça, chegava fazia aquela panelada!... Aí pá, pá, pá, ficava um dia, dois, aí às veiz nós ia num dia de sábado, né, porque pra pegá o domingo, aí ficava no domingo, aí papai na segunda-feira arrumava os trem outra vez e pocava... – Quantas vezes vocês iam pra Barra?

João – Ah, demorava! Demorava tempo, assim, demorava um mês assim, um mês e pouco pra ir na Barra direto, assim, porque o lugar é longe, né, era longe”.(João de Deus Falcão dos Santos, 52, 15.08.01)

No trajeto, algumas paradas para o descanso na beira dos córregos, onde se fazia a refeição:

“João - A gente viajava aquelas época, eu era menino e meu pai, dia de ir pra Barra, ele botava 4 cacho de mandioca, 6 cacho de mandioca e fazia 2 saco de farinha pra levá pra Barra. Muito beiju, né, melado de coco, que ia levá pra Barra, ia lá pra vendê, então...Aí fazia, aí levava, dois animal. Aí botava os

menino, que eu era pequeno, meu irmão outro era pequeno também, botava nós em cima do cavalo com dois saco de farinha no cavalo e ia tocando, dois animal. Aí mamãe botava, fazia aquela farofa, aí pirão d'água é...carne salgada...que quando chegava bem no corgo que tinha aquelas pedra, aí chegava lá, parava o cavalo, tirava a farinha, deixava o cavalo ir comendo, a gente ficava ali no sol quente! Aí fazia o pirão d'água frio, puxava cá e fazia um fogueiro, esquentava e botava um pedaço de carne ali... O pirão d'água, mesmo, da água fria! Ocê pega, no corgo, ocê pega uma farinha bem torradinha e bota, entendeu, que ele fica ligado que parece que você, foi feito no fogo na hora! Aí levava um pedaço de carne salgada, salgada só assar e comê com sal ali, porque a água era insossa, aí a carne tava salgada, você comia de enchê a barriga!". (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

Além de centro comercial, a Vila era o lugar do encontro, das noites de forró e das festas religiosas, onde algumas gentes da roça tinham uma casa para pernoitar nos finais de semana. Inserida em clareira no meio da mata de restinga, a Vila era formada por duas ruas principais com residências, comércios, a Igreja, o Cemitério e o Porto. Seu Didi, pescador, relembra aqueles tempos:

“ – O pessoal morava mais na vila ou mais na roça ?

Seu Didi – Mais na roça. Todo mundo só vinha pro comércio dia de sábado, festa, só. Vila Antiga. Trabalhava o ano todo pra comprar uma muda de roupa pra ir pra Festa de São Sebastião.(...)

– E o que se comprava na Vila ?

Seu Didi – Roupa, sal, farinha não comprava, óleo também quase não, óleo de dendê...

– E querosene...

Seu Didi – Exato. Querosene... Você sabe de quanto que vinha os tonéis de querosene na Itaúnas Velha ? De 200 litro.(...)

– E quantas pessoas viviam lá ?

*Seu Didi – Lá ,mais ou menos era a quantia quase dessa Vila mema aqui.(...)
Mas distribuía pra roça. Que mais ou menos dia de sábado, sentava 50 a 100 cavalos de farinha. Esse negocioso...os home tinha que ter, por exemplo, finado Miúdo, Rui Leite, Teofinho, Antônio Vasconcelo, Dodozinho, tinha que ter mantimento pra servir a eles. Às vezes vendia a eles a um ano ! Vendia da*

venda pra eles pagar quando a mandioca desse tamanhinho crescesse, no ponto de fazê a farinha.

– E todo mundo entregava a mandioca ali ?

Seu Didi – Toda a farinha, entregava ali. Era aqui pra Minas, Nanuque, e Vitória. Colatina...” (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

Uma cacimba abastecia a Vila de água doce do lençol freático, usada para beber e fazer os alimentos. O afloramento do lençol construía uma lagoa entre a Vila e o mar, lugar ocupado pelas lavadeiras e suas cantigas, no cotidiano trabalho de limpeza das roupas e louças. Depois da lagoa, era preciso continuar atravessando a mata de restinga –cajueiros, cambucás, pitangueiras, guriris e outras espécies- para se chegar ao mar. O mar é lugar da coleta do “sururu” ou mexilhão, realizada principalmente pelas mulheres e crianças nas “itaúnas”. O mar é também o lugar da pesca artesanal realizada pelos homens nas canoas esculpidas no tronco de uma única árvore, do tempo em que a madeira nobre ainda existia na floresta tropical. Ao sudoeste da Vila Antiga, o rio Itaúnas passeava pela sua planície e junto da sua área de várzea ou “alagado” compunha o espaço da pesca na água doce e da caça, como a do jacaré e da capivara. Junto ao alagado, a floresta de terra firme constituía o espaço da caça de outros bichos, da coleta de frutos, da coleta do cipó para a produção dos cestos, samburás e vassouras, da coleta das ervas medicinais para chás, banhos e unguentos, bem como da retirada de madeira para lenha, estacas, construção de casas e canoas.

*“Precisa antes dizer o que já ia esquecendo
O nome deste lugar que ali vinha crescendo
Bem juntinho ao mar, onde o povo ia vivendo.
Itaúnas é o seu nome, pedras pretas traduzida
No rio muito encontradas, em areia é reduzida
Não precisam ser quebradas, com facilidade é moída.
O rio que vinha de longe, correndo lá do sertão
Ali quebrada fazia, mudando de direção
Em cujo leite corria modesto, sem presunção.
Entre o rio e o mar, três léguas de extensão
Combros de areia formados, cobertos de vegetação
Assim eram resguardados os bens da povoação.
A mata era uma lindeza
Todo tipo de madeira, difícil até de contar
Tinha muita almesqueira, frutas pra se catar*

*Cambucá e pitangueira.
Coquinho de guriri era de perder de vista
Gagiru na praia dava, que talvez ainda exista
Fruta silvestre se encontrava, só se fazendo uma lista”³⁶*

No final da década de 1940, entretanto, toda esta paisagem começaria a ser transformada. Por esta época, inicia-se o soterramento da antiga Vila de Itaúnas, com areia trazida da praia pelos ventos Nordeste e Sul. A areia gastou cerca de 30 anos para efetivar o soterramento total e, durante este tempo, os moradores tentavam retirá-la das ruas, praças e moradias, aos montes. Encontrando os obstáculos das construções e da vegetação, a areia foi fixando-se provisoriamente e construindo dunas móveis no antigo espaço da Vila. Histórias para explicar a causa do fenômeno? Muitas. Uma delas atribui a autoria a um castigo do padroeiro São Brás, por ter sido trocado por São Sebastião. Outras dizem que a causa está na retirada da mata de restinga, que segurava a areia nesta região litorânea de feição geomorfológica de dunas fixas. Por quais motivos a vegetação teria sido retirada? Devido ao mau cheiro que exalava sua área utilizada como banheiro; devido ao perigo representado pelos tiros dos caçadores ao redor da Vila; devido às próprias trilhas de acesso ao mar, que podiam representar corredores para os ventos carregarem a areia solta dos caminhos. Embora não haja consenso entre as possíveis causas, um elemento parece permear a maioria das versões: por algum motivo, houve a retirada da vegetação litorânea em frente à Vila, deixando a areia solta para a ação dos ventos Nordeste e Sul. O interessante é constatar que o início do soterramento coincide com o início da exploração da madeira-de-lei na região, podendo ter incentivado um ideal de progresso de “abertura” paisagística da Vila ao mar.

*“Deu-se, porém, o inverso daquilo que se esperava
Pois o vento do nordeste com a força que soprava
Começou a fazer um teste no descampado que estava.
Aproveitando o verão que o sol ali reluzia
De manhã soprava brando, de tarde se enfurecia
A areia ia levando, o seu serviço fazia”.
“Os dias foram passando e os anos nem se contavam
Firme estava o nordeste
As areias continuavam deslocando para o oeste*

³⁶ FONSECA, Hermógenes Lima da. *A Vila de Itaúnas – a vila que foi soterrada*. Folhetos da Memória Popular n.º1. Conceição da Barra, Edições Cricaré, 1980.

*Muitos observavam.
Montanhas foram se erguendo, aos poucos se aproximavam
Primeiro do cemitério
Em pouco tempo aterravam, sem haver nenhum critério
As sepulturas tapavam.
O povo que assuntava começou a desconfiar:
Gente como é que vai ser, em que se pode fiar
Todo o amanhecer ia o povo espiar.
Era o pavor que crescia em toda população
Lá vem a areia chegando, parece até maldição
Perto da igreja avançando, não havia previsão.
O povo quando acordava, de areia estava coberto
A areia fina entrava por todo canto aberto
Nenhuma coisa tapava, nem mesmo se sendo esperto”.
“Cada dia que olhava para o fundo do quintal
A mulher se arrepiava: marido, isso é fatal
Vamos simhora, falava, mesmo antes do Natal.
O pavor era geral
Os quintais eram invadidos, os paus da cerca caíam
Cachorros davam latidos, os porcos logo gruniam
Meu Deus, tamos perdidos !”³⁷*

A alternativa de moradia para o povoado foi construída do outro lado do rio Itaúnas, em antiga fazenda comprada pela Prefeitura Municipal de Conceição da Barra. Os lotes eram doados sob títulos de aforamento e os moradores reconstruíam suas moradias, muitos utilizando material da demolição das antigas casas. Na Vila Antiga, o prédio que permaneceu foi o da Igreja, cujas paredes, em ruínas, testemunham ainda hoje o tipo de construção, com rochas e tijolos ligados com argamassa formada por argila e conchas. Além da construção, há o testemunho dos artefatos soterrados como cerâmicas, telhas, cachimbos, peças de metal, vidro e restos alimentares.

Conforme a areia caminhava, a população ia-se mudando, ora para Conceição da Barra –os comerciantes mais prósperos, na sua maioria-, ora para a nova Vila. Em 1974, uma foto em reportagem de revista mostrava a Vila Antiga já totalmente coberta pela areia.

³⁷ FONSECA, op.cit.

As dunas atingem, então, o Porto, despejando-se sobre o rio Itaúnas. O canal do rio, “sufocado”, não permite a mesma vazão da água, provocando a cheia do alagado. Segundo depoimentos colhidos por Ênio, morador curioso de Itaúnas, o alagado ficou permanentemente cheio por 11 anos, causando, inclusive, o apodrecimento de árvores que se fixavam nas pequenas “ilhas” da planície de inundação.

Como solução para voltar à vazão normal do leito do rio, já na década de 60, a Prefeitura draga uma passagem para a água, próxima à nova Vila. No antigo aterro utilizado pelos caminhões na espera da travessia da farinha é aberta a nova calha do rio e um outro caminho de acesso à praia passa a ser utilizado, passando pelo sítio do Tamandaré através de aterro e pontilhão. Tamandaré morava próximo à Vila Antiga, porém parte da mata de restinga que o protegia dos ventos não foi retirada; então, a areia solta empurrada pelo vento nordeste encontra aí um obstáculo até os dias de hoje. Para se chegar ao caminho do Tamandaré, era necessário atravessar o rio Itaúnas a nado ou a canoa. Na década de 1980, foi construída a primeira ponte de uma série de três que foram derrubadas pelos chamados “balseiros” –touceiras de vegetação, quase verdadeiras ilhas flutuantes- que descem, pesados, principalmente na época das cheias, ao sabor da velocidade do rio.

Sob a areia ficaram as antigas ruas, a igreja onde se festejava o dia de São Sebastião e o de São Benedito, as soleiras das portas onde se sentava na fresca da tarde para contar os “causos” e as histórias de pescador, as casas comerciais onde se comprava o tecido e o sal, o porto de onde saíam as canoas carregadas de sacas de farinha, os dois cemitérios que guardam dolorosamente a memória dos mais antigos e a impossibilidade de visitá-los. Embora a nova Vila de Itaúnas tenha sido construída nos mesmos moldes, seguindo os traços culturais tradicionais da comunidade, permanece a saudade da Vila Antiga:

“Dona Dorota –Eu morava no sertão, vinha todos dias na Itaúnas, mas do lado de lá, hein ? Lá onde é as dunas agora, né. Lá era Itaúnas muito boa, muito, é mesmo melhor do que aqui, que num tinha essa confusão de gente... num havia esse negócio... essas porcarietagem...porque esse lugar mais sossegado...” (Dorotéia Batista, 77, em 03.05.99)

3.3. “Terra à rola” e Modo de Vida

Referindo-se ao tipo social e cultural do universo das *culturas tradicionais* do homem do campo no Brasil, CÂNDIDO³⁸ utiliza o termo “rústico”, que englobaria a *cultura camponesa, cabocla ou caipira*, definida pelas características do *isolamento, da posse de terras, do trabalho doméstico, do auxílio vicinal, da disponibilidade de terras e da margem de lazer*. O conceito trabalha a questão organizacional das comunidades, ou seja, a forma como as comunidades se organizam coletivamente para garantir sua reprodução social.

Em proximidade teórica na análise dos “grupos rústicos” brasileiros, QUEIROZ³⁹ afirma que:

“O sitiante cultiva uma parcela de suas terras até a exaustão e, em seguida, recomeça um pouco mais longe o mesmo trabalho, no qual emprega instrumentos rudimentares. Sua casa de pau-a-pique ou de sopapo, coberta de sapé, é fácil de construir e é abandonada sem saudade. A grande extensão do território nacional constitui, para este gênero de vida, a garantia única de se manter um nível econômico mais ou menos satisfatório, pois a abundância da colheita depende praticamente do grau de fertilidade do solo”.

A disponibilidade de terras, fator fundamental na organização destes grupos, existiu no Extremo Norte do Estado até meados do século XX e é atestada pelo depoimento de Dona Dorota:

“- ...De primero, minha filha, vou te contar, você chegava lá no Angelin, você fazia uma casa aqui...aí você ia embora, voltava de novo, tornava a fazer lá diante, assim que era, que era do Estado...A terra era a rola !” (Dorotéia Batista, 77, em 04.05.99).

Segundo WOORTMANN⁴⁰, a *terra camponesa* constitui a “*expressão de uma moralidade, (...) algo pensado e representado no contexto de valorações éticas*”, e não simplesmente como objeto de trabalho ou mercadoria. É sobre a *terra* que se faz o *trabalho*

³⁸ CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* (8.ª ed.). São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1998.

³⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro – ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1976, p.52.

⁴⁰ WOORTMANN, Klaas A. A. W. “*Com parente não se negueia’: o campesinato como ordem moral*” (mimeo.) Brasília, UnB –Instituto de Ciências Humanas –Departamento de Antropologia, Série Antropologia n.º 69, s/d., p.03.

que constrói o patrimônio da *família*. Neste sentido, as sociedades camponesas ou tradicionais estariam estruturadas neste tripé *terra, família e trabalho*, categorias relacionadas entre si e vistas como valores vinculados a princípios organizatórios próprios.

A *terra* é o “chão da morada”, “*um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum*”⁴¹. É o espaço da reciprocidade, princípio moral onde a prática da *troca* de tempo responde à satisfação das necessidades de trabalho. A *troca* articula os elementos terra, trabalho e alimentos, que expressam uma relação também moral entre os homens e deles com a natureza. No uso da terra, o *trabalho* dá-se como valor ético, construindo a *família enquanto valor*. O valor monetário do trabalho, embora expressão da *autonomia* camponesa frente à sociedade como um todo, acontece preferencialmente na feira, que é o espaço do negócio, fora do território camponês.

Analisando o campo da Rússia de inícios do século XX, CHAYANOV⁴² relacionou a *autonomia* camponesa à *dimensão subjetiva na sua organização produtiva*: a produção camponesa gira ao redor da própria satisfação das necessidades e é avaliada subjetivamente através do balanço entre esta satisfação e a exploração da força de trabalho familiar. Produzir muito além do que se necessita é algo *desvantajoso* para estas comunidades, pois requer mais tempo de trabalho, que poderia estar sendo usufruído para outras atividades lúdicas, religiosas e de lazer, que ocupam um espaço significativo e valorizado no cotidiano marcado por relações de solidariedade e pelo sentimento de religiosidade.

Assim, o limite da produção, momento de deixar de trabalhar, é quando há superexploração da força de trabalho, enquanto o limite do aprimoramento da técnica para o aumento da produtividade situa-se no ponto até onde se mantém uma certa quota de utilização do trabalho familiar. Para WOLF⁴³, esta *autonomia* responde pela resistência do sujeito social camponês, atribuída por Teodor SHANIN⁴⁴ à sua adaptabilidade em situações de crise, pois é produtor da própria subsistência.

Enfocando a comunidade de Itaúnas, cabe estender o entendimento das sociedades ***camponesas, rústicas ou tradicionais*** para o *uso comunal e extrativista* de espaços e

⁴¹ Idem, ibidem, p.34.

⁴² CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos aires, Ed. Nueva visión, 1974. (1.a. ed. Moscou, 1925)

⁴³ WOLF, E.R. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo, Global Editora, 1984.

⁴⁴ SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

recursos naturais, visando a subsistência do grupo. Segundo DIEGUES⁴⁵, as culturas tradicionais caracterizam-se pela:

*“dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um **modo de vida**; conhecimento aprofundado da natureza (...) que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais (...); noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações (...); importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida (...); reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal (...); importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; tecnologia (...) simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente (...); fraco poder político (...); auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras”.*

A comunidade de Itaúnas é extrativista na sua origem, tendo na floresta tropical úmida e no mar a base de sua sobrevivência. Araçá, Cambucá, Caju, Pitanga, Goiti, Jaca, Paca, Tatu, Capivara, Traíra, Robalo, Piau, Morobá e outros alimentos nativos da floresta formavam a mesa local, complementada pelo Peroá, Pescadinha, Caçã, Sururu e outros alimentos da água salgada, pelas criações domésticas de Porco e Galinha, pela Batata, Quiabo, Abóbora, Pimenta, Coco e principalmente o Aipim e a Mandioca, cultivados nas pequenas roças itinerantes envoltas pela imensa floresta:

*“Dona Dorota - ...Olha, eu morei primero no Angelin. Aí depois nós fomos prum lugar chamado Santa Helena, aí lá que eu tive a primeira filha, Maria, aí depois que eu tive Maria, aí eu vim aqui pra Itaúnas...
- E Santa Helena era fazenda de alguém ?*

Dona Dorota – Era nada... era nada... era nós só... só tinha dois morador, a minha irmã e eu. Era um lugar dentro da mata, dentro da mata mesmo, rodeado de mata, num tinha medo de nada, né... ia passar por um pedaço de mata quando ia até na roça, eu ia sozinha trabalhar, chegava de tardezinha, sem medo, sozinha!...

⁴⁵ DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* (2.^a ed.). São Paulo, Hucitec, 1998, p.87.

- *Mas o que vocês plantavam lá na Santa Helena ?*

Dona Dorota – Nós plantava feijão, era milho, mandioca...Então...

- *E vendia ?*

Dona Dorota – Vendia ! Pra Itaúnas ! Itaúnas Velha. Quanto de farinha eu torrei lá pra vender... Apanhava no braço até lá...”(Dorotéia Batista, 76, em 04.05.99)

Ao lado dos alimentos fartos estavam os Cipós utilizados para tecer Jacás, Samburás, Esteiras e construir paredes de Estuque, além das Ervas e Raízes Medicinais que, junto das benzedeiras e parteiras, constituíam a medicina local. A maior parte da subsistência era fartamente suprida através do “usufruto” do meio natural; assim, não havia grandes necessidades de compra:

“– Mas, comprava as coisas pra comer ?

Umberto – Comprava !...Não, a gente só comprava mais era memo só o sal e o querosene que nós comprava...

– E o resto ?

Umberto – O resto, nós se virava por aqui memo.

– Tinha bastante ?

Umberto – Tinha ! Era peixe, era carne, gordura a gente quase num comprava, porque matava um capado aí de 30 quilo, você derretia e era quase meia lata de banha...” (Umberto Batista do Nascimento, 55, em 27.09.99)

“João – Ali tinha o ...naquela mata tinha muito bicho ! Naquela mata tinha onça, tinha veado, tinha tatu, tinha tudo quanto é paca, cutia, tudo, era mata de ter tudo, mesmo ! Entendeu ? Mata de ter tudo, hoje num tem nada mais! Tinha tudo, tudo, tudo, foi criado ali no meio da fartura!

– Era muita fartura de comida...

João – Muita fartura, muita fartura ! A gente morava na roça e aí, que que acontece? A gente matava às vezes um Tatu, no outro dia pegava um Tatu, outro dia pegava um Viado, outro dia pegava uma Paca, aí a gente tinha um Jacá... Aí, igual que eu tava falando, muita fartura, a gente tinha o fumeiro, aí detrás assim do fogão a lenha, aí botava um jacá velho, só pra botá carne salgada. Aí secava, ia lá e colocava. E às vezes, que eu vô te contar, aquele piero, que num tinha precisão. Muito ! Matava um porco do terrero, aí aquele

porco, aquele toucinho, aquele troço ia pr'ali, salgava e ia tudo pr'ali. E às vezes, que eu vô te contar, ave Maria, pegava até...de fazê sabão. Você sabe o que é fazê sabão? Fazê sabão, minha mãe fazia o sabão, pegava um toucinho, aqueles couro de troço que tava no jacá, que já tava preto, num dava mais pra comê, aí pegava o couro de bolo, aquele bicho, o boleiro, o boleiro, aquele coquinho que dá na ...dá na mata, aí você pega ele e poca em 4 banda, descasca ele direitinho, ele dá o sabão. Aí mamãe fazia aquele troço e fazia o sabão” (João de Deus Falcão dos Santos, 52, 15.08.01).

Neste **modo de vida**, a comunidade mantém relações muito estreitas e diretas com o meio físico e um saber construído e cristalizado através destas relações:

*“O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo, da natureza mesma dos meios de vida com que se encontram e que trata de reproduzir. Este **modo de produção** não deve se considerar somente enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. É, sobretudo, um determinado **modo da atividade** destes indivíduos, um determinado **modo de manifestar sua vida**, um determinado **modo de vida** dos mesmos. Tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”⁴⁶ .*

A conceituação de **modo de vida**, nascida no século XIX com Karl MARX, entende que as condições de produção material vividas por uma sociedade caracterizam suas diferentes formas de organização social, política e econômica, entremeadas por sua elaboração cultural. Na Geografia, esta discussão é iniciada por Vidal de LA BLACHE, cuja elaboração teórica está na formulação do conceito **gênero de vida**:

*“Um **gênero de vida** constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza, ou para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. (...) é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que imprimem cada vez mais suas marcas, impondo-se pela força adquirida por*

⁴⁶ MARX, Karl. *La ideologia alemana* (5.ª ed.). Montevideú/ Barcelona, Ed. Pueblos Unidos/ Ed Grijalbo, 1974, pp. 19 e 20.

*gerações sucessivas, estampando seu traço sobre os espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso”.*⁴⁷

O conceito ***gênero de vida*** traz a relação entre os fatores físicos e humanos -natureza e sociedade-, conforme os ditames da Geografia Clássica, que têm valor significativo para as atuais discussões sobre as complexas questões ambientais. Segundo este conceito, a “relação” entre sociedade e natureza deve ser apreendida através da leitura da *paisagem* ou *fisionomia das áreas*, que trazem estampadas em si os diferentes gêneros de vida praticados. A interpretação do visual construído produziria o entendimento das relações responsáveis por sua construção. Da prática dos gêneros de vida poderiam nascer hábitos e concepções que diferenciariam socialmente os povos, classificados numa escala evolutiva.

No transcorrer dos estudos sobre os Clássicos da Geografia em grupo coordenado pela professora Regina Sader durante o ano de 1998, discutiu-se que os conceitos ***gênero de vida*** e ***modo de vida*** apresentavam proximidade de entendimento. Contudo, permanecem as diferenciações entre si:

-O ***gênero de vida*** nasce na Geografia Positivista Francesa, que é definida por seu objeto: *ciência dos lugares diferenciados* a partir das relações sociedade/natureza, onde a escala privilegiada é a do lugar. O ***modo de vida*** traz as *diferenças dos grupos sociais* originadas das suas condições materiais, ou seja, a diferenciação social, política, econômica e cultural nascida na reprodução da própria existência, inserida também no sistema produtivo dominante, onde a escala é a do mundo;

-O ***gênero de vida*** sugere uma análise espacial descritiva regida por leis aplicáveis ao fenômeno a ser pesquisado: 1) localização; 2) extensão; 3) gênese; 4) analogia; 5) conexão. O ***modo de vida*** não espacializa a informação, mas como categoria de análise permite chegar à produção do espaço oriunda da organização da sobrevivência dos grupos através dos tipos diferenciados de uso dos recursos naturais.

Na constituição da vida da ***comunidade tradicional***, a floresta e o mar eram os ***territórios de uso comum*** que supriam seu alimento, abrigo e medicamento. A dependência estreita em relação ao ambiente da floresta e do mar cultivava o respeito que dirigia as

⁴⁷ LA BLACHE, P.V. de. “Os Gêneros de Vida na Geografia Humana”- 1.º artigo. *Annales de Geographie* n.º 111, ano XX, 15.05.1911. Tradução de Maria Regina C. de T. Sader e Simone Raquel B.Ferreira.

ações de seu uso. Neste modo de vida, o tempo cotidiano é compassado no ritmo de garantia da sobrevivência e os períodos necessários à manutenção do meio físico constituem valores tradicionais: é o período da desova do peixe no rio, quando se torna necessária a parada da pesca; é a época da procriação dos mamíferos, quando a presença dos filhotes inviabiliza a caça; é o tempo do caju anunciado pela florada, quando se aguarda o crescimento e amadurecimento dos frutos e da castanha para a apanha; são os dias de vento Sul impossibilitando a entrada no mar:

*“Essa representação simbólica do cíclico, de que tudo no cosmo nasce, morre, renasce é forte nas sociedades primitivas, mas está presente também nas comunidades tradicionais de pequenos agricultores itinerantes, de pescadores e coletores que ainda vivem ao sabor dos ciclos naturais e num complexo calendário agrícola ou pesqueiro. Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha.(...)Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva etc. Esses “tempos” são muitas vezes celebrados por festividades que marcam o início ou o fim de determinada safra”.*⁴⁸

⁴⁸ DIEGUES, op.cit., p.56

3.4. Práticas extrativistas no mar e na floresta: pesca, caça, cestaria, uso de ervas e de madeira

Um dos traços característicos da comunidade tradicional é a solidariedade como princípio organizativo. O *mutirão* ou “ajuntamento” testemunha estas práticas de cooperação, que podem ser solicitadas por quem está precisando ou mesmo oferecida pelos vizinhos. Neste trabalho, não há remuneração, contudo a relação de solidariedade é selada pelo compromisso moral do beneficiário em corresponder aos pedidos de auxílio por parte daqueles que o ajudaram:

“Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente, os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal. (...) Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus (...)”⁴⁹.

Na época em que ainda existia a Floresta Tropical densa e extensa, o *mutirão* acontecia na ocasião da derrubada de mata para abrir a roça:

“João - Lá em casa também o meu pai, num era só meu pai, muita gente, a gente fazia o juntamento também, né. O juntamento é o seguinte, a gente tava com a derrubada pra fazê, um arquere, lá em casa sempre usava um arquere, papai sempre usava um arquere de mata pra derrubá. Aí ele matava dois porco e chamava a gente. Ele chamava fulano, fulano, bertano, os vizinho todo, às veiz chamava quinze, vinte machadeiro. Aí quando era de manhã cedinho, ia chegando de um a um. Aí mamãe fazia a farofa, dois caldeirão assim, aí botava aí, o povo comia e papai, pocava pra roça, pra derrubada. Derrubá mata, derrubá mata, derrubava pra roça, pra fazê roça, plantá mandioca. (...) Aí quando era meio-dia, aquele montão de home lá, meio-dia mamãe já arranjava

⁴⁹ CANDIDO, op. cit., p.68.

uma colega, a gente era novo, quando a gente era maior, a gente ia mais ela, arrumava uma colega lá, os vizinho, as tia, entendeu, e pegava 2, 3 caldeirão de carne, entendeu, botava aqui outro caldeirão de feijão, outro desgramera de farinha, pra roça. Aí quando chegava lá, meu pai já tinha, já tinha o rancho que nós tinha, o ranchão, entendeu, aí limpava pra lá e pra cá, encostava e “ô, ói o almoço!”. Aí o pessoal ia chegando e cada um pegava seu prato, pegava seu prato. Ia lá, pegava feijão, tocava farinha, pá, pá, pá, aí terminava. Terminava de armoça e tal, aí mamãe tirava os trem e pocava. De tarde, a janta. É, os dois dia, o dia quem dava comida era papai. Aí quando era de tarde, quatro hora, quatro hora o povo ia chegando. O povo ia chegando, tomava banho, pá, pá, aí ele botava candeinho aceso, aí no meio da casa assim era no chão, forrava uma esteira e botava o pessoal, aí pá, pá, comia, aí todo mundo ia pra sua casa” (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

Ainda hoje, o **mutirão** é realizado na construção de casas através do “barreio”, etapa final da técnica do estuque. O *barreio* extraía da floresta toda a matéria-prima necessária. A parede é iniciada pelas peças de madeira mais grossas que sustentam o “envarinhamento” feito de galhos trançados e amarrados com cipó. Estrutura levantada, é a vez do barro que preenche os vãos entre as varinhas trançadas, fechando a parede. Antes da alvenaria, esta técnica era a mais utilizada na construção das moradias na roça e na Vila, que eram cobertas com telhado feito de pequenas tábuas de madeira-de-lei fixadas com pregos.

Os vizinhos e amigos próximos são convidados para o “barreio”, momento onde se desenvolve um trabalho coletivo e voluntário. Este dia também é contemplado com churrasco ou peixe assado, regados com cerveja e cachaça curtida com diferentes plantas e ervas –gingibre, *cipó-cravo*, *milome*. Segundo WOORTMANN⁵⁰, esta troca de tempo entre vizinhos é pensada como ajuda entre iguais que será retribuída, atividade descrita mais como festa do que como labuta. E em *festa*, as paredes vão sendo preenchidas artesanalmente, nesta técnica tradicional que apresenta um satisfatório conforto térmico e uma forte resistência ao tempo.

“João –Embarreio de casa era a mesma coisa, hein! Naquele tempo, o embarreio, ih, menina, o tal do embarreio de casa era infruído, infruído, que era igual hoje ter uma festa! Aquele tempo, o embarreio da casa, “ó, fulano vai

⁵⁰ WOORTMANN, op. cit., p.37.

embarreá a casa tal dia”, eu “Tal dia? Tá”. Aí, quando num demora “ô, vem cá sábado pr’ocê me dá uma mão pra embarreá?”. Aí quando era dia de sábado, você ia lá, o povão tava lá no embarreio, nego cantava, nego pintava, naquele tempo num tinha tempo de cachaça, você levava um litinho, que aquele tempo era difícil. Entendeu? Quando era de noite, o baile. Ê, bailão de arrancá poeira!

– E as casas eram muito construídas com barro, assim, estuque?

João – Era muito! Era tudo construído com barro! Tudo construído com barro!

– E cobria com que?

João – Cobria com taubinha e paia, essa paia de Indaiá. A taubinha você derrubava o pau, que tratava Araroba, derrubava o pau, aí pegava o traçador em dois, serrava, entendeu, serrava, depois que serrasse todinho, aí tinha o cuitelo, tratava o cuitelo, que trata hoje facão, mas é o cuitelo, aí metia o pau no bicho ali, aí botava e cortava a marreta de pau desse jeito aí, aí um batia assim tum! Outro batia e fazia tá! Aí pocava. Aí pocava aquele piero, mil, duas mil pra tampá uma casa, se quisesse fazê casa boa. Naquele tempo, quem tinha uma casa boa de taubinha era milionário. Ê, porque eu vô te contá, hoje é igual à telha, né. Aí, o que que acontece, aí a gente ainda tinha que limpá ela, deixá bem limpinho com facão, pá, pá, aí pregava um prego e vai... mas ê...eu tenho saudade daquela cobertura”. (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

O **mutirão** acontece ainda na época de fabricar a **farinha de mandioca** e o **beiju**. A casa de farinha é espaço predominantemente feminino, ocupado pelas mulheres e crianças. Principalmente na arte do beiju, o dia é o momento de colocar as conversas em dia as mães, avós, tias, sobrinhos e netos. O grupo passa alguns dias na casa de farinha, aproveitando a safra da mandioca.

Uma grande parte das roças antigas ainda possui farinheiras construídas de estuque e equipamentos feitos de madeira nobre, que testemunham a existência de espécies de árvores de grande porte na região. Em seu célebre trabalho de registro da história das comunidades negras existentes nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, AGUIAR⁵¹ apresenta o Quilombo do Negro Rugério, localizado na povoação de Santana, o maior produtor de farinha da região no século XIX:

⁵¹ AGUIAR, Maciel de. *Negro Rugério – farinha de mandioca e chicote*. Série História dos Vencidos – cad. 6. Centro Cultural porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 1995, p.20.

*“A Casa de Farinha, numa produção pré-industrial, também recebeu o nome de **bolandeira**, que tinha como característica uma roda grande puxada por uma junta de bois ou cavalos, que acionava uma espécie de rodete de ralar mandioca, evitando assim o serviço manual da roda de fieira. Depois da mandioca raspada, era lavada em grandes **cochos** –espécies de gamelas feitas de madeira cavada-, e levada ao ralador, onde a raiz da mandioca se transformava em massa”.*

Depois de raspada a casca da mandioca –trabalho realizado principalmente pelas mulheres e crianças- e ralada com motor ou manualmente, a massa é mergulhada em tachos com água para tirar a goma, utilizada nos beijos de *fáti*, de *coco*, de *amendoim* e na *tapioca* utilizada nos mingaus e farinha de coco. Retirada a goma, a massa é prensada para tirar o caldo e quando seca, é torrada nos fornos sobre os pratos de cobre para fazer a farinha (pura) ou o beiju (com coco ralado e açúcar).

*“Em seguida, a massa era levada para a prensa, onde era prensada por aproximadamente 24 horas, quando por um orifício extraía-se o ácido prússico. A prensa era uma enorme cavidade no tronco de uma árvore com um tampão, um parafuso conhecido como ‘moleque’, e um virador que fazia pressão apertando a massa, que ficava envolta em folhas de bananeira ou coqueiro e que, depois de seca, era peneirada e levada ao cocho grande. Meio dia depois, era a massa murchada no forno até virar farinha”.*⁵²

As práticas extrativistas estão presentes, ainda, no **uso de fibras vegetais** da floresta para o fabrico de cestos, samburás e esteiras, no **uso medicinal das ervas** nativas, na **caça** e na **pesca** nos rios e no mar, realizada pelos 50 pescadores de Itaúnas.

Tradicionalmente, a **pesca** em Itaúnas é realizada em canoas a remo, tanto no rio como no mar, canoas outrora esculpidas num único tronco das centenárias árvores nobres da Floresta Tropical:

*“–E as canoas, vocês faziam de que ? que madeira vocês utilizavam ?
Seu Didi – Antigamente ? Oiticica, Goiticica, é...Jaqueira, é...Juerana, essas madeira que faz as canoa.*

⁵² Idem, ibidem.

– Fazia com uma árvore só, né ?

Seu Didi – Só. Às vezes uma árvore, dava duas. A minha que eu pesco é Oiticica.

– Quanto tempo que ela tem ?

Seu Didi – ela tem mais de 20 ano.

– E está inteira ?

Seu Didi – Tá boa, ainda. Tá boa.

– E não acha mais ?

Seu Didi – Tem, mas é as firma, tudo das companhia, né, das empresa.” (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

As antigas canoas vêm sendo insistentemente reformadas com piche pelos pescadores, que procuram estender sua vida útil. Contudo, algumas vêm sendo trocadas por botes feitos de tábuas serradas que, embora não possuam o mesmo equilíbrio da canoa, crescem como alternativa à escassez das árvores nobres de grande porte na região.

A *pesca no mar* é realizada pelos homens, que o regionalizam de acordo com sua produtividade, espécies encontradas e técnicas utilizadas. Assim, tem-se o “mar de dentro”, que rodeia as *itaúnas* próximas à praia e onde se localiza a “lama”, lugar de maior concentração de alimento, peixes e também camarão, tão disputado pelos barcos de arrasto. É neste trecho que as *redes de espera* são colocadas para a captura da Pescadinha. No “mar de fora”, demarcado pelo tempo gasto em canoa a remo –de uma hora e meia a duas horas-, encontra-se o “cascalho”, onde a pescaria é realizada a *linha*, principalmente na captura do Peroá e com *redes de malha larga*, na captura de outros peixes maiores como o Caçõ, a Arraia e o Robalo. Na beira-mar realiza-se a pesca com *tarrafa*, rede com pesos ao redor, que se abre em forma circular ao ser lançada.

“João – *Tarrafa só tem na beira da praia, é por terra. Mas no mar você usa a rede de Pescadinha, você usa a rede de Robalo e você usa a rede de Caçõ. Três tipo diferente. Ah, a rede de Pescadinha, a maia é de três dedo. A rede de Caçõ é cinco dedo, entendeu? E a rede de Robalo é na base de cinco pra seis dedo, também, é malha grande, é malhoso, porque o peixe é maior. E daí você tem a pescaria também do Mero, com a gruzeira. A gruzeira você pega uma corda e estica ela, empata cinco ou seis anzol, e ali você estica ela e vai botando, vai botando, aí quando você vê que tá tudo certo, você chega lá e bota*

lá fora amarrado na pedra com a garateia, entendeu, e aí só vai cair o Mero. E a pescaria de linha, né. Mistura umas quatro ou cinco coisa dessa.

– De linha vocês pegam o que?

João – Ah, na linha você pega o Peroá, você pega o Roncador, você pega o Griacó, entendeu, você pega tudo quanto é peixe, pintô na linha do anzol, você tá trazendo!

– E cada peixe deste dá numa parte do mar diferente?

João – É, dá deferente, o peixe você... o Roncador, então, você num pega ele na lama, você só pega ele no duro.(...) A lama, você bateu a pedra aqui, você conhece, é lama. Aí você sonda, ce vê aonde aterrará ali na lama, é lama. Aí você pega, tira e vai pra frente, quando chegá lá você “bom, aqui é duro”. Aí é que o peixe, o Roncador tá.

– E na lama dá o que?

João – Na lama é a Pescadinha, pega a Pescadinha, porque na lama dá muito camarão, né, aí a Pescadinha gosta da lama por causa disso.(...) Porque sempre vem o ...na lama dá tudo, você sabe que na lama tem muito o lamarão, aí vem o camarão, aí que o peixe vem comê ele... E no duro, não, no duro só fica memo, num fica nada no duro. Só memo o Roncador, que ele só fica ali. Mas quando dá a noite, ele sai dali, à noite ele sai pra lama pra ele precurá trem pra ele comê também.

– E o Peroá?

João – O Peroá, a mesma coisa, o Peroá já fica mais no cascalho, porque tem trem em cima pra ele comê, no cascalho. O cascalho é lá forão. Bem fora, aí você bate e “aqui é cascalho”. Tem cascalho memo, você puxa na linha, pedaço de cascalho”. (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

Ao descrever comunidades pesqueiras de Cananéia, no litoral Sul de São Paulo, DIEGUES⁵³ afirma que o “mar de fora” é espaço das canoas já motorizadas dos chamados “pescadores artesanais”, em contraposição ao “mar de dentro”, que é utilizado pelos “pescadores-lavradores” em canoas a remo:

“O mar de fora significa o perigo, o imprevisto, a iminência de uma tempestade que pode virar a canoa. Desses perigos só pode escapar uma embarcação a motor, dirigida por quem conhece os segredos do tempo e do

⁵³ DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Coleção Ensaios n.º 94. São Paulo, Ática, 1983, p.194.

mar (...). Para o pescador-lavrador, que espera a entrada da tainha na laguna, o espaço aquático é como a extensão da terra: são as baías, as enseadas ao abrigo das tempestades e dos perigos do mar grosso. Nesse sentido, o mar de fora é um elemento de base na produção do pescador que vive da pesca, em oposição ao pescador-lavrador. Viver do mar significa conhecer seus segredos, as suas manhas”.

A comunidade de Itaúnas mantém semelhanças ora com os “pescadores artesanais”, ora com os “pescadores-lavradores” de Cananéia-SP. Tradicionalmente, esta comunidade não vivia exclusivamente do mar, mas usufruía intensivamente da floresta, rios e brejos para a manutenção de sua vida. Entretanto, os pescadores de Itaúnas têm como prática tradicional a saída ao “mar de fora”, como os “pescadores artesanais” paulistas, armazenando um saber a respeito do mar e da “arte da pesca”:

“(...) o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão”⁵⁴.

Seu Didi, Mestre do mar, demonstra esse saber da “arte da pesca”, adquirido nas muitas horas de vivência em diversos mares e que transparece no respeito e admiração que expressa:

“Seu Didi –Inclusive, o primeiro Cação quem pegou ontem...sábado, fui eu!

Um Galha-preta.(...)

– E como é que pega um peixe desses ?

Seu Didi – Rede. Depende a malha, né. Ele pode enrolar. Eu já peguei de cento e tantos quilo, eu peguei um de uns 400, numa rede 0.8, plástico 80.

– E aí, traz como pra terra?

Seu Didi – (...) Amarrei. Cortei, lá no mar. Cortei. Tive que cortar.

– Quantos metros ?

Seu Didi – 6 metro de comprimento.

– É maior que a canoa...

Seu Didi – Maior.(...)

⁵⁴ Idem, ibidem, p.198.

– Aonde que dá mais peixe aqui no mar de Itaúnas ? Tem uma região que dá mais peixe ?

Seu Didi – Tem. Ali, a região mais rica do nosso país, do nosso país, é entre Guarapari a Ilhéus, por aí.

– Por que ela é a mais rica ?

Seu Didi – Porque tem muito Badejo, muito peixe. Esses outros locais você não encontra peixe...dá muito Cherne, mas indo pro fundo, em barroça ! em profundidade, daqui dá 20 horas de motor, pra chegar dentro do Profundo, do Mar Novo, 20 horas. Eu passei 45 dias sem ver a terra, já. Só lutando no meio do mar...

– Aqui ?

Seu Didi – Saí de Vitória, saí de Vitória, pro Abrolhos ! Deitava, caía, “me deixa morrer”, cansado!

– E pescava bastante ?

Seu Didi – Lugar de fundura de dar 3 linhadas num dia só ! 3 parguerada! 500 metro de profundidade ! Pega, Cherne ! Cherne, Batata, Namorado, Gostosa, Liro...Você às vezes dá uma parguerada com 30 anzol, você dá uma chapada no bote, enche ! Só que você num ferra. Num dá pra você ferrá, porque você não sente. É muita profundidade. É 20 minuto pra você trazê a parguerada em cima ! 20 minutos. É um monte de anzol. 20 minutos... dá cãimbra.

– Você estava falando que aqui é muito bom pra peixe. Por que ? Aonde que dá peixe aqui ?

Seu Didi – O peixe, a influência do peixe é a época da extinção. Que o peixe só encosta mesmo, depende da calmaria e depende da desova. Depende da desova. Que um Cação Galha-preta, numa época que não é a época dele, tem ele, mas tá lá pro fundo ! Quando ele vem acá agora, que tá soltando os filhote, já tá enxertando outra vez, ela já tá grávida. Agora, daqui um ano ela volta. Vem pro raso, que lá não, porque as fera perturba, né. Lá não pode. A Baleia não vem da Antártica ? 6 mil quilômetro pra chegar na Ilha?” (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

Em Itaúnas, a saída ao “mar de fora” é realizada nas canoas a remo, que no litoral paulista são utilizadas pelos “pescadores-lavradores”, mas somente no “mar de dentro”. As canoas disputam o espaço fértil do mar com as embarcações motorizadas dos “balões” ou “arrasto” utilizadas na pesca industrial do camarão e vindas da Sede do município e outras localidades do país, como Rio de Janeiro e Santa Catarina.

No rio, a pesca é realizada pelos homens e pelas mulheres. Antigamente, na “época da Itaúnas Velha”, as armadilhas para a captura do peixe eram confeccionadas com varinhas e cipó, que hoje foram substituídos pelas redes de fio de nylon e bóias de isopor. A prática da pesca tradicional contemplava, ainda, o manejo de espécies com o objetivo de aumentar a procriação:

“João –Aí, o que acontece, lá em cima na roça que nós morava lá, nós fazia cerca do valão, né, fazia a cerca no valão, aí quando chegava... que num tinha, num sabia esses negócio de bóia, nem nada, tinha uns home, mas num sabia nada. Aí nós cercava, botava o Tapastero no valão do brejo que saía, aí...

– O que é o Tapastero ?

João – Tapastero é um trem ... de bambu. Você poca, limpa, limpa, limpa, limpa e senta em cima e faz o Tapastero, com o cipó, aí fica o Tapastero.

– É como se fosse uma cerca ?

João – Isso! É como se fosse uma cerca. Aí a gente bota no valão Aí pega os Covo, bota 2, 3 Covo. Covo é o Juquiá, é o Jiqui, entendeu ? (...) Aí chegava de manhã cedinho, tava escumando de peixe! Aí, sabe o que eu fazia ? Peixe miúdo, aí nós pegava o Purungo, né, pegava o Purungo, o cabaço, pegava ele, aí papai dizia assim “ó, ceis leva esse Purungo grande, ceis leva ele que eu quero...ceis enche de fio de peixe que eu quero levá pra lagoa”.(...) Chegava lá, nós enchia o Purungo, despejava o peixe, ia botando o peixe miúdo, tudinho, tudinho, tudinho, tidin, tidin, aí ele levava lá pra lagoa, que hoje é a Lagoa Domingo Lope. Aí chegava lá, despejava, galha de peixe ! Aí, pá, pá, o brejo secava tudo, o brejo secava, aí que quando chegava a época da lagoa, o peixe tava assim, cada um Morobá, cada uma Traíra, que nós botava !” (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

Nos tempos das extensas matas da Floresta Tropical, as necessidades de proteína eram bastante supridas também pela **caça**, prática que hoje é proibida pela legislação ambiental, mas que continua sendo realizada pela comunidade e por pessoas de fora, tanto como necessidade de alimentação quanto para a venda. As técnicas tradicionais de captura eram artesanais, construídas com varinhas, bambu e cipó, material que vem sendo substituído pelo metal e pólvora das armadilhas de fogo. Os animais de caça concentravam-se no interior das matas densas e nos brejos e alagados. Zirinha, atualmente moradora da Comunidade de Santa Clara, no Vale do Angelin, relata a prática da caça e de conservação

das carnes realizadas por sua família, principalmente na época em que viviam na região de divisa com a Bahia, onde havia uma Reserva Florestal do Estado:

“ – E vocês tinham mais roça ou usavam mais a mata, pra tirar bicho, tirar peixe...

Zirinha – Roça, né. Usava a roça, usava caçá , botá ...Mundéu, né, pegava Tatu...Paca...

– E como é o Mundéu ?

Zirinha – Mundéu é um ... faz umas estaquinha assim, né, mesmo assim, da largura das caça passar. Aí vai, e coloca o tambão, um negócio assim, um pau de travessado e coloca dois, duas madeira bem pesada, né, pra caça num escapá, né. E, aqui do lado a gente armava assim, fazia um negócio de armá , num sei como é, eu sei que quando a caça pisava lá, e botava lá embaixo.

Quando a caça pisava lá, era buf! (...) Então, a gente cumia sempre caça, mas o lugar que minha mãe morava, ela disse que não necessitava de... um Catitu encontrava com outro. Que eles vinha cumê na roça, né, igual porco, né, eles vinha cumê na roça e meu pai ficava lá esperando. Aí meu pai... na Santa Helena, né, lá na Reserva mesmo, que tinha aquela matona ! Aqui era mais escasso de caça, tinha muito mais gente do que lá, né. Lá era difícil porque bicho do mato, esses lugar como beira Rondônia hoje, né, esses lugar lá era igual Rondônia, cada uma matona ! Cada Matão, mesmo, fechado !

– Você lembra como chamava esta Reserva ?

Zirinha – Num lembro, não, a Reserva...

– Mas era ali perto do Picadão da Bahia ?

Zirinha – É, chegado no Picadão da Bahia, ali, pra lá, Pedro Canário. Aí ele... é isso mesmo, pra lá, mesmo. Aí tem gente que pergunta se eu sô baiana, “eu sô, nasci quase na Bahia, menino” (...). Aí eu falei assim, pois é, menina, aí ela disse que era carne de Viado, Tatu num se falava, era Catitu, Quexada, Anta, isso tudo eles fazia aqueles varalção, que lá num tinha geladeira, isso tudo tinha que salgá. Mas diz que isso era carne, que eles cumia direto! Ih ! Num comprava nada, num comprava nada, não ! Se matasse um porco, era pra mudificá o gosto. Mas inda era tudo assim, da mata. Lá era a mata que sustentava eles. E aqui era o rio, mais era o rio, né que da mata a gente quase num tirava nada, às veiz um Tatu, às veiz alguma Paca, mas o rio era...era uma fartura. Era o nosso pai rio, mesmo. A fartura do rio.” (Alzerina Batista, 55, em 18.11.01)

O *Mundéu*, o *Tapastero* e o *Purungo* são exemplos de instrumentos utilitários construídos com **fibras vegetais, cipós e madeiras** da floresta, assim como os Jacás, os Samburás para guardar peixe, as Esteiras, as Peneiras e as antigas Redes de pesca:

“Seu Didi – Mas não tinha plástico, não ! Não tinha plástico, não, na antigamente. Era linha de Tucum, fiado na mão.(...) Tucum é uma... ali no fundo do meu quintal tem, eles bota os cachinho, no brejo. Tira a palha e faz os fio. Quem fazia era a irmã de cumpadre Antero, finada Mariana. Dá muito no brejo. Ainda agora tem coco madurando... muito no brejo. O macaco gosta de cumê.(...)”

– Você faz cesto ainda ? Peneira ? O que se usa pra fazer ?

Seu Didi – Puruba. Puruba e cipó. Puruba é uma árvore que ele dá reto. Ele é bom pra quem tá com problema de conjutivite, a água.

Esse faz peneira?

Seu Didi – Esse faz peneira. Eu tirei pra dona Rosa, uma veiz que tava quase cega do olho. Dá uma luta ! Tem que cortar e ficar pingando as gota. Eu tirei um vidro desse tamanho, cheio.

– Pinga um óleo ?

Seu Didi – Não, uma água, uma água potável. Uma água potável. Nessa mata aqui tem muito. Mas faz pena você cortar e vai perdê a árvore...

– Mas pode ir cortando a folha e deixar lá o pé ?

Seu Didi – Não. Ela brota novamente. Cortar a própria árvore, ela dá os gomo igual cana, só que os gomo é cumprido. Igual cana. É, rebrota, rebrota, rebrota. (...)

– Mas e pro Jacá, aí é o cipó ?

Seu Didi – Aí é o cipó, tem o Timbó, o Timborana e o Macambira, vários tipo de cipó. E também tem o cipó ...como é que é o nome dele, que ele dá uns espinho. Você, pra pocá, é difícil. (...) Esse é o cipó Imbê. Imbê. Ele dá muito espinho. Mas só que ele espicha igual plástico. Você, sozinho, quase não consegue, se você botar nas costa, ele vai te furá. Eu sei a mata, uma reserva aqui da Bahia Sul, que tem. Tem uns que dá dessa grossura, aquele você num poca nunca, né. Dessa grossura você quase não resiste, pocar ele. É difícil, ele é muito forte”. (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

Algumas fibras têm também o **uso medicinal**, assim como várias outras **folhas, ervas e raízes** encontradas na Floresta Tropical. A medicina tradicional transforma as plantas

coletadas em chás, xaropes, unguentos, pomadas, pós, óleos e banhos, que são combinados com benzimentos e rezas. Seu potencial farmacológico soma-se, assim, à fé, resultante do sincretismo religioso entre o Cristianismo e os cultos de origem afro-indígena, cujos deuses eram a personificação dos atributos da natureza.

Relatando a história de Pedro Bongo, curandeiro descendente de escravos, AGUIAR⁵⁵ demonstra a importância e o valor que estas práticas de cura sempre tiveram para a sociedade em geral, até mesmo para a classe senhorial:

*“A silhueta esguia e alta, sempre com o ‘emborná carregado de raízes e pequenos vidros com todos os tipos de preparo para sarar os males da carne e do espírito’, andava **Preto Bongo** pelo interior dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, curando doentes desenganados do viver, que nunca tinham visto um médico e só acreditavam no **rezador**’.*

*Tinha de tudo em seu ‘emborná’, cujas ‘terapêuticas acabaram se incorporando na nossa farmacopéia popular, contribuindo de forma empírica, mágica ou religiosa para, através de ‘chá de raiz, de folha ou casca de árvores’, aliviar os sofrimentos do povo simples e pobre do Vale do Cricaré, constituindo-se no **curandeiro** dos escravos e ‘também do branco e do rico de acordo com a precisão’. Os revolucionários em luta contra as Forças do Governo ou os **capitães-do-mato**, ao se ferirem, mandavam chamar o **Preto Bongo** e até mesmo pra ‘fechar corpo’ contra os inimigos, pois ninguém dispensava a sua proteção, suas rezas, benzimentos, garrafadas, purgantes, patuás, entre outras tantas simpatias e mágicas largamente difundidas entre os milhares de escravos da região”.*

Ainda hoje estas práticas de cura persistem nas comunidades do Estremo Norte do Espírito Santo, institucionalmente pelas Pastorais da Saúde, nos municípios de São Mateus, Pinheiros e Conceição da Barra, e informalmente pelas senhoras mais idosas, que receberam este saber de sua ascendência indígena e negra escrava. Em Itaúnas, este saber passou a ser coletado pela Companhia Ofícios da Terra, formada em 1997 principalmente pelas “curandeiras” da Vila e por mulheres vindas de outros lugares para aí morar. Durante o ano de 1998, a Ofícios da Terra organizou encontros onde se aprendia sobre os usos

⁵⁵ AGUIAR, Maciel de. *Preto Bongo – o mítico do encantamento*. Série História dos Vencidos – cad. 4. Centro Cultural Porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 1995, pp. 19 e 20.

terapêuticos da flora nativa, pondo em prática receitas de medicamentos que no final eram distribuídos entre os participantes. Deste período nasceu uma primeira cartilha, intitulada “Remédios Caseiros de Itaúnas”, mas infelizmente este trabalho não prosseguiu coletivamente devido à necessidade não suprida de estrutura e recursos mínimos para a produção dos medicamentos. Zirinha, que é também descendente de escravos, ensina alguns remédios que eram retirados da mata nativa e hoje são cultivados nos jardins e quintais de algumas famílias:

“– Como é que vocês aprendiam essas coisas do mato ?

Zirinha – Menina, vinha de geração pra geração, né. Né ? Porque as mãe, a mãe da minha mãe ensinava pra ela, a mãe dela já ensinou pra ela, né. E gripe, fazia o xarope, pra livrá da farmácia, né, porque a situação financeira era muito... precária.(...) É, né, então... aí eles fazia xarope de...de que é...de...Poejo, né, essa Raiz de Erva Santa, a Raiz da Taririquinha, mesmo, cozinhava tudo junto, né, fazia aquelas mistura, Flor de Sabugero... deixa eu vê o que mais... Folha de... Curindiba, diz que é boa pra... né, tem uma coisa aí que ataca as criança, que mata, né, uma tosse aí, a gente não pode nem falá, que mata as criança, então, um galhinho de Curindiba madura, a folha do... Coloral, maduro também, botava, fazê aquele xarope, depois queimava o açúcar, jogava aquele chá em cima, deixasse fervê, até virá um... lamedô, um mel assim, sabe ? Aí dava à criança, né... e a Bicuíba, também, da mata, que hoje em dia não existe mais Bicuíba, né.

– Estes remédios eram todos nativos daqui, eram mato ?

Zirinha – Nativo, é mato. Nasce sozinho, né, e a Bicuíba, eles pegava assim, ralava a Bicuíba, né, e botava n’água morna, aí negócio de chiera, que a pessoa ficava chiando assim nos peito, né, (...) é asma. Então, aquilo curava asma. Era meio ruim, né, de tomá, mas tomava, tinha que tomá. E tinha muito remédio aí, casero, minha filha, que agora eu nem to lembrando mais... Fazia lamedô de Rosa... Rosa... Cravo, né, um Cravo é a rosa, mas nem só de espinho, não, né. Aí misturava com Malmequer, com Folha de São João, é...deixa eu vê o que mais... essa Vassourinha Branca, isso cozinhava, lavava, daí cozinhava e fazia o cozido bem forte, né, e fazia do mesmo jeito como pra asma, queimava o açúcar, jogava e abafava, deixava ele fervê até ficar assim, aquele mel assim, não muito grosso, senão ficava...né, mas ficava aquele lamedô, eles falava que era lamedô, né. Hoje em dia, fala que é xarope, né, eles falava que era lamedô. Com capricho conservava um bocado de dia, né, e

a criança tomava, eu mesma, nós todos fomos criados assim, era difícil ir no médico, né, ir no médico é agora, depois que começa a crescer mais, mas de pequeno minha mãe não...cuidava a gente assim.” (Alzerina Batista, 55, em 18.11.01)

3.5. *Presença negra no Ticumbi, Jongo e quilombos*

*“Glorioso São Binidito, hoje eu vim li participá
que não si pode mais vivê neste mundo assim como está.
Daí um jeito neste vosso mundo para as coisa melhorá,
vós combinai com São Mateus para nos auxiliá”.*⁵⁶

O Ticumbi é uma das marcas que ainda caracterizam as comunidades locais como *tradicionais*. É o tempo da festa presente, do encontro marcado ano a ano, do relembrar os antepassados idos, do culto ao santo negro. Na Vila de Itaúnas, é o momento de receber visitantes e parentes da região, das cidades e do “sertão”. Visitantes para a celebração ao santo do Ticumbi, São Benedito, e também ao padroeiro da Vila, São Sebastião; grupos de Reis de Boi, Jongo e Alardo, que vêm prestigiar a festa e, assim, mais uma vez, reafirmar traços de identidade.

A “brincadeira” do Ticumbi preenche grande parte do espaço lúdico e sagrado. Bernadete LYRA⁵⁷ afirma que o Ticumbi faz parte do universo banto das congadas e tem como círculo geográfico ritualístico a cidade de Conceição da Barra, a povoação de Santana, a zona do “Sapé do Norte” –na qual se encontra Itaúnas-, além das povoações de Campinas e Barreiras, às margens esquerda e direita do rio Cricaré:

*“São Mateus, incluindo a população de Barra, atual município de Conceição da Barra em que se localiza o ritual do Ticumbi, era o maior centro de escravos do Espírito Santo. (...) Os descendentes desse enorme contingente negro habitam o interior dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Vivem em roças onde cultivam mandioca, conservando hábitos próprios herdados dos antepassados e integrando uma imensa comunidade negra onde todos são parentes e/ou compadres, concentrando-se na região rural. Dessa comunidade negra sai o Ticumbi”*⁵⁸.

O Ticumbi é também chamado de “Brincadeira de São Benedito”, não só no sentido do lazer e divertimento, como também no da representação. O primeiro grupo de Ticumbi

⁵⁶ NEVES, Guilherme dos Santos. “Ticumbi”. *Folclore*, vol.II. São Paulo, 1953, pp. 19-48

⁵⁷ LYRA, Maria Bernadete Cunha de. *O jogo cultural do Ticumbi*. UFRJ, Dissertação de Mestrado em Comunicação, 1981.

⁵⁸ LYRA, op. cit., pp. 25 e 32.

de Conceição da Barra -“Baile de Congo de São Benedito”- é formado somente por negros e dirigido pelo Mestre Tertolino. Um de seus antigos participantes, Pedro Bongado, o levou de Conceição da Barra para o “sertão” de Itaúnas: o *Ticumbi do Bongado*. Há cerca de 20 anos, Seu Antero, morador antigo da Vila de Itaúnas e também membro do Ticumbi do Bongado, resolve trazer a brincadeira para a Vila, devido às dificuldades de ensaiar na roça: nascia o *Ticumbi de Itaúnas*. Para isto, constrói uma igrejinha para ser a moradia do santo, ganho de presente vindo de turistas de São Paulo.

Na “Itaúnas Velha”, o santo também tinha morada fixa. Porém, em data não lembrada, histórias dizem que São Benedito –entalhado em madeira com cerca de 300 anos- foi caçado pela Igreja e jogado no lixo ou levado para um depósito pelo padre. A troca do santo negro por um santo branco –São Sebastião, o atual padroeiro da Vila- revela o preconceito racial encampado também como forma de dominação pela Igreja Católica, verificado em muitos episódios da história brasileira. Encontrado por um seu devoto, São Benedito foi morar em Santana e é buscado todos os anos pelo Ticumbi do Bongado para brincar na Festa da Vila nos dias 19 e 20 de janeiro, em sua homenagem e em homenagem ao padroeiro São Sebastião.

Em LYRA, junto de outras manifestações culturais afro-brasileiras, o Ticumbi também não consiste na adaptação passiva do africano escravizado à nova referência cultural que se impõe –cristianismo católico-, mas é fruto de um processo concomitante de assimilação e resistência, atestando a “*continuidade e reelaboração de um complexo cultural básico negro em confronto com a prática religiosa do colonizador*”⁵⁹. A reelaboração simbólica e cultural pode ser verificada no enredo do Ticumbi: a disputa entre o Rei Congo e o Rei Bamba, para ver quem irá fazer a festa de São Benedito.

*“Reis de Bamba é reis valente, não tem pena da pobreza,
Só pensa em violência, só por conta da riqueza.
Reis de Congo está brigando pra defender São Benedito,
Tá pegando sua bandeira pra levar lá pro Egito.
Reis de Bamba está dizendo: ‘Eu quero ver quem é bonito’,
Ele vai topar parada se pegar São Benedito.
Reis Bamba e seu vassalo, eu quero ver sua jornada,*

⁵⁹ LYRA, op.cit., p.17.

*Se você diz, que não tem medo, comigo tu vai topar parada”.*⁶⁰

O Rei Congo, africano, é o vencedor, e sua forma de subjugar o Rei Bamba é através do batismo. Aqui temos a marca mais forte do sincretismo religioso da “brincadeira”: por um lado, o símbolo da vitória na guerra religiosa consiste num ritual cristão; por outro, a luta pode ser entendida como guerra entre duas nações africanas, e o batismo como uma “vergonha” a ser passada ao perdedor: Segundo LYRA,

*“O código da resistência, em sua ambivalência, transparece também no próprio ‘relato’ da dramatização. Dois reis, ambos negros, um batizado (presume-se), outro não, porfiam por fazer a festa do santo. Por certo o rei de Congo, personificando aquele que na própria história da África foi chamado ‘rei cristão’, retém os signos brancos católicos. Curiosamente, seu direito de fazer a festa de São Benedito decorre do fato de ser ele ‘o rei mais velho’. Valorizado segundo a pertinência de uma cultura branca, o rei de Congo tem sua prioridade afirmada através de um traço cultural negro. Após vencer a ‘guerra’, o rei de Congo se apressa em batizar o inimigo. Assim como os senhores se apressavam em batizar os escravos chegados da África. O rei de Bamba submete-se ao batismo com seus guerreiros”*⁶¹.

Além dos Reis de Congo e de Bamba e seus Secretários, cada grupo conta com 12 Congos, homens que entoam os pandeiros em acompanhamento ao violeiro e assim realizam a melodia do Baile de Congo. O texto do Baile é escrito pelo “Mestre da Brincadeira” e iniciado pelas Marchas, seguidas do Chiquiniqui, Versos, Entrada de Contra-Guia, Discante, Guerra, Empire, Corpo de Baile, Ticumbi e Roda Grande, cada trecho correspondendo a ritmos, coreografias e mensagens diversas.

Nas “Marchas” e primeiros “Versos”, os devotos iniciam o primeiro contato com o santo, pedindo e agradecendo todas as bênçãos concedidas, e apresentam a “brincadeira”:

*“Glorioso São Benedito, devoto tem paciência,
Vou pedir a Deus do céu para acabar com a violência.
Glorioso São Benedito, não muda aquilo que é seu,*

⁶⁰ “Entrada de Contra-Guia” e “Versos”. *Baile de Congo do Ticumbi do Bongado*, janeiro/2001.

⁶¹ LYRA, op.cit., p.93.

*O vosso nome é de Santo, mas já foi escolhido por Deus.”
“O Ticumbi não é brasileiro, mas nasceu nesse sertão,
Vem trazido pelos negros, no tempo da escravidão.
Glorioso São Benedito não devemos esquecer,
Mas na hora do perigo só vós que vem me socorrer.
Na hora que nós estamos brincando, mas todo mundo acha bonito,
É preciso ter devoção para assumir com compromisso”.⁶²*

A “Entrada de Contra-Guia” e o “Discante” apresentam os Reis e preparam a “Guerra”. Após a vitória do Rei de Congo, é chegada a hora do “Empire”, quando todos os Congos se ajoelham à frente da Igreja e do violeiro e entoam uma prece:

*“Vamos rezar o empire, que é de nossa obrigação,
Nós estamos louvando a São Benedito e ao Mártir São Sebastião.
O empire nós já rezamos com prazer e alegria,
Nós somos todos devoto e filho da Virgem Maria.
Eu pedi a São Benedito e ao Mártir São Sebastião
Vamos todos nos levantar e tirar o joelho do chão”.⁶³*

No “Corpo de Baile” e “Ticumbi”, os Congos voltam a conversar com São Benedito, pedindo-lhe ajuda:

*“Ô meu São Benedito, o que vamos fazer ?
Aqui estão seus devotos, aqui estão seus devotos, não deixa sofrer !”
“Glorioso São Benedito, me valei, meu padroeiro,
Que dê paz e sossego a todo povo brasileiro”.⁶⁴*

A “Roda Grande” é momento da expressão da opinião do grupo, onde se faz a crítica aos poderes públicos locais através de comentários irônicos e se apresenta os atributos do lugar. Aqui o Ticumbi se afirma enquanto veículo de difusão de idéias e de reafirmação da identidade cultural e política:

⁶² “Marchas” e “Versos”. *Baile de Congo do Ticumbi do Bongado*, janeiro/2001.

⁶³ “Empire”. *Baile de Congo do Ticumbi de Itaúnas*, janeiro/2001.

⁶⁴ “Corpo de Baile” e “Ticumbi”. *Baile de Congo do Ticumbi de Itaúnas*, janeiro/2001.

“O Ticumbi, bem como as múltiplas variações de baile de congos, (...) são rituais que não só guardam em si conotações religiosas como também externam, através do discurso simbólico, a capacidade de expressar aspectos da sociedade em que ocorrem.(...) Na ‘roda grande’ faz-se menção a acontecimentos que de uma forma ou de outra, incidem sobre a comunidade negra local. (...) Na ‘roda grande’ tudo é permitido. Critica-se a atitude dos padres locais ao tirarem São Benedito de seu antiquíssimo altar; reclama-se contra a maneira com que os ‘grandes’ tratam os ‘pequenos’ (...); comenta-se a morte do violeiro (...)”⁶⁵.

Os ensaios do Ticumbi são realizados nas roças, a partir do mês de outubro. Alguns ensaios são “assumidos” por pessoas da comunidade. Assim, no “ensaio de Dona Maria Catarina”, ela é responsável pelos comes e bebes, e às vezes pelo transporte dos “congos” participantes da “*brincadeira*”. Além disto, ambos os grupos escolhem a pessoa que será sua “*festeira*”, convite que é recebido com honra pela comunidade. A pessoa “*festeira*” tem o compromisso de acompanhar o grupo e buscar esforços para garantir a realização de uma boa apresentação e Festa, no que se refere às vestimentas, aos instrumentos, ao almoço no dia da chegada do *Ensaio Geral* e aos fogos.

“(...) o ensaio ocorre no mato, o dia do santo na cidade. (...) O mato é significativamente escolhido. Nessa escolha, o ritual se reconhece, se identifica, busca um espaço negro onde atue como marca de distinção cultural. Ocorre um rompimento com o espaço urbano. (...) Na concepção herdada pelos negros brasileiros, o mato é um lugar onde as forças da natureza estão livres e soltas em sua intercomunicação com os seres”⁶⁶.

O *Ensaio Geral* realiza-se na noite anterior à apresentação, quando o grupo encena o enredo repetidas vezes perante São Benedito, e ao amanhecer se desloca até a Vila pelo rio, de canoa e bote. O *Ensaio Geral* é uma festa da roça, com direito a comida de fogão a lenha, café, gengibre (como tempero da pinga), forró e samba –nos intervalos do Ticumbi. Em janeiro de 2001, o *Ensaio Geral* do **Ticumbi do Bongado** foi de Seu Hernandes, que se encarregou da farofa e das carnes para os congos e espectadores da noite. Seu Hernandes é sobrinho de Pedro Bongado e testemunha a continuidade da tradição na família. Pela manhã, o Ticumbi do Bongado deixou o sítio do Bino –Rei de Congo- e se deslocou ao

⁶⁵ LYRA, op.cit., pp.83 e 87.

⁶⁶ LYRA, op.cit., p.91.

“Porto de São Benedito”, no Rio Itaúnas. Embarcado em canoas e botes, o grupo desceu o rio entoando seu Baile de Congo até a Vila, onde foi recebido pelos moradores e turistas. Caboquinho afirma que esta festa esteve tão bonita que São Benedito até souou na porta da Igreja! A relação que se estabelece com o santo é direta e familiar -a própria imagem personifica o santo-, típica do “catolicismo rústico”, segundo QUEIROZ⁶⁷ :

“A idéia que o sitiante forma a respeito dos santos é também do tipo familiar. O santo não é um ser longínquo, impessoal, invisível; sob a forma de imagem, habita o oratório ou capela. A imagem não é um símbolo, ela é o próprio santo; o santo pertence ao mundo natural pela representação que está no altar e ao mundo sobrenatural por sua essência”.

O **Ticumbi do Bongado** faz seu *Ensaio Geral* na noite de 18 para 19 de janeiro – quando desembarca na Vila- e sua apresentação em frente à Igreja de São Sebastião, o padroeiro, ocorre no dia 20 de janeiro, após a Missa realizada pelo padre. O *Ensaio Geral* do **Ticumbi de Itaúnas** acontece na noite de 17 para 18 de janeiro e sua apresentação no dia 19 de janeiro, após o Culto a São Benedito na Capela construída por Seu Antero. O Culto a São Benedito é realizado pelas mulheres religiosas da comunidade, uma vez que a Capela não é reconhecida pela Igreja oficial. No entanto, embora “profanado”, este Culto na Capela traz um momento de grande aproximação da comunidade, elucidando questões que estão diretamente enraizadas em seu cotidiano. No Culto realizado em 19 de janeiro de 1999, partiu-se da louvação ao santo negro a um momento de discussão sobre o preconceito racial, nesta comunidade de grande presença negra. Os versos cantados vinham neste caminho:

*“São Benedito que é tão simples como nós
Sabe quem somos, vai ouvir a nossa voz.
O santo negro que é nosso protetor
Sempre amou a sua gente, sua raça desprezada.
Ele não tinha nem dinheiro, nem leitura,
Mas sabia dar lição a muita gente preparada.
Quem é o santo que nós homenageamos ?
É o negro poderoso, sua força é o Divino.
Todos os negros e os pobres desta terra*

⁶⁷ QUEIROZ, Maria Isaura, op.cit., p. 60.

São irmãos de Benedito, protetor dos pequeninos”.

Assim, no culto cristão o Ticumbi afirma sua resistência cultural que remonta à época da escravidão africana. A festa é o momento do encontro que reafirma laços de identidade e vivifica as lembranças de tempos idos:

*“Um estudo sobre a religiosidade popular e sobre a sua significação atual pode, indubitavelmente, fundamentar-se nas ocasiões de festa, que representam um esboço de síntese de encontros e de confrontos de idéias, de valores e de sentimentos. (...) E é precisamente a festa que coloca em evidência a reapropriação, ou, pelo menos, o desejo de recuperação, de uma solidariedade, de uma vivência intensa, de um exercício da fantasia (...). Antes de tudo, não seria possível falar de uma fratura absoluta existente entre a festa religiosa-popular e todo o resto da experiência cotidiana. O continuum não se interrompe. Tudo é impregnado simultaneamente de pragmatismo e de idealismo, que, ao conjugarem paralelamente a tradição do passado e o impulso na direção de um novo mundo, recuperam, ao mesmo tempo, ideologia e utopia.”*⁶⁸

A tradição vem perdendo alguns de seus traços e encontrando dificuldades de apoio para a manutenção das vestimentas e instrumentos, que antes vinha de doações dos fazendeiros e comerciantes da região. O fluxo turístico trouxe novos valores que vêm absorvendo o sentido da “brincadeira” para os mais jovens. No entanto, por outro lado, um movimento por sua revalorização como manifestação folclórica, inclusive pelos turistas, vem despertando o interesse dos mais jovens pela continuidade do Ticumbi. Este interesse incentivou a formação do **Ticumbi Mirim de Itaúnas**, cuja primeira apresentação realizou-se na ocasião do *Primeiro Seminário de Folclore de Conceição da Barra* (agosto de 2001).

São Benedito também é valorizado pelo **Jongo**, outra tradição da época da escravidão,

“(...) uma espécie de samba de roda do qual participam homens, mulheres e crianças e tem como principal característica a movimentação no sentido anti-

⁶⁸ CIPRIANI, Roberto. “Biografia e símbolos da cultura popular: o Cristo vermelho”. In: VON SIMSON, op. cit., p.124.

*horário. Como instrumentos musicais, os jongueiros utilizam tambores, reco-recos (casacas) e caixas, na maioria das vezes, confeccionados artesanalmente pelos próprios componentes do grupo”.*⁶⁹

Os versos do **Jongo**, embora relatassem o sofrimento, anseios e esperanças dos escravos, passavam ininteligíveis aos ouvidos dos senhores, a quem aparentemente não oferecia perigo por não utilizar facas, espadas ou armas de fogo, mas somente instrumentos musicais. Este entendimento da classe senhorial permitiu que o Jongo se configurasse como a diversão dos negros escravos, embora sorrateiramente a “brincadeira” disseminasse a comunicação que costurava suas redes de protesto e revolta.

*“Mesmo com essa ‘diversão vigiada’, o Jongo pode ser a única forma de comunicação entre os negros aquilombados pelas matas e os da cidade, ‘quando o tambô andava pidindo adjutório pelos mato, pra festa de São Binidito, que era uma coisa muito antiga, bem antes da Igreja Católica proibí; o Jongo cantava na música o recado que os nego pricisava sabê, por isso que até hoje muita gente não entende o que o Jongo tá cantando; é isso que vem do tempo do cativero e só os escravo sabia intendê cada verso cantado’”.*⁷⁰

Sendo permitidas, a música e a dança do **Jongo** acompanhavam o **Tambor de São Benedito**, quando os negros saíam percorrendo os sertões de São Mateus e Conceição da Barra pedindo esmolas para realizar a festa do santo em 27 de dezembro. Atualmente, existem dois grupos de Jongo de São Benedito –o de São Mateus e o da comunidade das Barreiras- e um de São Bartolomeu, localizado em Santana, Conceição da Barra.

Junto ao Jongo, outros tambores ecoavam nas matas, emoldurando os rituais mágicos e religiosos da **Mesa de Santa Maria**, de **Santa Bárbara** ou **Cabula**. A descrição mais detalhada sobre este ritual veio do primeiro bispo do Espírito Santo, Dom João Batista Corrêa Nery, que visitou a região em 1901, introduzindo a censura, proibição e perseguição da prática aberta da Cabula. Sob a ótica cristã rodeada de estranhamento, D. João tenta descrever as crenças que baseiam o ritual de origem africana:

⁶⁹ NARDOTO, Eliezer & LIMA, Herinéa. *História de São Mateus*. EDAL, 1999, p.374.

⁷⁰ AGUIAR, Maciel de. *Salvino Rodrigues – o Jongo de São Benedito*. História dos Vencidos – cad.26. Centro Cultural Porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 1996, p.11.

“A nosso ver, a Cabula é semelhante ao Espiritismo e à maçonaria, reduzindo as proporções para capacidades africanas e outras do mesmo grau. Como o Espiritismo, acredita na direção imediata de um bom espírito chamado Tatá, que se encarna nos indivíduos, e assim mais perto os dirige em suas necessidades temporárias e espirituais. Como a Maçonaria, obriga seus adeptos –que se chamam Camanás (iniciados) para distinguir dos Caialos (profanos)- a segredo absoluto (...).”⁷¹

O segredo absoluto fazia-se presente também acerca do local onde se praticava o ritual, preferencialmente na mata, próximo a nascentes e regatos:

“As reuniões são secretas, ora em uma determinada casa, mais comumente nas florestas, à alta noite. À hora aprazada, todos de camisa e calças brancas, descalços, se dirigem ao Camucite (templo). Uns a cavalo, outros a pé, caminham silenciosos, fechando a retaguarda o Enbanda [chefe da Mesa]. (...) Em um ponto dado, deixam o caminho e tomam uma vereda, só conhecida dos iniciados. Então acendem as velas”.

O ritual da **Mesa de Santa Maria** espalhava-se pelas matas e era dirigido por Mestres que também guardavam o saber da cura, como o conhecido Ducatora, que adivinhava a morte de algumas pessoas. Zirinha relembra suas memórias da época de criança:

“Zirinha – A Mesa de Santa Maria eu nunca fui, né, num vô te falá mentira, não, que eu nunca fui. Era...meu pai ia...eles brinca no mato, né. Você já ouviu falar, né ? A Mesa deles é no mato, né, nas mata, mas dizia ele que num pode ir, mas eu acho que até, num sei se já acabô essa tal de Mesa de Santa Maria. Sempre nos terreiro assim, em casa, saía gente, né, de Santa Maria, eu já vi. Saía assim, o santo chegava aí, dizia que era santo, né, pegava eles e sumia por aí, pelos mato, quando chegava todo amarrado. Tudo eles amarrado ! De mão pra trás. (...) Amarradinho, amarradinho, amarradinho, amarradinho, amarradinho, amarradinho ! Ninguém desamarrava eles. Rolava aí, ó. Rolava, rolava, acabava, levantava, ninguém... ih! Suava, os home ! Suava, ia desamarrá aquela pessoa, é ruim, hein ! Nó mesmo, feio ! Aí, eles saía outra vez. Quando chegava, limpinho, sem nada.” (Alzerina Batista, 55, em 18.11.01)

⁷¹ AGUIAR, Maciel de. **Viriato Canção-de-Fogo – o guerreiro dos baculos**. Série História dos Vencidos – cad. 5. Centro Cultural Porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 1995, p. 16 a 19.

Seu Blandino, 63, descendente de escravos que vive sozinho num sítio rodeado de eucaliptos próximo à Comunidade de São Domingos, relembra a época em que o Tambor de Jongu e os terreiros se espalhavam pelas roças:

“– E tambor, tinha tambor ? Tocava tambor aí ?

Seu Blandino – Tocava, tocava, mas tambor eu num gostava muito de tambor, não, gostava mais é de sanfona. Agora tinha tambor também.

– E tinha jongo ?

Seu Blandino - Tinha .

– Tinha terreiro também ?

Seu Blandino – Tinha, o terreiro de jongo era de macumba, e tinha outro terreiro de dança sem ser de macumba.

– E onde era o terreiro ?

Seu Blandino – Ah, qualquer uma casa de um assim , “ó, lá em casa tem um jongo hoje”. Aí juntava aquele mutirão de gente na lamparina rompava essas mata aí, batia nas casas dos vizinho aí ...”(Blandino Santos, 63, Comunidade São Domingos, 04.05.00)

Estas heranças culturais africanas na região são atestadas pela maioria da população local e reforçadas ainda mais pelas comunidades remanescentes de **quilombos** encontradas no Extremo Norte do Espírito Santo. Alguns remanescentes foram constatados em levantamento de campo preliminar realizado em maio de 2.000 nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus com Chapoca (Domingos Firminiano dos Santos), 41, liderança negra local. Atualmente, os remanescentes somam 33 comunidades, que até a década de 1950 permaneciam isoladas da sociedade urbanizada e industrial, dentre elas a Comunidade do Cuxi, Quadrado, Morro dos Parentes, Pedra D’Água, Paraíso, Água Preta, Santana, Linharinho, Angelin, Queixada, São Domingos, Serraria, Divino Espírito Santo, São Jorge, Chiado. Percorrendo o vale do Rio Angelin –importante afluente do Itaúnas-, obtivemos a informação de que, somente ali, viviam cerca de 300 famílias negras antes da chegada do eucalipto, compondo um extenso **território negro** no Extremo Norte.

“Toda a história do negro no Espírito Santo está salpicada de quilombos, mocambos e insurreições.(...) Ligada longo tempo ao território de São Mateus de onde se desmembrou em 1833, Conceição da Barra até hoje deve sua produção agrária aos negros que, quer pelas constantes fugas durante a escravidão, quer pela fixação agrária em seu território após a Abolição,

permaneceram no interior, ao longo dos pequenos afluentes do rio Cricaré e do rio Itaúnas, principalmente na região conhecida como região do sapê. (...) as condições propícias ao aquilombamento e sobretudo o retorno aos modelos negros tribais após a libertação muito contribuíram para a taxa atual da população de cor, uma das mais elevadas do Estado”.⁷²

Segundo CARRIL⁷³, a visibilidade adquirida por estas comunidades em todo o país adveio da valorização econômica que seus territórios passaram a adquirir com o desenvolvimento industrial impulsionado pelo Centro-Sul. No Extremo Norte do Espírito Santo, hoje cercadas pelos extensos plantios de eucalipto estas comunidades queixam-se das dificuldades e carências ditadas pela não disponibilidade de terras, pelo fim da água potável devido à seca, assoreamento e contaminação de cursos d'água, pela proibição de uso de quaisquer recursos naturais –madeira, cipó, caça e pesca-, pela imposta ausência de vizinhos. As festas religiosas constituem raras ocasiões em que ainda se mantêm os encontros entre si. Dona Luzia, 75 e Maria do Rosário, 34, testemunham as origens do Ticumbi e sua continuação na mesma família pelo Mestre Tertolino, do Baile de Congo de São Benedito, de Conceição da Barra:

“Chapoca - As festas tradicionais ... A festa do negro aqui era a festa de São Benedito, era festa tradicional, do pessoal de origem, de matriz africana...

– Desde o começo sempre foi São Benedito ?

Chapoca – E tá acabando...

Maria do Rosário – Mais forte, né.

– Por que é de São Benedito a festa, Dona Luzia ?

Dona Luzia - Ah, porque dia primero de ano, né, aí fazia aquela festa de pandeiro, de congo, né, inda tem aí ...

- E ele é padroeiro aqui então da comunidade ?

Dona Luzia – É. Tem um cunhado meu que até ensaia, que representa, todo ano.

– Tem ainda congo ?

Dona Luzia – Tem ...

– Congo ou é Ticumbi?

⁷² LYRA, op.cit., pp. 28, 30, 31.

⁷³ CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. “Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil”. In: *Informa* n.º 67. São Paulo, AGB, 4.º trimestre/97, p. 6.

Dona Luzia – Ticumbi mesmo. (...)

Maria do Rosário - Foi gerado na família dela mesmo...

– Mas é aqui ou na Barra hoje que ele brinca ?

Maria do Rosário – Em todo lugar...

Dona Luzia - Na Barra, da Barra uns chama pra lá, até em Brasília eles foram, já foram já.

– Foi originado de quem?

Chapoca – Da família do pai dela .

- Do pai da senhora ?

Dona Luzia – Dos meus avô...

Maria do Rosário – Os avô dela era o chefe, na época, que era muito bonito...

– E tem ainda, hoje tem ?

Maria do Rosário – Hoje tem.

Dona Luzia – Agora quem luta mais é um cunhado meu, casado com uma irmã minha.

– Como que ele chama ?

Maria do Rosário – Tertolino”.(Dona Luzia e Maria do Rosário, Comunidade negra do Angelin do Meio, 04.05.00)

4.1. “Vocação madeireira”

Até o início do século XX, o Norte do Espírito Santo exibia grandes extensões de densa floresta tropical. MEDEIROS⁷⁴ afirma que, até então, embora a região guardasse o que havia de melhor em Mata Atlântica, a indústria madeireira localizada no Rio de Janeiro e São Paulo utilizava apenas o pinho-de-riça importado da Letônia, Lituânia e Estônia. A peroba-do-campo proveniente de Campos, no Rio de Janeiro, foi a primeira espécie de madeira nativa a substituir as madeiras importadas: era madeira de troncos retos, uma das mais bonitas da Mata Atlântica e servia para vários serviços. Esta descoberta estimulou as serrarias do Rio de Janeiro a saírem à procura de “reservas” da peroba:

*“A exuberância da Mata Atlântica do Espírito Santo (...) começou a ser liquidada de vez, a golpes de machados e serras, no início do século XX. Dos anos 20 em diante, um destemido grupo de madeireiros (...) abriu a trilha da devastação, que seria percorrida por outros desbravadores em busca da riqueza com o comércio de madeira (...). Eles derrubaram árvores em extensas matas ao longo das regiões de São Mateus e Conceição da Barra (...), praticamente 70% de toda a região norte do Estado”.*⁷⁵

A primeira região do Espírito Santo a ser explorada corresponde à área da bacia hidrográfica do rio Itaúnas. Na época, o governo do Estado preocupava-se com a ocupação do Extremo Norte do Espírito Santo, uma vez que o acesso a esta região de fronteira era dificultado pelas densas matas e ausência de estradas e existia o temor dela ser invadida ao Norte pela Bahia. Para efetivar a ocupação desta região, o Estado define políticas de exploração madeireira:

“Os irmãos Donato, por exemplo, donos de uma das maiores serrarias do Rio, deram com os costados no Espírito Santo à procura de áreas de floresta para garantir o suprimento de sua indústria. (...) Iniciaram a atividade por volta de

⁷⁴ MEDEIROS, Rogério. “Ciclo da peroba inicia o desbravamento do Norte”. In: Jornal *A Gazeta*. Vitória, 11.07.

⁷⁵ Idem, ibidem.

*1923, para expandi-la dois anos depois, com a criação, na Barra de São Mateus, atual município de Conceição da Barra, da Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus”.*⁷⁶

O governo do Estado ofereceu aos Donato a concessão de 10 mil hectares para a exploração por 30 anos, em troca de um plano de ocupação da região. A penetração na floresta deu-se através da abertura de uma estrada, passando pela atual cidade de Pedro Canário-ES e chegando à atual Nanuque-MG.

*“À medida em que penetravam na floresta, eles começaram a encontrar peroba em quantidade até 50% maior que as de outras madeiras. (...) Haviam, enfim, encontrado a peroba no seu habitat natural (latossolos amarelos). Para retirar a madeira das matas, os Donato inovaram, tomando o Rio Itaúnas como meio de transporte. As toras eram jogadas no rio e amarradas umas às outras, como se fossem uma balsa. (...) o Rio Itaúnas, na época largo e caudaloso, permitia que descessem várias balsas ao mesmo tempo, cada uma formada, em média, por 150 toras de peroba”.*⁷⁷

Dona Dorota presenciou algumas descidas destas “balsas” de madeira-de-lei:

“– Aí a senhora morava aonde ?

Dona Dorota – Morava, naqueles tempo eu morava lá em cima, no sertão, aí vinha pescar e passava cada tora, ó, ó...Barriga d’água, esse aí...como é que fala ? Tudo quanto é madeira. Aquelas madeirona larga, grossona mesmo, assim ó, torona. Vinha embora com aqueles torão, chegava assim na ponta e empurrava...Trazia até lá embaixo, no guindaste ! Já ouviu falar no guindaste ?

– Lá perto da Barra ? Já ouvi falar, sim.

Dona Dorota – Lá que desembarcava. Primeiro foi pra serraria, já ia pra serraria, pra São Mateus depois da serraria...

– E de lá, ia pra onde ?

Dona Dorota – Acho que ia pra fora, né ? Tauba...um bocado de madeira, tudo jogaram as madeira fora...Tudo, tudo quanto é mato ! Mas nesses tempo, minha filha, todos dia que nós passava, tava pegando aquela água, aí eu tenho uma saudade...desse tempo...” (Dorotéia Batista, 75, em 04.05.99)

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Idem, ibidem.

Assim inicia-se a primeira alteração no uso do rio Itaúnas. Do uso extrativista realizado pela comunidade –caça, pesca, coleta-, o rio passa a servir como meio de transporte da extração madeireira, sob a lógica da grande exploração capitalista. Esta exploração traz, ainda, algumas transformações concretas no baixo curso do rio e no espaço urbano da sede do município:

*“Para colocar a madeira dentro do navio e levá-la para o Rio de Janeiro, foi necessário construir uma improvisada linha férrea de apenas 2km, ligando o seu local de desembarque ao cais de atracamento dos navios, na foz do Rio Cricaré, dentro da sede do município de Conceição da Barra”.*⁷⁸

O depoimento de Umberto ilustra o uso do rio Itaúnas para o transporte de madeira:

“– Umberto, e a história das madeiras que desciam o rio aí ?

Umberto – É, aí papai que trabalhou, né, papai trabalhou muito tempo. Aí tinha madeira aí que...grossona, memo.

– Descia de onde ?

Umberto – Descia lá do Canário.

– Do Império, que eles chamam, né?

Umberto – É, é. De lá descia, eles jogava n’água, embalava, fazia o barraco em cima das madeira, pra dormir, pra vazar a noite, aí vinha descendo, ficava empurrando com as vara, aí dava lá em baixo na Boca da...quaje, pra cima da Boca da Barra. Aí tinha uma estrada de ferro que ligava dali pra chegar na serraria da Barra.

– Da serraria, já ia...

Umberto– É, tauba, aí já virava tauba, madeira, né, construção. Mas era muita madeira, ichi! Quando eles descia com uma balsa, assim, as madeira vai como daqui a Itaúna. Tudo encarrilhado...Aí ia amarrando uma na outra, aí descia muita gente, né. Aí ia dois na guia, pra num bater na barranca, dos lado, e os resto vinha pra trás, vinha só empurrando. Aí levava meis em cima desse rio, aí. De lá até chegar lá, na Barra”.(Umberto Batista do Nascimento,57, em 27.09.99)

Este modelo de exploração repete-se nos rios Cricaré (município de São Mateus), São Domingos e Preto (em Conceição da Barra) e ao longo do vale do rio Doce, realizada por

⁷⁸ Idem, ibidem.

outros pioneiros a partir das décadas de 1930 e 40. Segundo Bertha BECKER⁷⁹, a valorização das grandes reservas de matas encontradas ao Norte do Estado dá-se com o crescimento urbano do Centro-Sul:

“O extraordinário crescimento urbano-industrial do Rio de Janeiro a partir da década de 1930, e acentuado durante a 2ª. Guerra Mundial, veio completar o estímulo necessário, fornecendo capitais para a abertura da região e mercado para sua madeira. A expansão rodoviária, que acompanhou a implantação da economia industrial, favoreceu ainda a atividade madeireira.(...) Com efeito, a atividade mais atraente e lucrativa, que não cria os riscos da natureza e possuía mercado certo no exterior e no Rio de Janeiro, era a da exploração da madeira e da especulação de terras subsequente a essa exploração, únicas capazes de atrair os capitais do Rio de Janeiro e até de São Paulo. Os capitalistas do núcleo, aliás, eram os únicos com condições de abrir as estradas necessárias ao escoamento de uma matéria-prima que era obtida cada vez mais longe, e de transportá-la em caminhões próprios”.

A partir da década de 1950, intencionando efetivar a ocupação humana do Extremo Norte do Espírito Santo e assim definir sua fronteira com a Bahia, o Estado passa a incentivar o requerimento das posses na região. Este processo soma-se à fome de madeiras nobres trazida pelo crescimento urbano-industrial do Centro-Sul, principalmente no pós-Guerra, que dá início à destruição da floresta e de seus grandes rios.

Este modelo de exploração começa a declinar quando os impactos causados passam a impossibilitar sua continuidade, devido escasseamento da peroba-do-campo e ao assoreamento dos dois grandes rios –Itaúnas e Cricaré-, que impedia o trajeto das embarcações e o deslizar das jangadas construídas com as toras de madeira. Além disto, o crescente uso de caminhões como meio de transporte após a Segunda Guerra permitiu a concorrência na exploração, agora majoritariamente realizada pela via rodoviária.

O ciclo da madeira, iniciado na década de 1920 e acentuado na de 1950, é registrado por RUSCHI⁸⁰ em 1950, que classifica a Mata de Tabuleiro como a “*formação florestal de*

⁷⁹ BECKER, Bertha K. “O Norte do Espírito Santo - região periférica em transformação”. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 35(4), Rio de Janeiro, 1973, p.44.

maior importância no Espírito Santo". Sua rica biodiversidade vegetal é testemunhada pelos 141 gêneros e 240 espécies de árvores de grande porte –“onde algumas chegam às vezes a superar os cinco metros de diâmetro e também às vezes ultrapassam 65 metros de altura”- e mais outras espécies florísticas encontradas na Mata de Tabuleiro, entre elas a Araroba, o Angelim Côco, o Angico, a Arariba, a Braúna, o Cedro Rosa, a Copaíba, a Embirema, Ipê Roxo, o Jacarandá, o Jequitibá Rosa, a Massaranduba, o Oiti, a Oiticica, a Peroba, a Pindaíba, o Roxinho, a Sapucaia, o Vinhático, a Canela, o Pau Brasil, o Pau Marfim, a Parajú, a Caixeta, o Barbatimão, a Barriguda, a Paineira, a Guarariba, a Cerejeira, a Imbaúba, o Sapoti, além de várias espécies de orquídeas, bromélias e cactos.

A partir da década de 60, a exploração da madeira dá continuidade à monocultura do eucalipto para a produção do carvão de siderurgias e da celulose. A comunidade presencia a continuidade da destruição da floresta através do machado, da motosserra e do trator de esteira, o “correntão”, símbolo do desmatamento realizado pela Aracruz Celulose no município de Conceição da Barra, como atesta o depoimento de Seu Osmar:

“Seu Osmar - Ah, eu cortava de machado, trabalhei dois mês no machado, derrubando madeira. Derrubava a madeira, quando secava botava fogo, queimava, tá vendo ? Agora, aquela madeira que ficava, que tinha o motor, cortava tudo os pedaço, fazia monte e botava fogo pra queimar tudo, pra deixar a terra limpinha...Eu trabalhava, eu não trabalhava com trator, não, sabe ? Ele só fazia devastar o mato, cortava o mato, depois nos pau grosso metia o machado e derrubava, tá vendo, alqueire e mais alqueire, derrubava tudo, depois de seco botava fogo, com aquela madeira que ficava, metia o motor, cortava , fazia monte, botava fogo pra queimar, pra ficar a terra purinha. Pra plantar eucalipi. (...)

- A Aracruz não era mais no machado, né ?

Seu Osmar – Não, trator ! Hum... trator de esteira, ué, com correntão ! A hora que rebentava, rebentava, que arrancava, arrancava, o que num arrancava, o que num quebrava, o trator metia a cara ! Trator metia a cara . Trator de esteira ! Hum... Você sabe o que que é trator de esteira, né ? Com correntão, né. Acabô com o mato todo... pra plantar o eucalipi. O mato que dava melhor

⁸⁰ RUSCHI, Augusto. “Formações, consociações e comunidades vegetacionais do E. Santo”. In: **Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”**n.º I. Santa Tereza, 16.01.1950, p.83.

pra nós é o mato da natureza, né. Tinha passarinho, tinha pras caça... e hoje num tem.” (Osmar Souto,76, em 03.05.99)

A destruição da floresta significa a perda do alimento –frutos e peixes e caças-, a perda da água, a perda dos medicamentos, a perda da *terra de uso comum* –espaço utilizado pelas comunidades tradicionais para práticas de extrativismo vegetal (cipó, fibras, ervas medicinais da floresta, frutos), animal (caça, pesca) e pequena agricultura itinerante- para o *uso do monopólio*. Esta mudança de *uso da terra* é testemunhada pelos dados censitários:

Tabela 5: Município de Conceição da Barra -Uso da Terra (estabelecimentos)⁸¹

	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura Permanente	771	589	140	352	290	265
Lavoura Temporária	1.449	1.201	606	432	316	296
Pastagem Natural	658	630	693	418	241	286
Pastagem Plantada	860	925	54	211	50	74
Matas Naturais	1.467	732	191	268	113	226
Matas Plantadas	213	14	5	9	8	26
Terras em Descanso//não-utilizadas	482	605	36// 307	90// 142	66// 199	120// 32
Irrigação			8	2	9	

⁸¹ IBGE. *Censos Agropecuários* 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996. Dados organizados pela pesquisadora.

Tabela 6: Município de Conceição da Barra - Uso da terra (área/ha)⁸²

	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura Permanente	8.241	2.419	1.027	1.237	1.108	2.231
Lavoura Temporária	9.113	6.289	7.328	6.714	10.200	12.559
Pastagem Natural	15.037	13.395	75.447	20.961	5.056	7.078
Pastagem Plantada	22.784	69.361	5.385	30.416	6.898	5.441
Matas Naturais	86.039	45.398	13.064	19.975	11.011	14.485
Matas Plantadas	2.660	2.112	11.510	30.910	14.609	33.685
Terras em Descanso// não utilizadas	9.279	11.516	349// 13.059	1.045// 3.350	832// 3.532	732// 636
Irrigação			188	14	896	

A queda acentuada das áreas de matas nativas nas décadas de 60 e 70 -cerca de 85%- testemunha o ritmo do desmatamento para a busca da madeira-de-lei e para o plantio do eucalipto. Esta monocultura aparece no crescimento da área de matas plantadas no município a partir de 1975 e, em 1996, apresenta um aumento de 15 vezes em área em relação ao ano de 1960, acompanhando o decréscimo geral das lavouras e pastagens.

⁸² Idem, ibidem.

4.2. A Terra e o Mar

Para RATZEL⁸³, o **território** constitui “*uma determinada porção da superfície apropriada por um grupo humano*”. O território seria estabelecido, então, pela relação de apropriação do solo pela sociedade, através da qual sua base material -moradia e alimentação- é construída. Esta discussão permeia a gênese da Geografia Política, através da formulação teórica sobre o *Estado*: ente organizado por uma sociedade para a proteção do seu território.

O **território** das comunidades tradicionais dava-se não pela propriedade, mas pelo uso que praticavam, predominantemente marcado pelas práticas extrativistas -pesca, caça e coleta- e agrícolas –“roças” de mandioca, aipim, coco, abóbora, feijão, abacaxi, quiabo e outras. A forma da organização produtiva era simbolizada pela tranqüilidade da ausência de cercas e pelo *uso em comum* de grandes extensões de floresta, brejos, rios e córregos, mar. Segundo ALMEIDA⁸⁴, os sistemas de **posse comunal**

“Designam situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social.”

CAMPOS⁸⁵ afirma que este tipo de *apropriação* da terra efetivado pelas comunidades está embasado na prática do “*direito de uso comum*”:

“Assim, o costume, passado sucessivamente através das gerações, dá às comunidades a certeza de que aquela área a qual utilizam lhes pertence, não como uma propriedade privada nos moldes como é conhecida modernamente, mas como um direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionou, constantemente resistindo quando sentem-se ameaçadas”.

⁸³ MORAES, Antonio Carlos Robert de. (org.) **Ratzel**. São Paulo, Ática, 1990, p.23.

⁸⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “*Terras de preto, terras de santo e terras de índio – posse comunal e conflito*”. In: Revista **Humanidades** n.º15, ano IV, , 1987/88, p.43.

⁸⁵ CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil – um estudo de suas diferentes formas**. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2.000, p.8.

Segundo DIEGUES⁸⁶, o caráter informal destes *territórios de uso comum* facilita a especulação imobiliária e a grilagem da terra. Estes mecanismos contribuíram para a consolidação da *agroindústria* de celulose no Espírito Santo da década de 1970, quando a monocultura do eucalipto para exportação de celulose se estabelece na escala e estrutura industriais. A *agroindústria* –o ápice da produção agrícola capitalista- concretiza numa única pessoa física o proprietário da terra, o capitalista da agricultura e o capitalista da indústria. Seu lucro permanente existe sob a forma de *renda da terra*, trazida pela fertilidade do solo e localização, e é ampliado pela mecanização. A maior produtividade é alcançada através da engenharia genética, que busca desenvolver espécies mais resistentes e de crescimento mais acelerado, e do uso constante de adubos, agrotóxicos e herbicidas. OLIVEIRA⁸⁷ analisa este processo de industrialização da agricultura brasileira através do movimento realizado pelo *capital*, que ora *monopoliza o território*, colocando a produção camponesa a serviço da indústria (como no caso dos produtores de fumo do Sul do país), ora se *territorializa de forma monopolista* (como no caso da agroindústria da celulose), onde

“Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome (...), [varrendo] do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). (...) A monocultura se implanta e define/ caracteriza o campo, transformando a terra num ‘mar’ de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc.”

GRAZIANO da SILVA⁸⁸ afirma que os Complexos Agroindustriais Brasileiros são fomentados entre 1965 e 1985 em substituição aos Complexos Rurais do Período Colonial, no projeto de “modernização da agricultura brasileira”, que estampava o interesse do governo militar em aumentar a balança comercial com a exportação. A consolidação da agroindústria de celulose no Espírito Santo produz a maior concentração de terra que já houve em algumas regiões do Estado, terra que era responsável pela existência destas comunidades tradicionais.

⁸⁶ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* (2.^a ed.). São Paulo, Hucitec, 1998.

⁸⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. In: CARLOS, Ana Fani A.(org) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo, Contexto, 1999, p. 106.

⁸⁸ GRAZIANO da SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo, Unicamp, 1996.

A terra passa a ser valorizada para a exploração capitalista. Esta nova forma de apropriação e uso da terra é produzida, incentivada e legitimada pelo *Estado* –nacional e capixaba–, através das leis de incentivo fiscal, da transformação das terras comunais em terras privadas ou devolutas e de sua venda às empresas de celulose.

Neste contexto, o *território de uso comum* apropriado e usufruído pela comunidades locais até então passava a materializar um campo de forças de poder que disputavam o *domínio* deste espaço. Segundo FURLAN⁸⁹,

“(...) o território caiçara pode ser entendido a partir do modo como os pescadores-agricultores pensam e se apropriam de um espaço, ainda que a partir de múltiplos valores que atribuam para esse espaço, sejam eles valores materiais ou espirituais. Mas o seu domínio depende das relações de poder que historicamente se estabeleceram entre seu modo de vida e outros advindos da sociedade majoritária”.

Esta disputa pelo domínio de determinado espaço é analisada por OLIVEIRA⁹⁰ como a concretização mesma do *território* na conformação da sociedade de classes:

“o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção/distribuição/ circulação/ consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

O sistema de posse e uso da terra muitas vezes não permitia a prova de propriedade a nível jurídico. Na época da entrada da Aracruz Celulose na região, o Estado passou a exigir dos moradores o requerimento de posse das terras:

⁸⁹ FURLAN, Sueli Ângelo. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental*. Tese de Doutorado em Geografia USP, São Paulo, 2000, p. 44.

⁹⁰ OLIVEIRA, op. cit., p.74.

“Seu Osmar -...aí eu adquiri uma terrinha e fui trabalhar pra mim. Trabalhei pra mim, trabalhei pra mim, trabalhei pra mim, criei meu filho dentro duma áreazinha...

- Aonde era ?

Seu Osmar – Aqui no Angelin.

- O senhor comprou ?

Seu Osmar – Eu requiri do Estado...A terra era pouco. Era...era quinze heuctária.

- Como é que requeria do Estado ?

Seu Osmar – Ah, requiria do Estado ! Requiria !... Requiria era a posse...é...era a posse”. (Osmar Souto, 76, em 03.05.99)

Através da demarcação, o requerimento das posses representava a garantia de propriedade para as famílias e implantava a lógica e a realidade da **propriedade particular** sobre o antigo **território de uso comum**. SEABRA⁹¹ discute as lógicas da *propriedade* e da *apropriação* no uso do espaço:

“O conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação. (...) Isto delimita os problemas relativos ao território, os quais se colocam inicialmente no âmbito dos Estados, escala ou domínio do exercício da soberania, mas que propõe também a questão do território e das múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, sem o que não há vida; trata-se de uma escala demarcável no espaço. A propriedade, com toda a veemência, mostra a sua impossibilidade.”

Os objetivos de assegurar a implantação da nova lógica de *propriedade* parecem estar diretamente vinculados ao projeto estatal de desenvolvimento do plantio de eucalipto para produção de celulose, uma vez que as áreas não-solicitadas pelos moradores locais seriam passíveis de uso para este fim. Não sendo consideradas juridicamente como *comuns*, mas como *devolutas*, estas terras constituíam verdadeiras fontes de recursos para o Estado, através do potencial de mercadoria que passavam a adquirir. Segundo CAMPOS⁹²,

⁹¹ SEABRA, Odete Carvalho de Lima. “A insurreição do uso”. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996, p.79.

⁹² CAMPOS, op. cit, p.223.

“com o aparecimento dos Institutos de Reforma Agrária nos diferentes Estados, muitas das áreas que ainda eram de uso comum do povo passaram a ser definitivamente integradas às chamadas terras devolutas. Eram assim concedidos títulos sem muita exigência, sob pagamento em dinheiro”.

Esta concepção jurídica teria sido elaborada na Lei de Terras (1850), que:

*“(...) levou à alteração do regime jurídico de terras no país, além de praticamente ignorar as terras de uso comum, as insere nas chamadas **terras devolutas**, as quais são passíveis de apropriação individual. Considerando que tal Lei serviria de base para leis futuras que tratariam da questão da terra em nível nacional, provincial, estadual ou mesmo municipal (ainda corrente nas primeiras décadas do século XX), muitas das terras de uso comum espalhadas pelo país passam a sofrer forte processo especulativo e de interesses individuais, inclusive da parte de alguns de seus usuários”⁹³.*

No ano de 1977, o estado do Espírito Santo possuía 1.222.310 hectares de terras devolutas, correspondentes a 27% de sua área total⁹⁴. Em Itaúnas, embora vivendo da apropriação deste espaço há algumas gerações, a comunidade certifica o poder da propriedade estatal sobre as terras consolidando o novo território empresarial:

“Caboquinho – Meu avô tinha terreno ali. Tinha terra, tinha gado, tinha tudo, era bem de vida, né ! Aí eu fui pra lá.

– Por que ele vendeu ?

Caboquinho – Não sei...Aracruz, as empresa começaram a apertar, num deu mais pra criar porco, num deu mais pra criar o gadinho que ele tinha, então...

– Por que, Caboquinho, que não deu mais ?

Caboquinho – Ah, não dá, Simone, num dá porque, num dava porque era o seguinte: naquela história da gente, você era dono de dois, três alquere de terra, você se ocupava, usava cinco, dez alquere, né. Então, ali, com aquele ganho seu, com aquele pouco que você tinha, você criava mais na terra do Estado. Aí foi pocando terreno pequeno, cinco alquere num deu mais pra criar cem, 150 cabeça de gado, num deu.

– Tinha muita terra ali que era do Estado ?

⁹³ Idem, ibidem, p.8.

⁹⁴ *Jornal Posição* n.º 23. Vitória, 29.10.1977. (Hemeroteca FASE)

Caboquinho – Era, era tudo praticamente do Estado.

– E vocês, quando vocês iam pra roça, vocês compravam do Estado ?

Caboquinho – Não, era particular. Existia uma parte de invasão, né. A gente usava o da gente e usava particular do Estado... depois passou cada um a ser o dono daquelas coisa... aí ficou assim. Aí meu sogro, o terreno dele era oito alquere, ele passou a mão e vendeu, acabou com o gado, acabou com os cavalo tudo...

– E podia requerer do Estado também a terra ?

Caboquinho – Podia, sim, podia requerer sim.

– E eles davam ?

Caboquinho – Dava !... A gente tinha todo o direito de requerer. Mas só quando as empresa chegou...mas chegou assim: foi dando, foi pegando, dando, naqueles pequeno, aqueles terrenozinho pequeno, então, o que aconteceu ? Não dava mais pra criar seus porco, criar seu gado, seus animal, não. Aí, principalmente meu sogro foi vendendo o terreno, foi morar na cidade, meu pai largou Itaúnas e foi pra Conceição da Barra, também morar lá mais minha mãe...”(Ângelo Camillo, 61, em 05.05.99)

“– E essas áreas de floresta, que não tinha gente morando ?

João – Ah, essas área de floresta, essa floresta aí eu vô dizê a você, é... o Governo, né, acho que foi o governo que passou pras firma.

– E vocês usavam a área de floresta...

João – Ah, claro que usava, claro que usava! Usava...ali você tirava as coisa ali, entendeu, pra comê, você tirava o cipó ali, entendeu, então era do Governo, era da gente também. Entendeu ? Então usava. Aí as firma comprô, né, nas mão do Governo... acabô tudo. Entendeu?” (João de Deus Falcão dos Santos, 52, em 15.08.01)

As estratégias utilizadas pelas empresas para facilitar ainda mais a aquisição das terras iam da demarcação forjada à falsa informação, das ameaças à sedução da compra. Como “mensageiros” da transação, a empresa contratava pessoas conhecidas das comunidades, como Pelé (Benedito Braulino), 60, descendente de quilombolas que convenceu várias famílias negras das comunidades rurais a vender suas terras à empresa, e o Tenente Merçon, que envolto em sua farda exercia a função da ameaça.

*“Quando ele é perguntado quantas propriedades comprou da Aracruz, por alguns minutos se cala e, simulando incerteza, responde: ‘Não sei se mil, não sei se 200, faz muito tempo, é difícil falar, sei que foi muita terra’”.*⁹⁵

Os depoimentos de Dominginho e Umberto nos revelam a permanente atuação dos “agrimensores” e “testas-de-ferro” das grandes empresas, que eram os que iam ao campo e realizavam contato direto com os moradores:

“Dominginho – Não tinha eucalipto, não. E aí, o que que acontece? Veio um grimensor aí, um tal de Valzinho, e passou a perna em todo mundo aí, sabe.

– Veio de onde ?

Dominginho – Veio da cidade de São Mateus. Ele que mediu as terra, pra fazer os documento das terra pra Aracruz, sabe. Então, esse pessoal do Angelin aí, tudo eles, a terra deles ia até a estrada, da linha que era igual ao do meu avô, né, e hoje eles só ficaram com um pedacinho, né. Esse cara, ele entrou lá ao tempo que muito deles num tinha documento, tinha um INCRA, uma coisa assim que eles pagavam, e esse cara, era Valzinho, veio como agrimensor e foi medindo as terra, foi medindo as terra e cortou as terra do pessoal tudo no meio aí.

– O que ele falava, esse Valzinho ? Ele chegava medindo as terras pra que?

Dominginho – Pra Aracruz.

– Eles falavam que a terra já era da Aracruz ?

Dominginho – Falavam que já era da Aracruz. E eles pegavam. Esse cara, esse cara ele vendeu as terra toda, né. Ele vendeu pra Aracruz as terra toda. O pessoal ficou com esse pedacinho de terra foi porque a Aracruz é que deixou. Mas eles tinham a área toda comprada.

– Então ele requereu do Estado...

Dominginho – Ele requereu e vendeu, e assim tem documento falso pra caramba nesse negócio. É porque essa área do meu avô, entende, é uma área de herdeiro, da minha avó, da minha bisavó, aquela coisa toda, né. Então, é...ele com documento, né” (Domingos Camillo, 41, em outubro/99).

“Umberto – Aí, esse cara, aí, esse home daí, dona Castorina foi a primeira a requerer. Onde é aquele eucalipi ali chegou, naquele outro com euclipi ali, o

⁹⁵ *Século – o Espírito Santo em revista* n.º 5, Ano I. Vitória, julho/2000, p. 32.

pai daquela Néusia requereu. Aí aquele terreno que é de Baiano, era de Osmar, marido de tia Dorota.

– Ali era o terreno da dona Dorota ?

Umberto – Era. Esse aqui também.

– Esse também era dela ?

Umberto – Era. Aí eles quiseram, depois veio um agrimensor lá ladrão, chegou, meteu requerimento por fora. Requereu tudinho. O pai balabutou com ele, foi no Secretário de Agricultura, tudo, com o Juiz, num teve jeito.

– Mas esse agrimensor requereu pra quem ?

Umberto – Pra ele ! Passou a mão, vendeu pra Aracruz, foi aonde entrou esse eucalipi !

– Ah, tá, ele vendeu pra Aracruz...

Umberto – Vendeu. O agrimensor vendeu. E nós aí, nós tinha direito a 10 alquere, que que tinha, vinhemo ter direito a 4 alquere.

- Mas por que tinha direito a 10 ?

Umberto – Porque era...era legalizado 10 alquere daqui...essa, esse rumo era tudo vazado na estrada, que de primeiro num era, num tinha essa linha de energia, era linha telegráfica, né”.(Umberto Batista do Nascimento, 57, em 27.09.99)

A resistência dos moradores podia resultar em ameaças e, ao mesmo tempo, na imagem “solidária” da empresa:

“Dominguinho – Agora, muita gente pegou terra. A Aracruz pegou muita terra sem comprar. Do meu avô mesmo eles pegaram.

– Essa do Angelin...

Dominguinho – A área do Seu Eugênio eles pegaram. Quer ver mais o que eles pegaram ? Do Seu...Dona Maria Chocha, que essa terra que é do Astor, hoje. Era de Dona Maria Chocha, antigamente. Todas essas terras iam até a beira dessa estrada de Itaúnas, que liga Itaúnas a Conceição da Barra. Ficaram só com tiras, sabe. E isso porque o presidente ali, da Aracruz, é que viu que tinha gente e deixou, tipo assim como se eles tivessem dado um pedaço de terra pro pessoal. O pessoal também revoltaram, né, porque...teve ameaça, se o pessoal não saísse, que o trator de esteira ia chegar e ia passar com o trator nas casas e derrubar as casas.

– E quem que fazia essas ameaças ?

Dominguinho – Esse cara que vendeu essas terras”.(Domingos Camillo, 41, em outubro/99)

Estes depoimentos referem-se à Comunidade de Santa Clara, situada no último trecho do vale do Rio Angelin, afluente do Itaúnas. Na época da chegada do eucalipto, esta comunidade agrupava várias famílias, cujas terras se estendiam do “brejo” -*território de uso comum*- à estrada de acesso à Itaúnas, por onde seguia a linha telegráfica que vinha de São Mateus/ES para Mucuri/BA. A proximidade e familiaridade dos grupos de vizinhança tornavam desnecessária a demarcação das terras.

Os depoimentos orais conjugam-se aos dados censitários para atestar a chegada da monocultura em larga escala:

Tabela 7: Município de Conceição da Barra - Grupos de Área Total (estabelecimentos)⁹⁶

Área Individual (ha)	1960	1970	1975	1980	1985	1992
Até 10	122	251	70	78	101	144
10 a menos de 100	1202	880	486	280	200	483
100 a menos de 1.000	416	300	243	138	46	141
1.000 a menos de 10.000	12	16	21	18	9	13
10.000 e mais	1			2		
Total	1.753	1.447	820	516	356	781

⁹⁶ IBGE. *Censos Agropecuários* 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985 e INCRA (1992). Dados organizados pela pesquisadora.

Tabela 8: Município de Conceição da Barra - Grupos de Área Total (área/ha)⁹⁷

Área Individual (ha)	1960	1970	1975	1980	1985	1992
Até 10	664	1.431	433	522	610	747,9
10 a menos de 100	46.247	38.060	22.211	12.193	6.855	18.722,9
100 a menos de 1.000	76.074	75.163	62.240	36.399	14.269	39.801
1.000 a menos de 10.000	21.150	38.250	43.788	44.311	34.694	53.223,2
10.000 e mais	10.000			28.106		
Total	154.135	152.904	128.672	121.531	56.428	112.495

Os estabelecimentos de até 100 hectares apresentam queda de cerca de 60% em números absolutos e em área, e os entre 100 e 1.000 hectares tiveram queda de cerca de 70% em números absolutos e de 50% em área. No mesmo período, os poucos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares apresentaram crescimento de 250% em sua área, testemunhando a concentração de terra na mão de poucos proprietários: em 1992, apenas 13 estabelecimentos (1,6%) concentravam a área de 53.223,2 hectares (47,3%), majoritariamente ocupada pela monocultura do eucalipto; enquanto os 627 estabelecimentos com até 100 hectares (80%) ocupavam 19.470,8 hectares (17,3%).

Seu Didi relembra os antigos e pequenos sítios que existiam e que deram lugar à monocultura:

“– Tinha muito sítio por aqui ?

Seu Didi – Ah, muito ! Era tudo, tinha muito sítio.

– Na beira da estrada tinha ?

Seu Didi – Tinha.(...) Deixa eu vê...Pedrinho Camillo... Seu Ascendino...Seu

Gunes...Seu Edísio...Ricardo Pereira...Seu Véio Lataça, pai de Seu Zé

Lataça, ali, viu, Chico Pereira, quer vê, mais, chegando próximo a Itaúnas...

Seu Gune, ali onde é ali, não tem ali onde é as cana ? Ali era de Dodozinho, e

Seu Raimundo, passô que foi embora pro Pará, aqueles cantão, lá. Era pura mata ! Tudo tinha seu proprietário.

– Mas tinha algumas rocinhas também ?

⁹⁷ Idem, ibidem.

Seu Didi – Sítio, sítio. Tranqüilo. Criava muito porco, essas coisa. Daqui até chegá lá na..., num tem a Igrejinha ?

– Lá no Linharinho ?

Seu Didi - É. Até chegar lá. Ali ainda tem pessoas daquele tempo, ainda, que mora ali.

– E no Vale do Angelin, também ? Esses sítios eram todos da linha até o Angelin?

Seu Didi – Tudo, tudo, tudo, tudo. O Angelin saía onde hoje é a BR-101. Tudo moradores.

– E do lado da lá ? Tinha bastante sítio também ?

Seu Didi – Lá ? Do rio ?

– É. Perto do São Domingos, né ?

Seu Didi – Tinha, tinha. Tudo tinha sítio. Tudo tinha seus dono.

– E essas pessoas estão aonde, hoje ?

Seu Didi – Eles, muitos já morreram, hoje se algum, só tem...só tem, dali do Linharinho só tem, que tem um sítio ainda, pra banda do...aonde tira petróleo, é o...Mateus de Ernesto e o João Corumba.”(Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

As ameaças à comunidade tradicional pelo uso e posse de seus territórios também ocorrem no mar. Além da floresta, o mar é também **território de uso comum** das comunidades extrativistas, básico na manutenção de sua organização produtiva e social. A zona do mar de Itaúnas onde há concentração dos peixes –a “lama”- é de uso constante dos pescadores artesanais, onde se pesca com linha e rede:

“Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. (...) conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades”⁹⁸.

Entretanto, principalmente no período de verão, esta zona vem sendo disputada pelos barcos de arrasto que caminham pela praia de Itaúnas, vindos da cidade de Conceição da Barra e outras localidades brasileiras à procura do camarão. Estes barcos passam a pouca distância da areia da praia, arrastando com malha fina em toda a zona da “lama”, levando

⁹⁸ DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Coleção Ensaios n.º 94. São Paulo, Ática, 1983, p.83.

filhotes de peixe, tartaruga, plâncton, redes dos pescadores -que muitas vezes são ameaçados em suas canoas em alto mar. Neste momento, a lógica é outra, o uso do recurso natural dá-se em outro ritmo e escala. Tanto na floresta como no mar, o que se tem são novos **territórios** estabelecidos através do poder político-econômico de outros grupos que não as comunidades tradicionais locais.

Outras localidades costeiras do Brasil atestam o mesmo impacto do arrasto e das embarcações motorizadas sobre a pesca realizada em canoas a remo. Descrevendo comunidades pescadoras do litoral de São Paulo, DIEGUES⁹⁹ relata:

“Nesse ecossistema limitado e explorado pela comunidade dos pequenos pescadores, até alguns anos, era impensável o arrasto do camarão-legítimo, pois essa técnica estaria destruindo as bases mesmas da subsistência da irmandade. (...) o arrastão, que varre a costa à procura do camarão sempre mais escasso, jogando no mar toneladas de peixe acompanhante chamado lixo e que vem poluir as praias usadas pelos pequenos pescadores”.

A floresta e o mar são **territórios** de manutenção concreta das comunidades tradicionais e também espaços de alimentação do **imaginário** coletivo. A dimensão do **imaginário** traz referenciais constitutivos que unem as sociedades e se projetam no espaço: sistemas de representações, símbolos, mitos e lendas construídos através das experiências cotidianas na definição das carências e fornecimento de respostas, elementos simbólicos que selam sua identidade cultural, referenciais de união comunitária.¹⁰⁰

O **imaginário** é real e também a chave obrigatória para chegar à idéia do real, não é a parte afetiva ou face oculta da realidade, mas sua construção significativa. Sua *leitura* permite chegar a realidades concretas mais amplas, num caminhar dos elementos culturais à macroeconomia, por exemplo. Neste caminho metodológico, a economia não é o carro chefe das explicações e causa última de todos os fenômenos. Ideologicamente, a *manipulação* do imaginário que a dominação seja legitimada pelos dominados.

⁹⁹ Ide, ibidem, p. 193.

¹⁰⁰ SÉNÉCAL, G. “Aspects de l’imaginaire spatial”. In: *Annales de Géographie* n.º563, jan/fev.1992, pp.28-45.

Apresentando algumas abordagens conceituais de **território**, HAESBAERT¹⁰¹ insere a discussão sobre o **imaginário** na abordagem *culturalista*:

“a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; (...)
b) a cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; (...)
c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (...)
*Dessa forma, o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um **domínio** ou controle politicamente estruturado, mas também de uma **apropriação** que incorpora um dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.”*

Nos *territórios comunais* a **territorialidade** é exercida enquanto estado de estreita relação com o ambiente, transformando-o em espaço doméstico e comunitário. Retomando Edward SOJA, RAFFESTIN¹⁰² analisa os elementos constitutivos da **territorialidade**: o sentido de *identidade espacial*, de *exclusividade* e a compartimentação da *interação humana* no espaço, interação significativa em termos relacionais. MESQUITA¹⁰³ constrói a aproximação teórica entre o **território** e a **territorialidade**:

“O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta aqui é entendida como projeção de nossa identidade sobre o território”.

¹⁰¹ HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade –a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, Eduff, 1997, pp.39 a 41.

¹⁰² RAFFESTIN, Claude. *Pour une Géographie du pouvoir*, p.147.

¹⁰³ MESQUITA, Zilá. “Do território à consciência territorial”. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (orgs.) *Territórios do cotidiano*. Rio Grande do Sul, Ed. UFRGS/ EDUNISC.

Duas territorializações distintas concretizam-se através do uso comunal tradicional e do uso empresarial, comercial e governamental. A identidade “nativa” do itaunense refere-se à história vivida, ao espaço vivido, ao território usufruído e defendido. Contudo, perdeu-se o território da floresta usufruída para a monocultura do eucalipto e para as áreas de preservação administradas pelos órgãos ambientais estaduais e federais –SEAMA e IBAMA; perdeu-se a Vila Antiga para a areia das dunas; vem-se perdendo o território da pesca em canoa para os barcos do arrasto. O morador “nativo” navega entre o sonho pessoal e a norma institucional, entre liberdade e sujeição, à procura de referências comuns entre seu espaço de vida e o espaço objetivado. Pode-se considerar a perda da *identidade* da comunidade tradicional baseada na sobreposição destes *territórios*?

SÉNÉCAL¹⁰⁴ afirma que a Geografia faz hoje duas leituras sobre a questão da *identidade* e *território*. A primeira trabalha a existência da *identidade espacial e comunitária*, construída pelas sociedades ao procurar compreender e significar sua própria história através das representações e símbolos. Por outro lado, a segunda visão acredita que as forças da estandarização vêm decretando o declínio das identidades e o *fim dos territórios*, pois nivelam as diferenças até destruir os espaços de referência. SÉNÉCAL pondera que os dois movimentos ocorrem simultaneamente, com períodos de *desterritorialização* -perda de territórios- e *reterritorialização* -criação de novos territórios, tese defendida também por HAESBAERT e vislumbrada filosoficamente por SEABRA:

“É muito importante, então, não perceber a distinção entre territorialização e desterritorialização de uma forma dicotômica, pois mesmo sob a atual modernização técnico-científica onde se aliam a globalização e a desterritorialização (...), também há margem para processos de reterritorialização”.¹⁰⁵

“O fulcro do nosso problema continua sendo o de verificar a oportunidade de o uso estabelecer-se superando a lógica, o instituído e mesmo as instituições. A possibilidade de o uso ganhar presença, de permitir apropriações. Essa possibilidade situa-se no âmbito de práticas criadoras, e pressupõe relações de criação. Tais relações não coincidem, exatamente, com as relações econômicas e políticas, mas as atingem”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ SÉNÉCAL, op. cit.

¹⁰⁵ HAESBAERT, op.cit., p.117.

¹⁰⁶ SEABRA, op. cit., p.84.

4.3. A produção de celulose no Espírito Santo - dos Governos Militares ao momento atual

Os grandes plantios com fins silviculturais no Brasil tiveram forte impulso através do Programa Nacional de Papel e Celulose, integrante do II PND –Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado pelo governo Geisel em 1974 e que tinha por metas a ampliação do consumo interno e da exportação da celulose e do papel. Segundo MAGALDI¹⁰⁷, a Política Florestal que se implantava constituiu o “divisor de águas” na história do setor florestal brasileiro, primando por um planejamento estratégico da produção através de ações que

“(...) vão desde as concepções sobre as diretrizes políticas gerais, legislações específicas e disposições administrativas, passando pelo planejamento do cultivo e das etapas de produção, estudos e ações ligados ao controle de custos, viabilização financeira e operacional de fontes de geração de energia e de infra-estruturas ligadas ao transporte, abastecimento industrial, estocagem de matérias-primas e redes de comercialização, pesquisa básica e aplicada sobre espécies mais adequadas à utilização econômica e sua padronização, assim como no desenvolvimento de processos, técnicas e materiais tanto no âmbito do manejo florestal como no plano de transformação industrial”.

Este momento conjugava o interesse privado das empresas, o apoio do Estado e as proposições de órgãos internacionais como a FAO, que preocupados com a geração de excedentes desses recursos estratégicos para o uso industrial, a partir da década de 1960 passaram a subsidiar programas de expansão da produção florestal em países como o Brasil, onde havia condições ecológicas favoráveis para o rápido crescimento das florestas, disponibilidade de terras, abundância de mão-de-obra barata e políticas econômicas de governo que privilegiavam o setor. O Estado Brasileiro consolidava seu apoio através da criação de órgãos oficiais de fomento e fiscalização dos plantios, de legislações específicas e normas fiscais de incentivo ao setor, *“associando proteção/conservação/expansão de maciços florestais de maneira tão intensa e amparada oficialmente como qualquer país de economia planificada”*.¹⁰⁸

¹⁰⁷ MAGALDI, Sérgio B. *Ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade econômica: o cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose/papel*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP, 1991, p.95.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.97.

O extenso leque de leis de incentivo aos “reflorestamentos” inicia-se com a Lei 5.106, de 02.09.1966, é considerada o marco inicial nesta legislação específica:

“Art.1.º - As importâncias empregadas em reflorestamento e florestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei.

§ 1.º As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido (...).

§ 3.º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido”

DALCOMUNI¹⁰⁹ alerta que este incentivo já iniciava com o Novo Código Florestal (Lei 4.771, de 15.05.65), que embora expressasse certa preocupação preservacionista com as florestas nativas –através da definição de áreas de preservação permanente, por exemplo-, apoiava a formação das florestas homogêneas para o consumo das empresas que utilizavam a matéria-prima florestal e já atribuía a isenção de impostos para seus projetos, rendas e área territorial:

“Art.20 – as empresas industriais consumidoras de grandes quantidades de matéria-prima florestal são obrigadas a assegurar o plantio de novas áreas equivalentes ao consumo.

Art.38 – as florestas plantadas e até naturais estão imunes a qualquer tributação.

§ 1.º - não se considera tributável a renda das florestas plantadas.

§ 2.º - as importâncias empregadas em reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda.

Art.39 – as florestas plantadas para exploração madeireira ficam isentas do imposto territorial.

¹⁰⁹ DALCOMUNI, Sonia Maria. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo*. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990, p. 102.

Art.41 – os projetos de reflorestamento serão prioritários na aquisição de crédito com juros e prazos compatíveis”

Em 1967, é criado o IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão governamental que tinha como objetivo coordenar todas as atribuições referentes à exploração e comercialização da madeira, bem como ao plantio de árvores e à proteção das florestas. O IBDF nasce com a função de administrar os incentivos fiscais ao reflorestamento e acompanhar os projetos florestais. Desta forma, além dos instrumentos jurídicos criados, criava-se também uma estrutura administrativa que impulsionava os projetos de reflorestamento.

Em 12.12.74, o Decreto-Lei n.º 1.376 cria o Fiset –Fundo de Investimentos Setoriais- que abrange os setores da pesca, turismo e reflorestamento. O Fiset seria alimentado pelas importâncias descontadas do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicadas em empreendimentos florestais. Estas importâncias passaram a ser depositadas em conta específica do Banco do Brasil e só poderiam ser movimentadas após aprovação dos projetos pelo IBDF. A partir do exercício financeiro de 1975, as pessoas jurídicas passaram a poder optar sobre a quantia a ser aplicada no Fiset:

“IV- até os percentuais abaixo enumerados, no Fundo de Investimento Setorial –Florestamento e Reflorestamento, com vistas aos projetos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo IBDF:

-Ano-base de 1974 – 45% (quarenta e cinco por cento);

-Ano-base de 1975 – 40% (quarenta por cento);

-Ano-base de 1976 – 35% (trinta e cinco por cento);

-Ano-base de 1977 – 30% (trinta por cento);

-Ano-base de 1978 e seguintes –25% (vinte e cinco por cento).

V- até 33% (trinta e três por cento), no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, na forma a ser prescrita em regulamento, tratando-se de contribuinte localizado no referido Estado”.

O Decreto-Lei n.º 79.046, de 27.12.76, estipulava que os empreendimentos florestais deveriam ser aprovados para execução nos Distritos Florestais, a serem definidos pelo IBDF. Nascido de reivindicações do setor de papel e celulose, este Decreto-Lei reforçava o apoio ao Programa Nacional de Papel e Celulose e consolidava a “vocaçãõ” para a

monocultura do eucalipto do Estado do Espírito Santo, conjugada à existência da fábrica da Aracruz Celulose desde 1972, no município de Aracruz-ES:

“Art. 4.º A partir do exercício de 1977, os projetos de florestamento ou reflorestamento, à exceção dos relativos a frutíferas e palmito e, ainda, daqueles com efeitos eminentemente conservacionistas, só poderão ser aprovados para execução em Regiões Prioritárias para Florestamento e/ou em Distritos Florestais-Industriais, obedecidos os critérios a seguir fixados.

Art. 5.º Competirá ao IBDF, ouvida a Comissão de Política Florestal, delimitar as Regiões Prioritárias para Florestamento.

Art. 6.º Por indicação também do IBDF serão delimitadas, mediante decreto, como Distritos Florestais-Industriais, as áreas onde, na data de publicação deste Regulamento, já exista, em funcionamento ou em implantação, indústria que utilize a madeira como insumo principal”.

Os incentivos fiscais ao reflorestamento transparecem no crescimento vertiginoso da área dos plantios:

Tabela 9: Reflorestamentos executados pela indústria de celulose e papel, e ainda existentes no final da década de 1980 – em ha.¹¹⁰

Anos	Sem Incentivos	Com Incentivos	Total
Anteriores	39.795	-	39.795
1966	3.340	909	4.429
1967 (IBDF)	1.019	7.739	8.758
1968	2.174	19.828	22.002
1969	1.668	30.884	32.552
1970	6.890	47.719	54.609
1971	12.472	49.644	61.166
1972	15.155	67.668	82.823
1973	28.080	58.227	86.307
1974 (II PND)	24.973	76.615	101.588
1975	29.412	104.093	133.505
1976	30.508	113.738	144.246
1977	41.180	70.863	112.043
1978	34.252	87.122	121.374
1979	34.295	65.572	99.867
1980	32.542	58.750	91.292
Total	337.755	859.371	1.197.126

¹¹⁰ DALCOMUNI, op.cit., p.108.

Tabela 10: Reflorestamento com incentivos fiscais entre 1967 e 1973¹¹¹

	Área em ha.	n.º de projetos	n.º de árvores
Lei 5.106 (1966)	1.015.639	6.368	2.350.513
Lei 1.134 (1970)	294.414	513	586.112
Total	1.310.054	6.881	1.936.625

No município de Conceição da Barra, a grande alteração no perfil das atividades econômicas a partir de 1975 também testemunha o impulso dado pelo I Programa Nacional de Papel e Celulose (1974) e pelas legislações decorrentes no incentivo à silvicultura empresarial e agroindústria de celulose, como pode ser observado nos dados abaixo:

Tabela 11: Atividades Econômicas - Município de Conceição da Barra (estabelecimentos)¹¹²

	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Agricultura			376	296	249	123 temp. 151 perm.
Pecuária	306		411	187	80	189
Agropecuária	1.337		21	15	9	40
Horticultura e Floricultura	1					12
Avicultura	2				11	
Silvicultura			4	6	6	7
Extração Vegetal	86		8	12	1	
Carvão						3
Pesca						4
Invernadas e Campos de Engorda	21					

¹¹¹ GOLDENSTEIN, Lea. *Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio – uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose*. Tese de Livre-Docência em Geografia, USP, 1975, p. 173.

¹¹² BGE. *Censos Agropecuários* 1960, 1975, 1980, 1986 e 1996. Dados organizados pela pesquisadora

Tabela 12: Atividades Econômicas – Município de Conceição da Barra (área/ha)¹¹³

	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Agricultura			18.703	19.532	22.652	
Pecuária	36.727		90.483	51.706	5.092	
Agropecuária	106.831		2.865	2.139	4.220	
Horticultura e Floricultura	5					
Avicultura	125				161	
Silvicultura			15.070	45.316	22.855	
Extração Vegetal	5.274		1.552	2.841	1.452	
Carvão						
Pesca						
Invernadas e Campos de Engorda	5.173					

Segundo GOLDENSTEIN¹¹⁴, nesta época as principais empresas reflorestadoras do país eram:

-Companhia Vale do Rio Doce –CVRD- e suas subsidiárias, a Florestas Rio Doce S/A e a DOCEMADE, que tinham a atribuição de captar incentivos. A CVRD, uma das maiores reflorestadoras do país, tinha como projetos a exportação de cavacos de madeira para indústrias de celulose do exterior e a produção de celulose destinada à exportação. Em 1974, a CVRD tinha 56 mil hectares no Espírito Santo e Minas Gerais, 15 mil hectares na zona do Rio Doce e 300 mil hectares no médio vale do Rio Jequitinhonha;

-FLONIBRA – Empreendimentos Florestais S/A, formada em 1974 mediante associação da CVRD com a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co.-JBP, com atividades localizadas no Espírito Santo e sul da Bahia e metas de produção de 3 milhões de toneladas de cavacos e 800mil toneladas de celulose anuais;

-CENIBRA, resultante também da mesma associação acima, mas com atividades em Minas Gerais, cuja fábrica possuía, em 1975, capacidade para produzir 759 toneladas de celulose diárias;

¹¹³ Idem, ibidem.

¹¹⁴ GOLDENSTEIN, op. cit.

-JARI FLORESTAL e AGROPECUÁRIA, com 1,5 milhão de hectares contíguos ao Rio Jari, nos estados do Amapá e Pará, com a produção de gmelina arbórea e pinus em unidades combinadas de serrarias, fábricas de compensados, chapas, celulose e papel;

-PLANTAR –Planejamento, Técnica e Administração de Atividades Rurais Ltda., formada em 1967 no município de Itapeva-SP e que em 1974 dispunha de 85.773 hectares;

-ARACRUZ CELULOSE S/A, que surge em 1972 como sucessora da Aracruz Florestal S/A, numa junção de vários grupos acionistas: BNDE (25,90%), Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio (25,29%), FIBASE (14,72%), Grupo Billerud (6,07%), Grupo Lorentzen (5,08%), Vera Cruz Agroflorestal S/A (3,37%), Grupo Moreira Salles (2,63%), e os restantes 391 acionistas, como o Grupo Oliver Araújo, CBPO, Paranapanema S/A, Refinaria União e outros.

Relatos orais afirmam que a chegada do eucalipto no Extremo Norte do Espírito Santo é datada das décadas de 1950 e 1960, com os objetivos de exportação de cavacos e produção de carvão para siderurgia, através das pioneiras OURO VERDE e ACESITA, que passaram a empregar mão-de-obra local:

“Umberto – Rapaz, esse eucalipi chegou em... 1970, 68, por aí. Primeiro eucalipi que chegou foi aquele do outro lado da estrada. Foi em 70, é, foi em 70. Derrubamo tudo, derrubamo 200, 300 alquere de terra.

- De mata ?

Umberto – Só de mata.

- Vocês trabalhavam com motosserra ?

*Umberto – Não, trabalhava só no machado. Depois, chegou a motosserra (...)
Era a Ouro Verde. Trabalhei 3 ano e um dia...acho, de carteira assinada.(...)*

- E vocês desmatavam tudo ?

Umberto – Tudinho ! Cada uma árvore, minina, tipo daquela jaquera ali, de bater o dia quase no machado, um pau só... Então foi 200, 300 alquere, que nós derrubamo. Hum... Você via assim, quando dispois que tava no chão, de rastro de caça e de cacinha no meio dos mato, sapecado já, fazia dó... Aí depois a gente queimava e... o povo lá plantava. Aí a Ouro Verde plantou e depois desprezou aí.

- A Ouro Verde chegou quando ?

Umberto -...68, por aí, 70...

- E a Aracruz ?

Umberto – Daí, veio mais tarde. E a ACESITA também, ela veio...a ACESITA chegou em 75, por aí. Tava com pouco tempo que eu tinha saído da Ouro Verde, aí entrei na ACESITA. Aí a Aracruz já tava chegando, também. Mas a Aracruz já tinha eucalipi lá pras banda de Aracruz, também, já, né.” (Umberto Batista do Nascimento, 55, em 27.09.99)

Nesta época, todos os serviços de implantação da monocultura do eucalipto eram manuais, indo desde a derrubada das matas nativas com machado, passando pela capina, pelo tratamento contra a formiga, viveiro de mudas e plantio. Mesmo manual, estas derrubadas não aproveitavam nada das madeiras nobres e fartas da floresta que ainda não tinham sido exploradas:

“- O senhor trabalhou nessas firmas ?

Seu Osmar – Trabalhei.

- Em qual ?

Seu Osmar – Na Ouro Verde.

- O que o senhor fazia ?

Seu Osmar – Ah, eu cortava de machado, trabalhei dois meiz no machado, derrubando madeira... é... derrubava madeira, quando secava botava fogo, queimava, tá vendo ? Agora, aquela madeira que ficava, que a gente cortou, cortava tudo os pedaço, fazia monte e botava fogo para queimar tudo, pra deixar a terra limpinha... Eu trabalhava... eu num trabalhava com trator, não, sabe ?... Devastava o mato, cortava o mato, depois nos pau grosso metia o machado e derrubava, tá vendo, alquere e mais alquere, derrubava tudo, depois de seco botava fogo, com aquela madeira que ficava, metia o motor, cortava, fazia monte, botava fogo pra queimar, pra ficar a terra purinha... pra plantar eucalipi.” (Osmar Souto, 76, em 03.05.99)

A estruturação da produção no nível industrial com sua grande quantidade de máquinas trouxe a perda de empregos. Ao analisar a mudança na estrutura de produção, a comunidade avalia a época do trabalho manual como boa intenção da empresa:

“Ismael – A firma que ajudou mais aqui foi a Ouro Verde ! Que a Ouro Verde deu serviço pra roçar, deu serviço pra derrubar, deu serviço pra matar formiga manual, plantar manual. Tudo ! Tudo ! Capinar, tudo, tudo, tudo os serviços da

Ouro Verde foi na mão. A Ouro Verde foi a que ajudou mais...Ó, enquanto estava no serviço manual, então quando eles chegaram logo, era muito, dava muito trabalho pra gente, né. Todo mundo trabalhando na Aracruz, daqui de Itauúnas, tinha carro aqui da Aracruz, depois eles passaram pra maquinária, acabou. Piorou, né, não melhorou, piorou.” (Ismael,32, em 04.05.99)

A ARACRUZ inicia sua produção em 1967, no município de Aracruz-ES, visando a exportação de cavacos para países produtores de celulose. Esta localização fora escolhida devido a alguns fatores favoráveis de ordem física e estrutural:

“A Aracruz Florestal começou a plantar eucaliptos em 1967 na cidade que tem este nome, situada a 76 km ao norte de Vitória, Espírito Santo, junto ao oceano Atlântico, localização especialmente eleita em função de fatores ecológicos - topografia favorável, de terras ligeiramente onduladas, totalmente mecanizáveis, com precipitação anual de 1400 mm-, e de circulação -ligada a Vitória por uma estrada asfaltada e contando com o porto de Vitória para exportação da produção-, o que era importante, dada sua condição de empresa voltada para o mercado mundial. A disponibilidade de energia e o preço favorável da terra foram fatores decisivos na opção da localização do futuro complexo industrial.(...)

O empreendimento começou com uma área de 45 mil hectares (...). Temos conhecimento que atualmente o grupo Aracruz, além das terras que possui no município cujo nome adotou, é proprietário de 30 mil ha. em São Mateus e Conceição da Barra, ainda no Espírito Santo, e de mais de 120 mil ha. no sul da Bahia (região de Cabralia)”¹¹⁵

Na década de 1970, a ARACRUZ chega ao Extremo Norte do Estado –municípios de São Mateus e Conceição da Barra-, expandindo seus plantios para a produção de celulose. Nesta época, algumas áreas da região já continham plantios de eucalipto, como as de propriedade da OURO VERDE, da ACESITA Energética e das FLORESTAS RIO DOCE. As áreas desta última, na década de 80 foram vendidas para a BAHIA SUL (originária da sociedade entre a CVRD e a Cia. Suzano de Papel e Celulose), que se instala no Extremo Sul da Bahia.

¹¹⁵ GOLDENSTEIN, op.cit., pp.199 e 200.

A produção de celulose é estruturada num grande complexo agroindustrial, onde os plantios são realizados sob a lógica do maior aproveitamento da área cultivada e maior produtividade. O eucalipto é eleito a matéria-prima por excelência, devido ao seu crescimento rápido e linear, com poucos galhos, o que otimiza a velocidade da produção e permite a mecanização do corte. Nos primeiros anos, o eucalipto chegava no ponto de corte com 15 anos, tempo reduzido para 6 a 7 anos, devido aos avanços na manipulação genética. De início, a Aracruz já não mais utilizava o machado para as derrubadas das matas, mas o trator de esteira, o “correntão”. A capina e “coroamento” dos pés de eucalipto não é mais feita na enxada, mas predominantemente com produtos químicos que matam qualquer vegetação que esteja competindo com o eucalipto (herbicidas). Sua retirada era inicialmente feita com motosserra e hoje é realizada por um caríssimo maquinário finlandês que, além de arrancar a árvore, descasca e corta em tamanho padrão para o uso na fábrica.

Atualmente, no município de Conceição da Barra atuam 3 empresas produtoras de celulose: ARACRUZ, BAHIA SUL e SUZANO – atualmente dona da BAHIA SUL, através da compra das ações da CVRD. As empresas fornecem os seguintes dados sobre sua propriedade de terras:

Tabela 13: Propriedade e uso da terra - Aracruz Celulose¹¹⁶

Utilização	ES	BA	Total
	Área- ha (%)	Área- ha (%)	Área- ha (%)
Eucalipto	83.248 (68,7)	55.091 (59,1)	138.339 (64,6)
Reservas Nativas	29.794 (24,6)	32.594 (35)	62.388 (29,1)
Outros	8.063 (6,7)	5.520 (5,9)	13.583 (6,3)
Total	121.105 (100,0)	93.205 (100,0)	214.310 (100,0)

Bahia Sul Celulose – constituída em 1987 pela CVRD e a Cia. Suzano de Papel e Celulose, abrange os municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus, no Espírito Santo, e Alcobaça, Teixeira de Freitas, Caravelas, Nova Viçosa, Ibirapuan e Mucuri, na Bahia. Através da incorporação de 6.320 hectares de terras pertencentes às Florestas Rio Doce S/A, estabeleceu-se no Extremo Norte do Espírito Santo. Atualmente possui 17.964 hectares de terras no Espírito Santo, distribuídos entre os municípios de Conceição da Barra (7.588) e Pedro Canário (4.424). No ano de 2001, a Suzano compra as ações da CVRD, provocando a fusão de ambos os patrimônios:

¹¹⁶ ARACRUZ CELULOSE – *Relatório Anual 1998 – Balanço Social e Ambiental*

Tabela 14: Propriedade e uso da terra – Bahia Sul e Suzano¹¹⁷

	Empresa	Preservação	Infra	Eucalipto	Total	Área
C.Barra	Bahia Sul	2.822	456	4.310	7.588	
	Suzano	2.867	683	6.826	10.376	
Sub-Total		5.689	1.139	11.136	17.964	107.138
Pedro Canário	Bahia Sul	1.570	265	2.589	4.424	59.217
E. Santo		7.259	1.404	13.725	22.388	

Tabela 15: Silvicultura – Município de Conceição da Barra (estabelecimentos)¹¹⁸

	1970	1975	1980	1985
Nativos:				
a) Carvão	a) 2	a) 5		a) 6
b) Lenha	b) 40	b) 295	b) 170	b) 104
c) Madeira	c) 164	c) 13	c) 6	c) 3
Plantados:				
a) Eucalipto	a) 1	a) 4	a) 11	a) 7
b) Carvão			b) –	b) 4
c) Lenha			c) 1	c) -
d) Madeira para papel				d) 1

¹¹⁷ BAHIA SUL CELULOSE.

¹¹⁸ IBGE. *Censos Agropecuários* 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela 16: Silvicultura – Município de Conceição da Barra (quantidade produzida)¹¹⁹

	1970	1975	1980	1985
Nativos:				
a) Carvão	a) 62 t	a) 2.138 t		a) 3.573 t
b) Lenha	b) 4 mil m ³	b) 9 mil m ³	b) 89 mil m ³	b) 1 mil m ³
c) Madeira	c) 21 mil m ³	c) 3 mil m ³	c) 6 mil m ³	c) 2 mil m ³ (toras)
Plantados:				
a) Eucalipto	a) 1.700 mil árvores	a) 15.315 mil árvores	a) 46.861 mil árvores + 1.206 mil árvores em 1980* (com incentivos fiscais: 46.022 mil árvores + 1.116 mil árvores em 1980)	a) 22.493 mil árvores
b) Carvão			b) -	b) 19.342 t
c) Lenha			c) 200 mil m ³ **	c) -
d) Madeira para papel				d) 93 mil m ³

*São Mateus: 20 estabelecimentos com 84.037 mil árvores + 353 mil árvores em 1980 (com incentivos fiscais: 6 estabelecimentos com 82.900 mil árvores)

**São Mateus: 2 estabelecimentos com 1.767 mil m³

Tabela 17: Estado de Espírito Santo – Produção Extrativa nativa, segundo Grupos de Área Total (1995-96)¹²⁰

Grupos de Área total (ha)	Carvão vegetal - Informantes	Produção (t)	Venda (t)	Lenha – Informantes	Produção (mil m ³)	Venda (mil m ³)
Menos de 10	2	3	3	2.103	23	0
10 a menos de 100	11	22	20	6.612	105	8
100 a menos de 1.000	8	72.314	72.314	571	27	4
1.000 a menos de 10.000	-	-	-	9	1	-
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	21	72.339	72.337	9.298	156	13

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ IBGE. *Censo Agropecuário* 1995-96.

Tabela 18: Estado do Espírito Santo – Produção da Silvicultura, segundo Grupos de Área Total (1995-96)¹²¹

Grupos de Área total (ha)	Carvão vegetal - Informantes	Produção (t)	Venda (t)	Lenha – Informantes	Produção (mil m ³)	Venda (mil m ³)	Madeira em toras- Informantes	Produção (mil m ³)	Venda (mil m ³)	Madeira para papel- Informantes	Produção (mil m ³)	Venda (mil m ³)
Menos de 10	5	31	31	230	4	1	25	2	2	1	0	0
10 a menos de 100	16	290	287	657	36	21	132	87	82	11	6	4
100 a menos de 1.000	8	2.676	2.676	115	23	11	42	21	21	5	24	23
1.000 a menos de 10.000	-	-	-	2	3	3	3	44	44	2	0	0
10.000 e mais	-	-	-	1	109	109	1	25	25	5	4.363	4.363
TOTAIS	30	3.002	2.999	1.005	174	145	203	179	174	24	4.393	4.390

¹²¹ Idem, ibidem.

Os dados sobre a produção da Silvicultura do município de Conceição da Barra ilustram o crescimento da matéria-prima plantada a partir de 1975 e um grande salto em 1980, fruto do I Programa Nacional de Papel e Celulose idealizado no II PND (1974). Ao redor dos grandes plantios para celulose, agregam-se outras atividades como carvoarias, que respondem pela limpeza dos terrenos após o corte: o resíduo do eucalipto (raízes e tocos) não é aproveitado para a celulose e impede o novo plantio, mas serve para o carvão. Desta forma, o complexo celulósico estrutura toda uma cadeia produtiva, que atinge da agroindústria às carvoarias, dos grandes acionistas aos carvoeiros que são contratados pelo gato como mão-de-obra barata, estabelecendo-se novas relações sociais na esfera produtiva, vivenciadas também pelo morador local, proprietário de terra ou não.

Dados do IBGE permitem a distribuição das atividades relacionadas ao plantio do eucalipto na “pirâmide social”: enquanto a produção do carvão vegetal e lenha concentra-se nos estabelecimentos com até 1.000 hectares, a produção da madeira para papel está concentrada em 5 estabelecimentos com área individual de 10.000 hectares ou mais. No país, a produção de base florestal distribui-se em:

Tabela 19: Produtos de Base Florestal – Produção Brasileira 1998/9 (Produção x1 milhão)¹²²

Celulose	7,2 t
Papel	6,9 t
Carvão Vegetal	26,4 m ³
Madeira Serrada	18,2 m ³
Compensados, aglomerados e chapas	3,9 m ³

Da produção de celulose em 1998, a Aracruz respondeu por 1.165.139 t (17,42% do total produzido), a Bahia Sul por 494.434 t (7,39%) e a Cia. Suzano de Papel e Celulose por 400.350 t (5,99%)¹²³. Quanto ao carvão vegetal, a maior parte é consumida no mercado interno: 16,800 mil m³ em Minas Gerais, 4,050 mil m³ na região do Projeto Carajás, 1,000 mil m³ em São Paulo, 850 mil m³ na Bahia e 800 mil m³ no Espírito Santo.

Nas fábricas da Aracruz Celulose, mais de 2/3 do capital investido corresponde ao maquinário europeu adquirido, estrutura industrial de alto custo que necessita ter seu uso otimizado. Assim, a máxima eficiência das fábricas está no funcionamento permanente de

¹²² MORA, Admir L. e GARCIA, Carlos H. *A cultura do eucalipto no Brasil*. São Paulo, SBS, 2000.

¹²³ BRACELPA –Associação Brasileira de Celulose e Papel. *Relatório estatístico florestal*, 1998.

suas máquinas, através do alimento ininterrupto com vultuosa e uniforme fonte de madeira¹²⁴.

De acordo com estas metas crescentes de produção, as terras das empresas, embora extensas, vêm se tornando insuficientes. Assim, visando ampliar ainda mais sua eficiência produtiva, as empresas produtoras de celulose do Espírito Santo vêm alcançando algumas conquistas junto ao governo do Estado. Dentre elas, o Decreto-Lei n.º 4.428, de 22.03.99, que permitiu a ampliação das áreas cultivadas por município, além dos já consumados 97.424,4 hectares cobertos pela monocultura do eucalipto no Estado¹²⁵:

“Considerando a importância da expansão das atividades florestais e da indústria de base florestal como agregadores de renda agrícola e de ampliação da base tributária do Estado e dos municípios;(...)

*Considerando a aptidão **natural** das terras do Espírito Santo, as condições sócio-econômicas e o Plano de Governo que estabelece pólos de desenvolvimento florestal regionais; (...)*

DECRETA:

Art. 1º. –São passíveis de licenciamento junto ao IDAF, os Programas e Projetos de Reflorestamento que tenham por meta o plantio acima de 100 (cem) hectares, para a fixação de condicionantes de natureza técnica e legal que orientarão a sua execução.

§ 1º. –A implantação ou expansão de empreendimentos de base florestal se fará mediante a aquisição de terras ou através de contratos de comodato ou arrendamento.

Art. 2º. –Em se tratando de implantação ou expansão de empreendimentos de base florestal mediante a aquisição de terras para plantios, esta só poderá ocorrer em propriedades rurais com área superior ao módulo fiscal do município, conforme Legislação Federal (...).

*Art. 4º. –A implantação ou a ampliação da base florestal dos empreendimentos, através de aquisições, arrendamentos e comodatos, obedecerá o critério de **área máxima** reflorestada por municípios agrupados, segundo as microrregiões administrativas de gestão (...):*

¹²⁴ LOHMAN, Larry (The Corner House, Inglaterra). Palestra proferida no Painel “O eucalipto e o Protocolo de Kyoto”, no *Seminário Internacional sobre eucalipto e seus impactos*, organizado pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Vitória, 21a 23.08.01.

¹²⁵ BRACELPA, op. cit.

Microrregiões Administrativas de/ Gestão	Porcentagem Máxima de Plantio por Município*
Grande Vitória	10
Metropolitana Expandida Norte	30
Metropolitana Expandida Sul	30
Central Serrana	50
Litoral Norte	30
Extremo Norte	50
Pólo Colatina	30
Noroeste 1	50
Noroeste 2	30
Pólo Cachoeiro	30
Caparaó	30
Litoral Sul	30

*Prevalecem as limitações previstas nas Leis Orgânicas Municipais”.

Esta medida do governador José Ignácio (PSDB-ES) veio atender aos interesses das empresas, principalmente da Aracruz Celulose S.A., majoritária no Estado do Espírito Santo. Entretanto, provocou algumas reações na Assembléia Legislativa, através do deputado Cláudio Vereza (PT-ES), que encaminhou ementa para sustar os efeitos do referido decreto. Vereza afirma que o decreto 4.428 caminha contrário à política agrícola e fundiária versada pelo artigo 247 da Constituição Estadual:

“Artigo 247 –§ 2º. –Para a concessão de licença de localização, instalação, operação e expansão de empreendimentos de grande porte ou unidades de produção isoladas integrantes de programas especiais pertencentes às atividades mencionadas no parágrafo anterior, o Poder Público estabelecerá, no que couber, condições que evitem a intensificação do processo de concentração fundiária e de formação de grandes extensões de áreas cultivadas com monoculturas”.

Esta ementa tramitou no Legislativo esperando votação, enquanto um grupo de entidades civis assinava uma carta de protesto, que foi enviada a todos os deputados da Assembléia, solicitando-lhes a tomada de medidas e retomando a discussão presente no

Processo nº.930004033-2, da 5ª. Vara de Justiça Federal, resultante de denúncia formal encaminhada em 1990 pelo biólogo André Ruschi, filho de Augusto Ruschi, à Procuradoria Geral da República-ES. A denúncia descreve os impactos das monoculturas de eucalipto:

- “1. Utilização de Áreas de Preservação Permanente (APPs) para plantio de eucalipto.*
- 2. Plantio inadequado e por processo impactante de espécies exóticas em áreas tombadas.*
- 3. Falta de EPIA/RIMA.*
- 4. Falta de fiscalização dos projetos e APPs.*
- 5. Produção insuficiente de madeira para atender às demandas do Estado.*
- 6. Não produção de essências nativas e utilização apenas de eucalipto.*
- 7. Propaganda enganosa.*
- 8. Ausência de educação ambiental específica”.*

Os resultados desta Ação Civil Pública consubstanciaram-se na condenação dos réus Aracruz Celulose, IBAMA e Governo do Estado a reparar os danos causados à Floresta Tropical Atlântica. Confrontando os resultados concretos deste Processo –que foi arquivado- com o novo Decreto-Lei assinado pelo governador, consegue-se medir a influência destes grupos econômicos na política do estado do Espírito Santo. Contudo, devido à pressão social e política, o governador acabou anulando o decreto 4.428 através do decreto 4.481-N, assinado em 23.06.1999, e desta forma, *“antecipou-se à decisão da Assembléia Legislativa, que apreciaria nesta semana o projeto de decreto legislativo de autoria do deputado Cláudio Vereza”*¹²⁶

A posição política do governador José Ignácio Ferreira (PSDB) é explicitada novamente em junho de 2001, na ocasião do veto ao Projeto de Lei n.º252/2001, elaborado pelo Deputado Estadual Nasser Youssef (PPS) e que disciplina os plantios de eucalipto para fins de produção de celulose. O Projeto justifica-se pela omissão do Estado perante os impactos ambientais e sócio-econômicos da monocultura, e institui a paralisação dos plantios até que medidas de controle e disciplina dos mesmos venham a ser tomadas pelos órgãos governamentais competentes:

¹²⁶ Jornal *A Gazeta*. Vitória, 24.06.1999.

“Art. 1.º. Fica proibido por tempo indeterminado o plantio de eucalipto com fins de produção de celulose no Estado do Espírito Santo.

(...)

Art. 2.º. A proibição de que trata o artigo primeiro da presente lei deverá perdurar até que a SEAMA- Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente e a SEAG- Secretaria de Estado da Agricultura, através do IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e florestal, adotem, em conjunto ou separadamente, as seguintes providências:

I – Mapeamento agro-ecológico do Estado indicando:

- a) os tipos de solo apropriados para o plantio, discriminando em cada município as áreas consideradas propícias para o plantio de eucalipto;*
- b) as condições climáticas e hídricas que influenciam o plantio em cada município;*
- c) o déficit de áreas florestais correspondentes às “reservas legais” das propriedades rurais, assim entendidas as áreas com 20% (vinte por cento) de cada propriedade coberta com floresta nativa, conforme estabelecido na Lei 4.771/65;*

II – Realização de licenciamento ambiental ou florestal para plantios de eucalipto mediante:

- a) obrigação de recuperação com essências nativas de 1% (um por cento) ao ano da área de reserva legal de propriedades rurais com menos de 20% (vinte por cento), para plantios de eucalipto direto pelo produtor ou por meio de fomento florestal;*
- b) obrigação de plantio de essências nativas equivalente à área plantada de eucalipto, quando o plantio for feito por pessoa jurídica para fins industriais”.*

É interessante ressaltar que embora represente uma conquista política, o Projeto de Lei limita-se às questões ambientais dos plantios para celulose e nem sequer cita a problemática da grilagem e concentração de terras. Neste sentido, não trata das terras perdidas pelas comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas. Quanto às áreas de reserva legal, são contempladas ainda como propriedades privadas e jamais como passíveis ao *uso comunal* de outrora.

Mesmo tendo sido aprovado pela Assembléia Legislativa em 30.05.01, o Projeto de Lei foi vetado pelo governador, uma vez que iria trazer prejuízos econômicos à Aracruz

Celulose. Este conflito culminou no *Seminário Internacional sobre Eucalipto e Seus Impactos*, realizado pela Assembléia Legislativa nos dias 21, 22 e 23.08.01 com o apoio de entidades nacionais e internacionais –AGB, CIMI- Conselho Indigenista Missionário, FASE- Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional, FETAES- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo, Fundação Pau-Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Red Tecer Mundo- Uruguai, World Rainforest Movement, entre outras. Este Seminário propiciou discussões técnicas e teóricas, a possibilidade da troca de experiências entre vários sujeitos sociais e, mais do que isto, a produção da sua identidade. A Aracruz Celulose, majoritária produtora de celulose no Espírito Santo, recusou o convite para participar das conferências e debates, alegando que o evento seria tendencioso, enfocando negativamente a empresa, e não técnico, a respeito da monocultura do eucalipto.

Esta parte do conflito entre o Executivo e o Legislativo ilustra a situação em que se encontra o governo do Estado do Espírito Santo, cuja “calamidade política” deu-se através de escândalos envolvendo desvio de verbas e trouxe como resultados imediatos a deposição de todo o secretariado e a proposta de *impeachment* do governador, processo que se encontra arquivado pela Assembléia Legislativa.

Embora esteja incapacitada de comprar mais terras no Estado, a Aracruz Celulose necessita aumentar sua produção para abastecer as duas fábricas de celulose existentes e a terceira em construção, licenciada pela SEAMA. Neste sentido, expande sua área para o Sul da Bahia, que visa alimentar as fábricas de celulose no Espírito Santo e a fábrica de móveis feitos com eucalipto para exportação, a Lyptus. Além disto, o aumento da produção de eucalipto dá-se através do Fomento Florestal com pequenos produtores rurais. Neste Programa, a empresa fornece as mudas –clonadas-, o fertilizante, a assistência técnica e outros recursos financeiros, e o produtor vende-lhe a madeira com exclusividade. Dados da empresa afirmam que desde seu início, o programa forneceu cerca de 400.000 m³ de madeira para a produção de celulose, sendo que em 1998 a produção dos 55 municípios do Programa -43 do Espírito Santo e 12 em Minas Gerais, numa área total de 20.045 hectares-correspondeu a 5% da demanda da fábrica. Atualmente, a Aracruz busca expandir sua produção em regiões tradicionalmente ocupadas pela produção agrícola familiar, como a região serrana próxima a Vitória –onde vivem famílias descendentes de alemães, pomeranos e italianos, principalmente- e municípios ao Norte de Linhares, como Jaguaré.

O manual de orientação ao plantio distribuído aos produtores assim se inicia:

“O eucalipto é a espécie mais adequada para o florestamento ou o reflorestamento. O eucalipto não seca a terra e enriquece o solo. As folhas e os galhos que caem de suas árvores transformam-se em material orgânico (adubo), incorporando-se ao solo e deixando-o preparado para receber outras culturas. Além disso, o cultivo do eucalipto contribui para a diminuição do desmatamento da mata nativa, protegendo as nascentes, os cursos d’água e os animais. Também protege a terra contra a erosão e contribui para evitar o êxodo rural”¹²⁷

Assim, em linguagem acessível ao pequeno produtor rural, a empresa trabalha ideologicamente na negativa de todas as evidências de impacto desde a década de 70 e terceiriza a produção, garantindo mão-de-obra barata, matéria-prima e a ausência de preocupações e encargos trabalhistas. O Fomento Florestal é a estratégia de aumento da produção da empresa, que atualmente espalha outdoors pelas cidades do Espírito Santo, nos quais produtores fomentados afirmam as vantagens do programa.

¹²⁷ ARACRUZ CELULOSE. *Manual do cultivo do eucalipto* – Programa Fomento Florestal, p.3.

4.4. Implantação do Parque Estadual de Itaúnas

A interferência direta do Estado no *modo de vida* da comunidade de Itaúnas dá-se através dos incentivos fiscais, administrativos e jurídicos à agroindústria de celulose e também em outros dois momentos: um, em 1986, quando as dunas formadas sobre a antiga Vila e seus arredores são tombados pelo Conselho Estadual de Cultura como Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural; o outro, em 1991, quando da criação do Parque Estadual de Itaúnas, Unidade de Conservação de Proteção Integral, pela SEAMA-ES –Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente.

Por volta da década de 1980, Itaúnas constituía local promissor ao turismo, devido às suas características paisagísticas, ambientais e culturais. Um movimento em prol da conservação destas características estava em curso: em outubro de 1986, a Resolução 08/86 do Conselho Estadual de Cultura aprova “o tombamento do bem natural denominado ‘Dunas de Itaúnas’” e da área ao seu redor como a Vila, transformando-lhes em Patrimônio Histórico e Cultural, e aconselha, também, a criação do Parque.

O estopim para a criação do Parque Estadual de Itaúnas vem da intenção do grupo econômico da família Ceolin em construir um hotel no molde *resort* na “selvagem” praia de Itaúnas, ao Norte das dunas. Este mesmo grupo econômico havia construído o Hotel Barramar na margem direita da foz do rio Itaúnas e no início da década de 1980, com apoio do DNOCS –Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, abre uma nova foz no rio, situada a 5 quilômetros a montante da foz natural, com o objetivo de interromper a erosão que atingia a construção. Entretanto, a abertura da nova foz não fez cessar o processo erosivo, uma vez que a erosão marinha era a mais significativa. Como resultados da intervenção no curso d’água, obteve-se o assoreamento do rio e manguezal, a erosão e destruição de grande trecho da restinga, a perda de quantidade e espécies de pescado do rio devido à entrada do sal marinho.

Contemplando uma área de 3.650 hectares de Floresta Tropical Atlântica, o Parque Estadual de Itaúnas exhibe ecossistemas como Mata de Tabuleiro, Restinga, Manguezal, Rios, Alagado, Dunas e Praia. Distribui-se em 25 quilômetros de praias –até a divisa com a Bahia-, 19 quilômetros do Rio Itaúnas margeando a praia até a foz e 34 quilômetros do Rio Itaúnas e alagados à montante da Vila. A Bacia Hidrográfica do Itaúnas possui, ainda, outras 2 Unidades de Conservação implementadas no município de Conceição da Barra, que contribuem para a manutenção do regime hídrico em seu médio e baixo curso: a

Reserva Biológica do Córrego Grande, com 1.504 hectares, e a Floresta Nacional do Rio Preto, com 2.830 hectares (ver mapa na p. 15).

A criação do Parque Estadual de Itaúnas em 08.11.91 implicou na desapropriação das propriedades em seu perímetro. O Diário Oficial do Estado de 08.11.96 publica os decretos de desapropriação¹²⁸ das seguintes áreas de propriedades e seus respectivos proprietários: 816.000,00 m² de Frederico Tanure, 359.245,04 m² de Raulino Rigoni, 205.400,00 m² de Carlos Pereira Bonelar, 1.833.000,00 m² de Hélio Pinto, 1.206.000,00 m² de José Pereira, 338.000,00 m² de Ulisses Guerra Pereira, 72.210,14 m² de Edísio Francisco dos Santos, 204.008,50 m² de Gilberto Mauro de Oliveira, 57.016,77 m² de Edgar França Cabral, 837.000,00 m² de Edgar Cabral da Silva, 52.858,16 m² de Benedito Alves Cunha, 44.092,88 m² de Antônia Mendes Ferreira, 37.477,96 m² de Antônio Guimarães Timbuíba, 1.077.571,55 m² de José Maria Campos Pinto Coelho, 729.393,37 m² de Rives da Silva Campos, 1.886.241,60 m² de Maristela de Almeida Serra e Outras, 11.183,46 m² de Pedro Gomes Filho, 52.597,58 m² de Bernabet Maia, 122.522,40 m² de Renaldo Firmes Maia, 1.067.382,05 m² de Deilton Pereira, 189.625,72 m² de Mucuri Agroflorestral, 2.198.698,23 m² da ACESITA Energética, 2.371.068,48 m² da Bahia Sul Celulose e 5.329.259,06 m² da Aracruz Celulose.

Pode-se observar que cerca de 1/3 da área do Parque pertence às empresas do setor florestal -10.988.651,49 m² ou 1.098,86 hectares- e deste total 50% compreende propriedades da Aracruz Celulose, seguida da Bahia Sul e da ACESITA. As terras localizadas na área do Parque apresentam alguns núcleos de moradores vivendo tradicionalmente da roça e da pesca, como as famílias do Riacho Doce, na divisa com a Bahia, o Seu Tamandaré (Carlos Pereira Bonelar) e Paulo Jacó e sua família (que vivem na propriedade de Hélio Pinto), próximos à Antiga Vila e às dunas. Outras propriedades apresentam também a criação de gado e alguma produção para a venda, como os sítios de Rives da Silva Campos e de José Maria Campos Pinto, cujas áreas a serem desapropriadas fazem fundo com o rio Itaúnas. Algumas áreas são sítios de famílias locais que residem na Vila ou em Conceição da Barra, como o de Seu Bernabet Maia e Edgar França Cabral; outras áreas só constituem propriedades sem benfeitorias e construções.

¹²⁸ *Diário Oficial – Estado do Espírito Santo- Anexo I.* Decretos n.º. 6.851-E a 6.885-E. Vitória, 08.11.1996, pp. 01 a 04.

No total, tem-se 2.199,78 hectares de área de propriedades a serem desapropriadas pelo Estado via indenização, o que ainda não ocorreu. Dos 3.650 hectares da área total do Parque, restam cerca de 1.450 que não constituem propriedades particulares a serem desapropriadas e provavelmente deveriam estar classificadas na categoria das terras devolutas na ocasião da criação do Parque. Estas terras agora pertencentes ao Estado eram de uso comunal das comunidades que viviam no “sertão” e na Vila de Itaúnas, em geral compreendendo áreas de matas, rios e alagado. Assim, o processo de consolidação da Unidade de Conservação pode também ser vislumbrado como a etapa final do processo de particularização do *território de uso comum*, ditada pela lógica do patrimônio público sob o controle do Estado.

Semelhantes processos de perda ou sobreposição de territórios são vividos por comunidades pesqueiras em todo o litoral brasileiro, especialmente em regiões preservadas da Floresta Tropical Atlântica, como atesta FURLAN¹²⁹:

“Os conflitos vividos pelos pescadores-agricultores em Ilhabela estão relacionados à destruição dos territórios caiçaras. As políticas conservacionistas dos últimos 30 anos têm colaborado para isto. Ao conceber o lugar (o espaço vivido por estas sociedades rústicas) como patrimônio de todos, as políticas ambientais excluíram por lei o direito de domínio sobre esses territórios.”

A implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, somada às áreas de Reserva Legal das empresas de celulose, traz mais uma lógica ao *uso da terra*. As formas de uso e propriedade das áreas de Reserva e do Parque, respectivamente sob responsabilidade do IBAMA e da SEAMA, constituem uma segunda *territorialidade* em confronto com as formas de apropriação e uso tradicionalmente estabelecidos pela comunidade local. As atuais áreas de Reserva transformaram o *uso sustentável* feito pelas comunidades sobre a floresta em *uso privado* gerenciado pelo Estado. As áreas de Reserva das empresas produtoras de celulose difundem sua imagem de “ecologicamente corretas”, num discurso de preservação ambiental utilizado na busca pelas certificações de qualidade total. Do outro lado, a defasagem de acesso às *terras de uso comum* que supriam grande parte da subsistência das comunidades locais acaba por reforçar sua dependência em

¹²⁹ FURLAN, Sueli Ângelo. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental*. Tese de doutorado em Geografia, USP, 2000, p.45.

relação aos produtos industrializados e, portanto, em relação ao espaço urbano, consolidando a desestruturação de sua *autonomia*.

A parcela da comunidade que viveu este processo o assimila como mais uma perda ditada pela insensatez do poder público e ainda hoje mantém reticências e críticas em relação ao “IBAMA”, como é chamada a equipe do Parque, nos dizeres de Seu Osmar e DIEGUES:

“-Eles deixaram desmatá tudo, e agora tem essas bolota de mato e a gente num pode mexê...”(Osmar Souto, 76, em julho/98)

*“A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como usurpação de seus **direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados**, o espaço coletivo no qual se realiza seu **modo de vida** distinto do urbano-industrial. (...) **roubo de seu território** que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes”¹³⁰.*

O uso dos recursos naturais pela comunidade tradicional é barrado nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. Juridicamente, a categoria Parque Estadual compreende:

“Art. 10 – (...) áreas terrestres ou marinhas, contendo um ou mais ecossistemas naturais preservados ou pouco alterados por ação antrópica, dotados de atributos naturais ou paisagísticos notáveis.

§ 1.º – O Parque Estadual tem como objetivos básicos de manejo preservar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais, proteger espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, propiciar pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico”¹³¹.

A visão predominante dos órgãos de preservação enxerga o meio natural em si mesmo e sob este modelo foi implantado o Parque Estadual de Itaúnas, em 1991. Neste

¹³⁰ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* (2.ª ed.). São Paulo, Hucitec, 1998, p.65.

¹³¹ *SISEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação*-, criado através da Lei n.º 4.701, de 01 de dezembro de 1992.

contexto, a existência da espécie humana que já vivia neste habitat foi desconsiderada e várias proibições passaram a incidir diretamente sobre seu *modo de vida*. Esta desconsideração foi explicitada no Seminário “*Diretrizes para a gestão das Áreas Naturais Protegidas do Estado do Espírito Santo*”¹³², organizado para a discussão do SISEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Na ocasião, a existência da comunidade tradicional de Itaúnas causou espanto aos técnicos ambientais presentes, que inclusive defenderam a proposta da sua retirada do Parque, bem como da retirada do conceito, à semelhança do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

*“O Estado tem, através de suas políticas públicas, imposto sua visão de território a partir de uma concepção de natureza em si e não construída e reconstruída pelos próprios homens. Isto pode ser constatado na leitura dos documentos que direcionam tais políticas. Os mapas de Unidades de Conservação não incluem em suas legendas os moradores. Daí decorre uma representação do território a partir de um conteúdo simbólico. O mapa representa o conceito de natureza e território pelo qual os governantes orientam suas ações. Fundamentalmente retrata uma natureza apartada do homem e um território reduzido a base física, sem conflitos, sem ações esvaziadas de seu conteúdo político e de seus objetos”*¹³³.

No período entre o início do século XIX até meados do século XX – dos primeiros registros escritos sobre a presença da comunidade até o auge da exploração madeireira em grande escala-, o ambiente ocupado pela floresta tropical permaneceu preservado, *apesar e através* do uso feito pela *comunidade tradicional*. Assim, a forma de utilização dos recursos realizada até então responde pelas características “preservadas” encontradas no lugar. A relação tradicional do sujeito com a floresta e o mar é o momento de se apurar os sentidos, a percepção e a agilidade. A construção do saber dá-se através do trabalho concreto, cujos resultados simbolizam coragem e maestria. O meio natural é também a morada de seres míticos como a Caipora, o Boitatá e a Mãe d’Água, que castigam os que o destroem e concretizam-se como “*símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais*”¹³⁴.

¹³² Seminário organizado pela SEAMA –Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente- e realizado em 18 e 19.10.00 com o objetivo de instituir o SISEUC. Como conquista, obteve-se a criação de Conselhos Deliberativos para o gerenciamento das Unidades, formado pela comunidade local, Prefeitura, entidades, empresas e representantes locais da SEAMA.

¹³³ FURLAN, op. cit., p.48.

¹³⁴ DIEGUES, op.cit., p.85.

“Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista. (...) É nesses ecossistemas que foram e estão sendo criadas as unidades de conservação”¹³⁵

Entretanto, o olhar do Estado não considera o que o trabalho empírico apresenta e legalmente o Parque impõe limitações ao manejo do meio natural efetuado pela comunidade, como no caso da *caça*, do *roçado*, da *pesca* no rio, da extração de *lenha*, *ervas medicinais* e outros produtos da mata, da *coleta* de frutos, práticas que outrora respondiam pela manutenção destes grupos e reafirmavam seus laços de compadrio.

Das restrições ao uso dos recursos naturais, a retirada de madeira e a caça foram as que provocaram – e ainda provocam- os maiores atritos com a comunidade. De um lado, a constatação dos impactos ambientais através da extinção de espécies da flora e da fauna; do outro, o argumento da comunidade afirmando que suas atividades tradicionais não podem ser responsabilizadas por estes impactos, mas sim a monocultura do eucalipto. As proibições ditadas pelo Estado são vistas pela comunidade como perdas na manutenção da sua sobrevivência:

“Dona Dorota – Morava no Angelin...Aí eu criei meus filho assim, né, nessa luta, mas graças a deus...Aquele mundéu de caça...pegava umas paca...sabe paca ? Então, cada uma assim! Tatu...capivara...E hoje em dia tá mais acabrunhado por isso: se não tiver o dinheiro pra comprar, como é que come? Eu mesmo, né, eu não tenho mais filho pra criar, mas tem meus filho, que tem os filhinho dele pra criar. Como é que cria ? Caça não pode matar, se matar vai preso, aí poucos tempo aqui teve aqui um rapaz, trabalhando aqui, ó, trabalhava aqui, trabalhava nesse canto aí, catando latinha, pra cumprir os

¹³⁵ DIEGUES, op.cit., p.79

mandado daqueles home, né, do IBAMA, e subia lá naquela lagoa de lá, ele foi dentro da lagoa mesmo, foi pra dentro da lagoa catando papel de dentro da lagoa...Uai, e meus filho tá aí em casa com fome, morrendo de fome...”(Dorotéia Batista, 75, em 04.05.99)

Embora existam estas proibições a nível legal, AMARO¹³⁶ afirma que no ano de 1997 cerca de 74% das propriedades do entorno do Parque continuavam a manter algum tipo de vínculo com a cobertura vegetal original, através do uso de produtos originados do extrativismo da madeira, ervas medicinais e alimentação -caça e pesca.

Entretanto, por outro lado, a criação do Parque Estadual de Itaúnas conseguiu colocar os freios necessários à destruição local que ocorria na época, como foi relatado no caso do Hotel Barramar, bem como nos processos de desmatamento das áreas de mata nativa que restavam e sua substituição pela monocultura do eucalipto. Esta limitação tem sua importância reforçada quando se sabe que cerca de 1/3 da atual área do Parque compreendem propriedades das empresas do setor florestal e seus projetos de “reflorestamento”. Sob esta ótica, alguns moradores vêem o Parque como o “poder da instituição” necessário:

“Caboquinho – É...esse IBAMA aí, ó, eu falo com as filha porque, porque que o senhor...esse...o senhor que tem o nome mais antigo que o...eu num conheci, ouvi falar, né, nem esse...ai, meu deus, antes do Castelo Branco, João Goulart, ou Castelo Branco, que são os dono disso aqui, que são os dono do direito e do saber, por que que eles num fizeram isso antes ? Se é nativa, bem, se não é nativa, vamo botar aquelas árvore pra dar, se já tá lá, tudo danado, mas precisava acabar com isso tudo ? Foi uma distinção ! Uma distinção ! Depois que seu Collor, que Collor pode ser ruim como for, mas Collor fez uma grande coisa no país. Agora, por que ? Foi uma das coisa que a maior utilidade que ele teve foi essa, criar o Parque. Senão, a nossa Amazônia já tinha ido embora, já tinha ido embora. Com o Parque lá, o IBAMA lá, eles tão que não tão roubando madeira, tão fazendo o diabo ! E se num tivesse, seria bem pior ! Tava bem pior ! Então, eu digo... não souberam valorizar o nosso país, o nosso Brasil !” (Ângelo Camillo, 61, em 05.05.99)

¹³⁶ AMARO, Jefferson Penellas. *Análise do sistema de produção e das relações ambientais dos pequenos agricultores do entorno do Parque Estadual de Itaúnas*. Monografia em Engenharia Florestal, UFLavras, julho de 1997.

A ponderação de Caboquinho é acompanhada por DIEGUES:

“em muitos casos, a criação dessas áreas protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras (...). Entretanto, foram severamente tolhidos de exercer, no interior dessas áreas, suas atividades habituais, como a agricultura, o extrativismo e a pesca”¹³⁷.

Contudo, na mata as relações de poder continuam a se estabelecer, reafirmando o território das empresas. As poucas áreas de Reserva “protegidas pelo IBAMA” –Reserva Legal e Unidades de Conservação- também são desejadas pela caça esportiva dos altos escalões da Polícia Ambiental e das empresas de celulose. Em certas ocasiões, há o encontro entre estes e os “caçadores” da comunidade, momento em que se celebra o compromisso do sigilo, baseado nas ameaças feitas pelas “autoridades”, que estabelecem seu poder de caçadores “por esporte”:

*“ – (...) Só vai te ameaçar se você tiver com arma ou cachorro, caçando. Caçando, ele vai te ameaçar, né. Ou tirando madeira...
– Mas eles caçam também?...
– Não, qualquer um caça, eu também vô lá e mato um bichinho pra mim cumê.(...)O menino da Aracruz , o Capitão Roberto, várias vezes topei ele caçando. Mas num vô mexê com um cabra daquele. Mas o Parque aí tirou ele da firma. Não por mim! Tirou ele da firma. Todo domingo ele tava com o Coronel, com tudo, caçando lá. Vô mexê com um monte de policial daquele ? Me topa sozinho, né menina, me mete um tiro, me joga embaixo do rio, cabô.(...) Mas eu, até com o Capitão eu tinha ordem pra mim pegar uma fruta, tirar um côco na área. Falô “qualquer coisa, pessoal, qualquer um guarda da Aracruz que falá, você fala que eu dei orde”. Ele deu o número do telefone dele, tudinho. “Botei orde pr’ocês tirá , não tem problema, não”. Só porque eu peguei ele caçando, né.” (novembro/ 2001)*

A comunidade enxerga, assim, que embora o uso do meio natural lhe esteja legalmente restrito, o recurso caça é utilizado “esportivamente” pelas empresas produtoras de celulose e alguns órgãos de fiscalização ambiental. Os moradores constata-

¹³⁷ DIEGUES, op.cit., p.132.

historicamente que não são os responsáveis pela extinção dos bichos e da floresta; porém é a eles que se dirigem as proibições de uso dos recursos. Somadas ao processo de implantação do Parque -que se deu sem considerar a comunidade, como a maioria das Unidades de Conservação no Brasil-, estas restrições cristalizam o rancor que se dirige cotidianamente à equipe técnica local. Esta herança traz um peso à relação entre a comunidade e o Parque, cristalizando-se na dificuldade de consolidação que os projetos sofrem em Itaúnas.

Evidências empíricas
x
ideologia

- impactos socioambientais da monocultura de eucalipto

Nas áreas onde se implementou, a monocultura do eucalipto para produção de celulose estabeleceu uma vasta gama de impactos socioambientais, uma vez que as alterações negativas produzidas em larga escala no meio natural interferiram diretamente na forma de subsistência e no modo de organização da vida de comunidades extrativistas, indígenas, caboclas e quilombolas, que usufruíam destes “recursos” cotidianamente. GONTIJO¹³⁸, analisando os impactos desta monocultura no Vale do Jequitinhonha-MG, enfatiza a importância de se considerar o

“(...) tamanho do impacto social, a curto e longo prazo, que uma interferência ambiental pode causar. Pois o motivo que mais preocupa na destruição da natureza diz respeito à queda na qualidade de vida dos habitantes da região em que esta degradação ocorre, ao ponto de em casos extremos impossibilitar a continuidade das atividades e sobrevivência humana no local alterado.”

A agroindústria de celulose no Espírito Santo e Sul da Bahia concretizou-se sobre o território originalmente ocupado pela Mata Atlântica, Floresta Tropical que outrora cobria toda a faixa litorânea brasileira e hoje constitui-se em remanescente com menos de 8% de sua área original. Até a década de 1990, a cobertura florestal existente no estado do Espírito Santo sofreu a redução de 4 milhões de hectares (86,88% da área do estado) a 402.392 hectares (8,34% da área do estado).

Para o entendimento do comportamento ambiental da monocultura do eucalipto buscou-se trabalhos científicos que a criticam e se somam aos depoimentos e vivências das comunidades locais, contrapondo-se a outros que apresentam argumentos favoráveis ao plantio.

¹³⁸ GONTIJO, Bernardo Machado. “Implicações do plantio generalizado de Eucaliptus no empobrecimento social e na biodiversidade do Alto/Médio Jequitinhonha-MG”. In: *Boletim Paulista de Geografia* n.º77. São Paulo, AGB, abril/2001, p.75.

Augusto RUSCHI, biólogo e pesquisador responsável pela fundação do Museu Nacional de Biologia “Prof. Mello Leitão”, no município de Santa Tereza-ES, nos traz informações históricas e técnicas a respeito do tema, reconstrói a situação natural encontrada antes da chegada do eucalipto e estimula a indignação frente ao processo de devastação que se apresenta. Em publicações do Museu¹³⁹, constrói a crítica ao discurso das empresas produtoras de celulose, cujo maior exemplo na década de 1970 está no livreto intitulado *O Eucalipto e a Ecologia*, encomendado pela Aracruz a um grupo de pesquisadores.

O primeiro “mito” difundido pelas empresas refere-se à idéia da *alta produtividade* dos plantios de eucalipto e às afirmativas de que os *plantios foram realizados em áreas já degradadas, não cobertas por vegetação nativa, ou “áreas desmatadas, coberta por arbustos improdutivos ou com raros cultivos de mandioca”*¹⁴⁰, como encontrado no artigo de Lamberto GOLFARI - “*Fantasia e Realidades sobre Plantios de Eucaliptos*”. Disseminando a idéia da “não-vocação” destas terras para a agricultura, este discurso inferioriza valorativamente a forma tradicional do uso da terra e constrói a idéia naturalizante acerca da “*vocação*” do ambiente local, diminuindo a amplitude e importância ambiental, social e econômica da Floresta Tropical nativa e justificando o plantio das “florestas” homogêneas de espécies exóticas. Este discurso, difundido pelas empresas produtoras de celulose, é questionado por RUSCHI e por diversos depoimentos locais:

“(...) a floresta abatida era realmente primitiva, onde um grande número de espécies a caracterizam como floresta estabilizada. Jamais degradada e muito menos em estado de capoeira”.¹⁴¹

“- Como é que ela começava a trabalhar no terreno ?

Caboquinho – Ah, o primeiro que veio foi o desmatamento, né.

- Mas os terrenos que a Aracruz comprou, tinham mata também, tinha terreno de mata nativa, de floresta ?

Caboquinho – Mata nativa ! Tinha ! Mata nativa ! Quebrava, querava tudo !

Até hoje eu sinto uma falta, uma revolta tão grande... Você passava daqui pra Conceição da Barra, aqui já você passava por cada uma mata na beira dessa

¹³⁹ RUSCHI, Augusto. *O eucalipto e a Ecologia*. Boletim do Museu de Biologia, série Divulgação n.º.44, 31.05.1976.

¹⁴⁰ Idem, ibidem, p.22.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p.57.

estrada ! Ali naquele... no hotel ali, aquilo ali era mata virge ! Dali até onde tem o alambique ! Mata purinha ! Aí ela pegava com o correntão e quebrava tudo ! E a gente, quando eles chegava assim, era paca, era tatu, era veado, era tudo, os bicho ficava entocado tudo, fazia dó, prigiça ! Um dia, tava num lugar, cheio de ave chorando ! Marvadeza ! Eu vi isso demais aí, ó ! Mas o que que vai fazer, né ?

- E essas madeiras da mata, ela fazia o que com elas ?

Caboquinho – Queimava.” (Ángelo Camillo, 61, em 05.05.99)

O “correntão” era a engrenagem construída com dois tratores de esteira e uma grossa corrente, que agressivamente passava e derrubava a densa floresta tropical com seus bichos. O ambiente do alimento e da água passava a ser destruído pela máquina, em larga escala, e por pessoas da própria comunidade, que passavam a trabalhar para as firmas. A revolta de Caboquinho é compartilhada por Seu Didi:

“– Tinha muita mata aqui ?

Seu Didi – Muita. Isso aí era pura mata ! Depois meteram dois D-8, com corrente ! Dois D-8 com a corrente ! Corrente da grossura desse pau aí, ó.

– E os bichos ?

Seu Didi – Ficava na frente, com um porrete, pra matá os passarinho e as caçaria, doida !

– E comia ou queimava, o que fazia ?

Seu Didi – Cumia e o que ficava debaixo das madeira, queimava tudo.

– E madeira-de-lei, ela tirou a madeira boa ?

Seu Didi – Tudo ! Não. Queimou tudo.” (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

A destruição da Floresta Tropical golpeia a elevada diversidade biológica local, presente na quantidade de vegetais e animais listados por RUSCHI¹⁴² em 240 espécies de árvores de grande porte (somente na Floresta de Tabuleiros, a mais densa e cujos terrenos planos de sedimentação terciária foram intensamente ocupados pela monocultura), 478 espécies de aves, 70 de mamíferos, 41 de répteis, 31 de anfíbios e 37 espécies mais significativas de insetos. A morte destas espécies significou a destruição de cadeias alimentares, a perda do alimento e da madeira para as comunidades locais, bem como de um vastíssimo banco genético cujo potencial permanece pouco conhecido.

¹⁴² RUSCHI, Augusto. *Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”*. Santa Tereza, 16.01.1950, pp. 83 a 137 (n.º 1) e 31.05.1976, pp. 34 a 55 (n.º44).

NO Impacto Ambiental do Eucalipto, livro patrocinado por 37 empresas da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, a *produtividade dos plantios do eucalipto* é vinculada por LIMA¹⁴³ às suas “múltiplas utilizações” além da celulose, como para a lenha, quebra-ventos, sistemas agroflorestais e agrossilviculturais. No entanto, sabe-se que a expansão dos plantios priorizou a produção da celulose e além disto, a taxa de crescimento das espécies limita-se ao incremento do tronco – e não conta com a copa-, só podendo ser utilizada após a derrubada da árvore. Analisando a introdução da monocultura do eucalipto na Índia n*O Inventário Ecológico sobre o Cultivo do Eucalipto*, SHIVA¹⁴⁴ questiona o “mito de sua alta produtividade de biomassa”:

“A destruição da floresta natural altamente produtiva foi justificada com base no melhoramento da produtividade do local. (...) As necessidades humanas de biomassa não estão, entretanto, restritas ao consumo e uso apenas da biomassa de madeira. A manutenção dos sistemas de sustentação da vida é uma função desempenhada principalmente pela biomassa da copa das árvores. É este componente das árvores que pode contribuir positivamente para a manutenção dos ciclos hidrológicos e de nutrientes. É também a fonte mais importante de biomassa para consumo, como combustível, forragem, adubo, frutos, etc.”

RUSCHI amplia a questão da *produtividade*, comparando a produção de biomassa animal em tipos diferentes de vegetação: na floresta natural, a biomassa animal atinge 1.300 kg de vertebrados/km²/ano, sendo 400kg de mamíferos e 900 kg de aves; nas florestas nativas de eucalipto da Austrália, a biomassa chega a 600 kg/km²/ano em mamíferos e 210kg/km²/ano em aves; nos desertos chega a 100kg/km²/ano; e no eucaliptal plantado, a biomassa animal chega a apenas 20kg/km²/ano em mamíferos e 8kg/km²/ano em aves, portanto, menor mesmo que a dos desertos.

Estes dados refletem a maior biodiversidade do mundo encontrada na Floresta Tropical Atlântica, que foi substituída pela monocultura de uma espécie exótica de rápido crescimento, acelerado ainda mais pela tecnologia, que possibilitou a redução do ciclo de corte dos 15 anos iniciais necessários para 6 anos e a mecanização total do processo produtivo, diminuindo a necessidade de mão-de-obra e seus custos. Segundo RUSCHI, do

¹⁴³ LIMA, Walter de Paula. *O impacto ambiental do eucalipto*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 211.

¹⁴⁴ SHIVA, Vandana e BANDYOPADHYAY, J. *Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto*. Tradução Ana Lúcia da Costa Pereira. Belo Horizonte, Comissão Pastoral da Terra, 1991, p.56.

ponto de vista biológico os *eucaliptais são inferiores a outros* “reflorestamentos” devido a sua homogeneidade e menor biodiversidade. Neste sentido, o uso conceitual do termo *floresta* para os plantios é equivocado, embora continue sendo utilizado ideologicamente pelas empresas produtoras de celulose:

“As plantações, assim como as florestas, compõem-se de árvores, mas ambas são radicalmente diferentes. Uma floresta é um sistema complexo, que se auto regenera e que possui solo, água, microclima, energia e ainda, ampla variedade de plantas e animais em mútua relação. Uma plantação comercial, ao contrário, é uma área cultivada, cujas espécies e estrutura foram dramaticamente simplificadas para produzir somente alguns produtos, ou seja, madeira, lenha, resina, óleo ou frutas. Diferente do que ocorre nas florestas, em uma plantação as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana.”¹⁴⁵

Assim como promove os plantios como “reflorestamento”, o discurso das empresas procura construir um outro mito, afirmando que os dejetos do eucalipto enriquecem o solo e suas raízes são responsáveis por seu afofamento e pelo depósito de água em espaços lacunares, idéia defendida por Armando Navarro SAMPAIO¹⁴⁶ no artigo “*Os Eucaliptos no Brasil*”, e também por LIMA:

“Afiml, o fato mesmo de haver melhoria nas condições do solo no que diz respeito à matéria orgânica e à atividade microbiológica, (...), deve resultar na melhoria simultânea das propriedades físicas do solo, tais como estrutura, capacidade de armazenamento de água, infiltração, aeração, etc.”¹⁴⁷

Contudo, comparando o eucaliptal com a floresta nativa, RUSCHI afirma que há o *empobrecimento dos solos decorrente da redução do manto orgânico formado com os detritos da floresta*. O manto orgânico é responsável pelo retorno de nutrientes ao solo e pelo armazenamento de umidade superficial. Na floresta nativa, ele varia de 60.000 a 90.000 kg/ha./ano e no eucaliptal chega somente a 15.000kg/ha./ano. Esta relação entre a

¹⁴⁵ MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. *Campanha Plantações - Plantações para celulose: um problema crescente*. Montevideu, julho/1999, p.7.

¹⁴⁶ RUSCHI, op. cit., pp. 16 a 18.

¹⁴⁷ LIMA, op.cit., p. 152.

fertilidade e o manto orgânico é ainda maior no caso dos latossolos, majoritários nos tabuleiros terciários do município de Conceição da Barra:

*“Por causa do intenso intemperismo a que são submetidos, a maior parte dos latossolos é bastante empobrecida em nutrientes necessários aos vegetais. Alguns ostentam vegetação de floresta que é mantida por uma quantidade mínima de nutrientes periodicamente reciclados pela vegetação.”*¹⁴⁸

Ainda em relação à **fertilidade do solo**, o trabalho de SHIVA et all. afirma que o eucalipto solapa a produtividade biológica através de 2 processos, mais acentuados em regiões áridas. Um deles é a grande necessidade de nutrientes que o eucalipto requer para seu crescimento rápido; o outro refere-se às propriedades alelopáticas presentes em “retardadores químicos” de suas folhas, que são tóxicos para os organismos e microorganismos –como a minhoca- responsáveis pela porosidade e permeabilidade do solo, e pela decomposição da matéria orgânica e o conseqüente retorno dos nutrientes minerais:

*“Os escassos resíduos folhosos do Eucalipto não são efetivamente transformados em matéria orgânica decomposta porque o Eucalipto é tóxico para os organismos do solo que constituem as cadeias alimentares de decomposição. (...) Através dessa poluição invisível do solo, os plantios de Eucalipto destroem os recursos vivos que são elementos fundamentais da cadeia alimentar que mantém o ciclo de nutrientes”.*¹⁴⁹

A perda de fertilidade do solo é observada empiricamente pela comunidade local:

“Caboquinho - ...Eu fico olhando, depois que plantar o eucalipto, vai passar um tempo que o eucalipto não vai dar mais, e o que vão fazer com essa terra nativa, hein ? Vai chegar um ponto que a terra não vai resistir mais, né ?

- Por que você acha ?

Caboquinho – Ah, ela cansa, né. Será que vai ficar abandonada ?... Ah, mas deve de criar uma outra coisa, porque é muita terra, né ? Muita terra ela tem...

¹⁴⁸ LEPSCH, I. *Solos – formação e conservação*. São Paulo, Melhoramentos, Coleção Prisma Brasil, 1982, p.82.

¹⁴⁹ SHIVA et all., op. cit., p.91.

O que eu sei é que vai chegar num ponto que o eucalipto não vai dar mais, não ! Já tem partes por aí mesmo que ele já tá fraco. É, já tem.

- Como é que fica fraco ?

Caboquinho – Ele já não engrossa mais. Só vara. Então, já tá começando, é sinal de que já tá começando, mesmo.”(Ângelo Camillo, 61, 05.05.99)

A **vida biológica do solo** também é destruída pela grande quantidade de agrotóxicos e herbicidas utilizados no manejo florestal do eucalipto, principalmente no período de plantios e rebrota, quando a planta ainda é jovem. Estes insumos químicos impedem ainda mais a decomposição do manto orgânico produzido no eucaliptal e acabam contaminando os cursos d’água superficiais e subterrâneos, ocasionando ainda a morte de várias espécies da fauna –que também são alimento- e prejudicando a produção agrícola nos terrenos vizinhos. Uma parte da história de Seu Osmar parece refletir a influência que este manejo florestal passaria a ter sobre as comunidades rurais do município de Conceição da Barra:

“- E no Angelin, como é que era ?

Seu Osmar – No Angelin como é que era ? Lá... lá era bom, né ?

- Vocês plantavam ?

Seu Osmar – É, plantava... nós plantava.

- O que vocês plantavam ?

Seu Osmar - Eu plantava mandioca, plantava banana, eu plantava feijão, eu criei muito porco, vendi muito capado, tá vendo ? Levava pra Conceição da Barra. Eu matava dois porco, levava pra lá... vendi muito porco lá... abóbora, tudo eu vendia... tudo eu vendia, vendi muito. Bom, lá vai, vai, vai, vai, vai, vai, aí a terra adoeceu. Nada saía a planta. Deu uma doença na terra. As planta que nós tinha morreu tudo...

- E por que será que deu a doença ? O senhor sabe ?

Seu Osmar - Deu uma doença. Aí, uma doença que deu na terra. Amarelô as planta todinha...

- E já tinha eucalipto em volta ?

Seu Osmar – Espera aí...já. Espera aí, deixa eu ver se já tinha o eucalipto...Já tinha o eucalipto. Já tinha o eucalipto. Isso tem muitos anos aí!” (Osmar Souto, 76, em 03.05.99)

Um outro impacto no solo é de ordem estrutural, aumentando a sua suscetibilidade à **erosão**: seus troncos lisos, combinados a uma cobertura restrita –menos estratos que a

floresta tropical-, contribuem para que a precipitação atinja o solo mais intensamente e mais rapidamente. Aumentando a erosão, produz-se o assoreamento dos cursos d'água, intensificado ainda mais pelo manejo florestal desenvolvido.

“Umberto -A terra que eles araram, aí a chuva batia e acabou com o leito dos córrego.

– Por que ?

Umberto – Porque jogou o barro tudo dentro do córrego.

– Eles tiraram a mata que tinha em volta dos rios ?

Umberto – Tiraram. Pois é, aí é o barro descia, né, e vinha indo, foi indo, foi secando, foram fazendo aterro no meio dessa estrada aí, como era tudo ponte antigamente, nessa estrada pra chegar na Barra, esses correquinho era tudo ponte. Então, o córrego passava por baixo, né. Aí jogaram aquele buero, né, fazia aquele burquinho, jogava terra pra cima do córrego, tampou.

– De quando é esse aterro aí ?

Umberto – Ah, isso aí, isso aí tem uns...20 e poucos anos, já, que acabaram com eles, essas...as pontezinha.

– Mas foi a Aracruz que fez o aterro ?

Umberto – Prefeitura, né, e a Aracruz veio e...a Aracruz tirou as ponte, veio e jogou terra”. (Umberto, 57, em 27.09.99)

Os impactos advindos do manejo florestal nos cursos d'água somam-se ao comportamento biológico das espécies plantadas na escala da monocultura nos curtos ciclos de corte exigidos pela agroindústria, evidências estampadas no meio físico e reforçadas pelos depoimentos das comunidades locais. A vivência de Seu Osmar testemunha a morte de quase todos os 14 rios e córregos que atravessavam a estrada entre Itaúnas e a Sede de Conceição da Barra. Em 1999, apenas o São Domingos, afluente do Cricaré, dispunha de água:

“- E quando o eucalipto chegou, como é que foi que ele entrou na terra?

Seu Osmar - Quando o eucalipto chegou, essa terra que nós tomava conta não era nossa não, era de um negociante...dono da terra...mas nós tomava conta da terra dele, gado dele, tinha gado nosso, tinha dele, de muita gente. Depois que o eucalipi chegou, acabou com esses mato, acabou até com as comida dos boi...eles araram tudo para plantar o eucalipi. E o eucalipi, o eucalipi derrotou com nós do lugar proque... comeu as água toda. Você não vinha aqui no tempo

que não existia o eucalipi, senão você ia ver, você comia peixe aí a vontade, hoje o pobre não acha nem uma piaba pra comer! Que acabou as água, só tem o canal do rio...Não pega nada ! (...)

-E os córregos aqui ?

Seu Osmar – Os córrego, tudo tinha água. Depois com os eucalipi, os eucalipi formaram mesmo, do jeito que você tá vendo, tem eucalipi de São Mateus aqui, é tudo eucalipi, e aí foi diminuindo, foi secando os córrego, foi secando as lagoa...

- Tinha lagoa ali, seu Osmar ?

Seu Osmar – Tinha... tinha lagoa nesses lugar aí, tem lagoa. Aqui no Angelin tinha... quantas lagoa ? Uma... duas lagoa ! Quando do tempo de enchente, era bocado botar canoa pra passar pr'aquí, que ninguém podia passar.

- E já tinha esse aterro aí, essa estrada ?

Seu Osmar – Já, já, já, tinha sim, a estrada. Então, aí depois, depois disso as água, as água quando chove aqui, num dá mais pra encher nem lagoa nem córrego... os córrego virou terra. Nós saía daqui pra, pra Barra, às vezes saía tarde de casa e ia tomando banho nesses córrego. Hoje, só se vê água na igreja. Se tiver com sede, só se vê água na igreja... Num tem córrego nenhum. Era uma beleza, aqui era uma beleza, agora...Agora, agora eu num sei o que vai acontecer... com os que tão nascendo, tão crescendo..."(Osmar Souto, 76, em 03.05.99)

Convergindo com Seu Osmar, Dona Alaíde, da Comunidade negra de São Domingos (ela não sabe sua idade), também testemunha a seca dos rios e lagoas, criatórios de peixe, embora não identifique suas causas:

“Dona Alaíde – O peixe é porque secô as lagoa, secô os córrego, num tinha peixe mais.

– Tinha muita lagoa aqui ?

Dona Alaíde – Tinha duas.

– E dava peixe ?

Dona Alaíde – Dava.

– E as lagoas secaram ?

Dona Alaíde – Tudo.

- Por que, Dona Alaíde ? Por que a senhora acha que secou ?

Dona Alaíde – Num sei, num sei por causa de quê.

– *Faz muito tempo que ela secou?*

Dona Alaíde – Agora com essa chuva, nós tudo bebendo água de poço! Roupa, tudo, lava com água de poço.(...)

– *Onde elas estão, essas lagoas, Dona Alaíde ?*

Dona Alaíde – Aqui mesmo tem uma, ali no Aracruz tem, aqui pra dentro tem outra.

– *Na mata ou no eucalipto ?*

Dona Alaíde – No eucalipto.

– *E hoje tá tudo cheio de eucalipto por cima?*

Dona Alaíde – É, a roda toda é cheia de eucalipto. Que os córrego daqui, que desde que cheguei pr’aqui, Santana e S. Domingos, num...desse uma chuva, ninguém travessava .

– *De tão cheio que ficava...*

Dona Alaíde – De tão cheio! Agora tudo era areia, qualquer uma criança andava de fora a fora”(Dona Alaíde, em 04.05.00).

Seu Osmar e Dona Alaíde têm o apoio do trabalho de SHIVA na argumentação sobre o efeito da seca produzida nos ecossistemas onde o eucalipto foi plantado em larga escala e em curtos períodos de corte. Segundo este autor, o eucalipto possui sistemas radiculares bem abrangentes e habilidade em extrair e armazenar água do solo –“estratégia esclerofítica”:

“Esta estratégia esclerofítica do Eucalipto, de dar continuidade a altas taxas de transpiração mesmo durante períodos de tensão temporária da umidade, é um perigo ecológico, pois permite ao Eucalipto crescer sob condições nas quais outra vegetação, com necessidades hídricas similares, pararia de demandar os escassos recursos de água”¹⁵⁰.

As “lagoas” são formas hídricas comumente encontradas nestas regiões planas de sedimentação terciária e quaternária, e correspondem a áreas de nascentes, afloramento do lençol freático e armazenamento de umidade. Funcionando como esponjas que retêm umidade, são “zonas de recarga hídrica”, quando alimentam os cursos d’água, ou “zonas de descarga hídrica”, quando recebem o excesso de umidade de uma área de maior altitude ao redor. Ao ser plantado no lugar ao redor das “lagoas”, o eucalipto não desempenha o

¹⁵⁰ SHIVA et. all., op. cit., p.74.

mesmo papel de proteção das matas ciliares e passa a consumir a umidade local de forma intensa, principalmente na sua fase de crescimento. Este processo é agravado pelos curtos ciclos de corte, uma vez que esta periodicidade não permite que a árvore adulta diminua seu consumo hídrico nem devolva umidade ao ambiente.

Remetendo-se ao trabalho publicado em 1954 por FRANCO e INFORZATO e VILLAÇA e FERRI no *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP n.º 173, Série Botânica II*, Augusto RUSCHI analisa fatores biológicos da deficiência hídrica implantada pela monocultura do eucalipto no Espírito Santo:

“ Como já explanei em outras palestras, a fisiologia de algumas espécies, como o Eucalyptus saligna, o mais plantado no Espírito Santo, exige um consumo monumental de água. Segundo as análises realizadas pelos professores Franco e Inforzato e ainda Villaça e Ferri (...), a partir do terceiro ano de vida uma planta desta espécie consome por ano 19,6 milhões de litros de água, e um hectare com 2.200 árvores consome 49,6 bilhões de litros de água, dando esse total uma equivalência pluviométrica de 4.000 mm de chuva por ano. Se considerarmos que na região dos eucaliptais da Aracruz Celulose e da CVRD ou Flonibra a precipitação anual chega em média a 1.400 mm/ano de chuva, a diferença necessária de mais de 2.000 mm é retirada do solo e subsolo, tanto pela função osmótica como pela função de sucção das raízes.”

151

A forma de medir este elevado **consumo de água** do eucalipto está na mensuração dos índices de *evapotranspiração*, considerando as folhas e suas superfícies internas, bem como a radiação refletida e re-irradiada pelo solo e toda a vegetação circundante, e não só a energia incidente da luz direta do sol. Somada a estes dados, há a curta periodicidade do corte do eucalipto, que não permite o retorno da umidade absorvida pela árvore quando em fase de crescimento. Estas considerações reforçam seu alto consumo de água, em contraposição aos estudos financiados pelas empresas de celulose, que divulgam idéias como o “*controle estomático da transpiração*” questionado por SHIVA et al.:

“uma árvore com carência de água, sujeita a fechamento estomático, não pode mostrar crescimento, já que os processos fisiológicos do crescimento são

¹⁵¹ MEDEIROS, Rogério. *Ruschi – o agitador ecológico*. Rio de Janeiro, Record, 1995, p.60.

dependentes tanto da disponibilidade de água quanto do processo fotossintético estar acontecendo. O decréscimo do conteúdo hídrico é acompanhado pela perda da turgidez e pelo emurchamento, cessação da ampliação celular, fechamento dos estômatos, redução da fotossíntese e interferência nos muitos processos metabólicos básicos”¹⁵².

Apesar das evidências empíricas, as empresas produtoras de celulose insistem na divulgação da idéia de que o plantio do eucalipto não interfere no **balanço hídrico**, como atesta LIMA:

*“a. As evidências disponíveis não fornecem nenhum suporte científico para a possibilidade de ocorrência de alguma **alteração no regime de chuvas** como resultado do reflorestamento em larga escala com espécies de eucalipto, ou de qualquer outra espécie florestal. (...)*

*c. As plantações de eucalipto podem contribuir positivamente para o controle da ocorrência de **escoamento superficial** e, conseqüentemente, perdas de solo e de nutrientes por **erosão**, quando em condições não perturbadas. (...)*

d. A água que drena bacias hidrográficas que contêm florestas naturais de eucalipto é, em geral, de excelente qualidade. (...)

*e. O **regime da água do solo e da água subterrânea** sob plantações de eucalipto não difere marcadamente daquele observado sob plantações de outras espécies florestais, ou mesmo de outros tipos de vegetação. (...)*

*f. Embora ainda não completamente esclarecido para o gênero como um todo, conforme as evidências disponíveis há um consenso de que as espécies de eucalipto (...) apresentam um mecanismo bem-desenvolvido de **controle estomático da transpiração**. (...)*

*h. como resultado do mecanismo bem desenvolvido de **controle estomático** da transpiração, o consumo total de água por plantações de eucalipto situa-se bem dentro de uma faixa de variação do consumo médio apresentado por outras espécies florestais”¹⁵³ (grifos da autora).*

A análise da questão hídrica oriunda da monocultura do eucalipto deve, também, contextualizar o manejo florestal efetivado: *de que eucalipto estamos falando?* Da espécie estudada no “Projeto Microbacia” das empresas, em pequena escala, ou da monocultura

¹⁵² SHIVA et all., op.cit., p.73.

¹⁵³ LIMA, op. cit., p.211.

manejada em larga escala para alimentar o complexo agroindustrial celulósico ? No manejo florestal da agroindústria de celulose estão presentes: o plantio ao redor de nascentes, zonas de recarga hídrica e cursos d'água; a retirada de matas ciliares; o assoreamento dos rios principalmente na época do corte e plantio, quando o solo fica mais exposto; a diminuição do manto orgânico no solo, provocando a diminuição da umidade local; a contaminação da água e do solo por agrotóxico e herbicida; a morte biológica do solo; o manilhamento e represamento dos rios e córregos com a construção das estradas para o transporte do eucalipto (realizado por grandes carretas); a abertura de jazidas de barro e areia (para a manutenção de estradas) próximas a cursos d'água e dentro de "lagoas". Somado a este manejo no setor florestal está o consumo de água realizado pelas fábricas de celulose, cujo exemplo mais gritante foi a abertura do Canal Caboclo Bernardo, com 42 quilômetros de água do Rio Doce, em Linhares, alimentando as fábricas no município de Aracruz. A construção do Canal interfere ainda mais no já prejudicado volume d'água do Rio Doce e acontece com o aval da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente –SEAMA, como tantos outros projetos da Aracruz Celulose.

No Extremo Norte do Espírito Santo, este manejo florestal, somado à monocultura da cana e às pastagens, responde pela escassez de água vivenciada em 1998 e responsável pela inserção da região na área de abrangência das políticas assistencialistas da SUDENE. Segundo MEDEIROS¹⁵⁴, até 1995 já tinham desaparecido 156 córregos no município de Conceição da Barra. Assim a seca foi produzida nesta região originalmente riquíssima em água e, como consequência, cerca de 5.000 barragens proliferaram na bacia hidrográfica do rio Itaúnas para alimentar irrigação e gado, a maioria sem qualquer rigor técnico ou fiscalização. Na ocasião do período das chuvas de novembro de 2001, 70% destas barragens foram destruídas, ocasionando a subida repentina do nível e da velocidade dos cursos d'água, com a inundação de moradias, a perda de criações e o carregamento de manilhas sob as estradas, entre outras catástrofes.

A perda da *qualidade da água* é atestada por alguns depoimentos de comunidades rurais: os agrotóxicos e herbicidas utilizados em grande quantidade nos plantios do eucalipto escoam para os leitos dos rios e córregos contíguos, contaminando as águas, matando os animais e envenenando trabalhadores.

¹⁵⁴ MEDEIROS, op. cit., p.124.

Jove, 56, era funcionário da PLANTAR, empresa que terceiriza os serviços de produção de mudas, plantio, capina e controle de pragas nos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose, empregando mão-de-obra local cujas origens remontam às comunidades extrativistas hoje desapropriadas da terra e da floresta. Após 1 ano e 2 meses de trabalho, Jove foi demitido por apresentar queixas relativas a seu estado de saúde, totalmente comprometido pelo manuseio dos venenos, entre eles o Mirex, contra formigas, o “amarelão”, utilizado para acabar com a ferrugem, os herbicidas Scalth e Randap, utilizados para matar a brotação de outra vegetação que possa comprometer o crescimento do eucalipto, além de um outro utilizado para matar o pé do eucalipto após o 3.º corte. Nos períodos chuvosos, o efeito dos herbicidas fica prejudicado e então a capina é feita manualmente com foice, quando cada funcionário tem a quota de 1.500 pés de eucalipto para roçar por dia e ganha R\$ 0,01 (um centavo) por cada pé roçado que passe desta meta. Seu depoimento afirma ainda que o manuseio destes produtos acontece por cerca de 9 horas diárias e que mesmo os funcionários recém-admitidos se queixam de dores de cabeça e tonturas, chegando mesmo a desmaiar em campo, com a bomba de veneno nas costas. Contudo, a empresa não se responsabiliza pelos exames de saúde feitos pelos funcionários e não paga o adicional por insalubridade na demissão. No ano de 2001, um funcionário da PLANTAR com 40 anos e morador de Conceição da Barra, morreu no campo nestas circunstâncias. Seu corpo foi levado pela empresa a Linhares e retornou com o laudo médico que atestava parada cardíaca, sem citar suas possíveis causas. Estes exemplos falam da situação em que se encontram antigos donos destas terras, hoje fornecendo mão-de-obra barata às empresas proprietárias, que inviabilizaram a manutenção de seu modo de vida típico.

A Comunidade de Cuxi, uma das comunidades negras que vivem “dentro” dos eucaliptais no município de Conceição da Barra, apresenta dois casos de cegueira, atribuídos ao consumo de água envenenada: atualmente, Seu Cuxi, 80, é cego e sua esposa, Dona Matilde, 70, também vem iniciando o mesmo processo de problemas de visão. Seu Cuxi relata suas observações acerca dos venenos:

“-O senhor tem visto o pessoal da Aracruz colocar veneno, veneno nas plantas aí do eucalipto?

Seu Cuxi - Eu vejo eles colocá aí .

- E isso tem trazido prejuízo pro senhor? Tem prejudicado alguma coisa ?

Seu Cuxi - Nunca causou não. Agora...

- A questão dos bichos ...

Seu Cuxi - Os bicho come o inseto invenenado e morre. Costuma às veiz trazê pro rio e nós morre um dia (risos). Porque depois que chove a enxurrada é forte, né? Essas terra que eles cavaca aí pra cima, dentro do eucalipto que bota veneno nisso tudo, quando chove elas bota o veneno tudo pra dentro da água. Embora num mata na hora, mas a gente fica tudo invenenado” (Seu Cuxi, 80, 03.05.00).

A comunidade de Paraíso também denuncia:

“– Mas , Luzinete, fala pra mim ... eles borrifavam veneno aqui , no eucalipto? Botavam veneno aqui e ia pro rio ?

Luzinete – É. Eles bate muito... Aí, sunta bem, é, a gente tem medo porque eles joga muito veneno nesse ocalipto, né. Aí a gente tem medo porque muitas vezes, quando chega essa... num chove, aí aquele veneno fica acumulado na terra. Quando a chuva bate que aquela água corre tudo pra esses lugar onde as nasc...que era os córrego que secô; aí enche, mas a água fica com uma cor feia, aí ocê num pode tomá banho, ocê num pode lavá uma roupa, ocê num pode usá aquela água .

– Pra nada.

Luzinete – Pra nada, aquela água num serve pra nada. Tem a água lá no rio, mas pra gente é mesmo que não ter”(Luzinete, aproximadamente com 30 anos, Comunidade negra do Paraíso, 03.05.00).

As comunidades rurais remanescentes de quilombos do Extremo Norte do Espírito Santo vivenciam cotidianamente a problemática dos agrotóxicos e herbicidas utilizados na monocultura do eucalipto. Em 1995, Rogério MEDEIROS já denunciava a alta incidência de glaucoma na população negra:

“(...) o médico sanitaria e pesquisador de doenças tropicais Lenildo Poltroniere atribuiu também ao desequilíbrio ecológico a constatação de alta incidência de glaucoma numa população de negros. (...)Examinadas as regiões de São Mateus e Conceição da Barra, onde eles residiam, o médico-pesquisador constatou que eles moravam em pequenos sítios cercados por

eucaliptos, que haviam passado por uma brusca alteração: derrubaram a floresta natural e plantaram a de eucaliptos.”¹⁵⁵

As evidências empíricas atuais e pretéritas, os depoimentos destas comunidades entram em confronto com o discurso das empresas de celulose. Num momento em que o mercado se dirige cada vez mais para as certificações de qualidade, a opinião pública representa uma preocupação constante e que vem merecendo especial atenção por parte das empresas. Como estratégias de construção de sua *hegemonia*, as empresas buscam veicular sua imagem de qualidade total através de livros, propagandas e artigos publicados na imprensa oficial, apoio às Unidades de Conservação, assistencialismo nas escolas e hospitais, e encontros com as comunidades do entorno -Programas “Bons Vizinhos” e “Nossos Vizinhos”. Na prática, a “política da boa vizinhança” objetiva consolidar o domínio das terras no cotidiano e funciona através de regras e ameaças impostas aos “vizinhos”, que passam a ficar com seu *modo de vida* totalmente comprometido:

“-Vocês têm participado de alguma reunião que a Aracruz tem chamado...?

Maria do Rosário – Tem, nós participa.

– Aonde que são feitas essas reuniões ?

Maria do Rosário - Em São Mateus .

– E é legal ir ou é chato ?

Maria do Rosário – É chato porque eles (risos)... eles só exige do lado deles, né. (...) Não, a gente tem às vezes da gente falá, mas só que a gente fala, fala, fala, mas só fica do lado deles, né, que eles são grande, né, a gente pede pequeno, né...

- O que vocês falam ?

Maria do Rosário - Eu mesmo ...sempre é os dono da terra, eles chamam a gente pra conversá , mas sempre essas reunião, é sempre pro lado deles. Que eles só fala assim... sobre pesca, caça, é animais solto memo, que não pode entrar em área deles sem permissão, só essas coisa aí que eles fala ...

Dona Luzia – A gente não pode nem respondê nada, só escuta” (Dona Luzia, 75, e Maria do Rosário, 34, Comunidade negra do Angelin do Meio, 04.05.00).

“Dona Maria - Porque as capoeira que tinha, eles derrubaram tudo, pra plantá o pau , como é que agora num qué nem panha nem pra cozinhá , nem

¹⁵⁵ MEDEIROS, op.cit., p.124.

um pau de lenha pra cozinhá ? Porque quando nós morava aqui tinha as capoeira que nós panhava lenha, tinha aqueles pau. Eu mesmo , quando casei que morava aqui ,ó , ali era uma plantação de mata “aruada”, lenha de tambor, lenha de pindaíba, tudo tinha, aprovado!...” (Dona Maria, Comunidade negra do Paraíso, 03.04.00)

Vê-se, portanto, que apesar dos “programas de convencimento” e da necessidade – reconhecida- do assistencialismo das empresas, as comunidades que viveram o processo de expropriação apresentam de forma muito clara seu ressentimento e indignação quanto à destruição das *suas matas*, perda de *suas terras*, de *sua água*, de *seu alimento* e *medicamentos*. A dor da perda transparece em vários momentos, como na fala de Seu Cuxi e de Seu Didi:

“Cuxi - Trouxeram é nada, que esse negócio de vizinho, bom vizinho, que cada um tá comendo o que pode fazê aí.

- Que mudou, Seu Cuxi, depois que ela entrou aqui ? Que ela trouxe de ruim?

Cuxi - Tá ruim não, ela fica pra lá, a gente fica pra cá. Apertô muito... Apertô, ficô a gente apertada aí nesse lugar aí.

- Plantou eucalipto quase dentro do terreno, né ?

Cuxi - Agora num se pesca, num tira cipó, num colhe nada na floresta. Se tirá, eles prende, quer batê ...

- Seu Cuxi, o senhor acha que o eucalipto prejudica a roça aqui de vocês?

Cuxi - Eu acho que prejudica, isso dá uma sequeira danada, que num dá nada.

- E os rios secaram ?

Cuxi - Tudo, tudo, todos córrego secô”.(Seu Cuxi, 80, 03.05.00)

“– Por que você acha que a fartura acabou ?

Seu Didi – Desmatamento ! Desmatamento. Acabô, você num vê quase um pássaro, uma Jacupemba, esses trem, os bicho anda arisco ... Aqui tinha Arara, tinha Macuco, tinha tudo e num tem mais, mataram, sumiu. Aqui nessa mata tinha muito o Chororão, cadê eles ? Cadê o Chororão ?” (Valdir Alves, 61, em 05.11.01)

A perda de espécies de aves, atestada por Seu Didi, repete-se no caso dos mamíferos, das árvores e plantas medicinais. Estas perdas determinaram, ainda, a morte de um

conhecimento nascido do manejo da floresta, uma vez que empiricamente tornaram impossível a transmissão de grande parte deste *etnoconhecimento* às novas gerações:

“– Vocês perderam muito remédio quando acabou as matas ?

Zirinha – Ah, perdemo ! Essa Bicuíba ninguém vê mais. Né ? Bicuíba... deixa eu vê o que mais... Angico, também, era bom pra fazê xarope, a gente quase não vê, o Angico... mais, difícil, né...e muitas coisa, mesmo (...) essas perda que tiraram as mata aí. Num é nativo, porque os mato nativo tinha muito... o Cipó-Cravo, que era bom também, pra fazê chá, pra dor de estômago, né, ele tem o gosto de cravo, mesmo, o Cipó-Cravo, né. Você já viu, né ? Que eles coloca na pinga... Então, menina, eles tinha muito por aí, né, as abelha também, né. Que aqueles pauzão que parecia os oco, né, as abelha ia e fazia a moradinha delas, né, Hoje é muito difícil, né, era a abelha... hoje, até que essa abelha Europa chegou aí, acabô com as outra abelha.

– Quem trouxe a abelha Europa ?

Zirinha – Num sei, minha filha, porque que apareceu essas abelha Europa, que cumeu as outra todinha (...). Tinha uma tal de abelha Ti, uma abelhinha que diz que o remédio dela era ótimo, esses mais velho colocava até nas vista, credita ?

– E Jataí, tinha aqui ?

Zirinha – A abelha Jataí ? Tinha ! Essas abelha velha tudo tinha ! Aqui. Tinha essas abelha tudo brava, aí.” (Alzerina Batista, 55, em 18.11.01)

História de Perdas. Recuperação possível ?

As perdas vivenciadas pela comunidade de Itaúnas e outras neste “sertão” representam perdas que podem ser generalizadas para a Humanidade. Perdeu-se saberes da etnociência, manifestações artísticas, construções simbólicas e filosóficas. Perdeu-se alternativas de visão de mundo e práticas cotidianas estabelecidas pelo princípio da sustentabilidade.

No transcorrer da pesquisa, a metodologia participante caminhou no sentido de buscar meios de reverter os impactos sofridos por estas comunidades, resgatar seus referenciais constitutivos e reconstruir a base de suas vidas. Neste momento, a trajetória da pesquisa encontra-se e articula-se com outros movimentos e sujeitos sociais que vêm se preocupando com estas mesmas questões.

6.1. Movimento Alerta contra o Deserto Verde

O Movimento Alerta contra o Deserto Verde nasce da discussão sobre as articulações da Aracruz Celulose objetivando obter o Selo Verde em seu manejo florestal.

A certificação de produtos de origem florestal originou-se com a preocupação em relação ao manejo dos recursos florestais. Na década de 80, grupos ambientalistas europeus e norte-americanos iniciam campanhas contra o comércio internacional de madeiras tropicais, cuja repercussão reflete na adoção de políticas públicas por parte dos governos da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Holanda. Embora o boicote ao consumo não tenham tido um impacto significativo no mercado como um todo, influenciaram o debate sobre a sustentabilidade florestal.

Este debate atinge a reflexão sobre a necessidade da criação de normas de certificação dos produtos de origem florestal, ferramenta fiscalizatória que poderia garantir um manejo florestal correto. A era da “qualidade total” atinge a produção brasileira da celulose, que passa a buscar certificados de qualidade para seus produtos, processos de fabricação e manejo florestal, visando atender às exigências dos mercados consumidores.

Dentre as normas de certificação existentes, as ISO vêm tendo crescente procura e passaram a interferir nas relações comerciais entre as empresas, atestando a qualidade dos serviços (série 9.000) e da gestão ambiental (série 14.000). No caso da produção de celulose no Espírito Santo, tanto a Bahia Sul quanto a Aracruz possuem ambos os certificados e, atualmente, a Aracruz caminha na busca do Selo Verde, que difere da norma ISO 14.000 por prever a consulta aos envolvidos direta ou indiretamente com a produção, como as comunidades rurais e urbanas do entorno dos plantios e os trabalhadores do campo e da fábrica:

“A certificação florestal visa atender que determinada empresa/comunidade obtém seus produtos florestais manejando sua área florestal seguindo determinados princípios e critérios. O certificado servirá de garantia de que determinado produto consumido vem de uma área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável”¹⁵⁶.

¹⁵⁶ IMAFLORA- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. *Introdução à certificação florestal*. Piracicaba-SP, 05.02.96, p.1.

Os princípios e critérios para a atribuição do Selo Verde são oriundos do FSC -Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal), uma ONG internacional fundada em 1993 no Canadá por um grupo de cientistas, entidades ambientalistas, produtores florestais e movimentos sociais (comunidades indígenas, populações florestais). O FSC nasce com o objetivo de qualificar o manejo florestal através do credenciamento de instituições que possam certificar operações florestais. Dentre as instituições certificadoras, temos órgãos governamentais e entidades privadas com e sem fins lucrativos.

No Brasil, o FSC é constituído por:

- a) Câmara Social: ISA -Instituto Sócio-Ambiental, Vitae Civilis, FASE -Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional, OSR -Organização dos Seringueiros de Rondônia, GTA/ CTA -Grupo de Trabalho Amazônico/ Centro de Trabalhadores da Amazônia, FNTICM -Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Construção Civil e Madeira da CUT;
- b) Câmara Ambiental: WWF, Funatura, IMAZON, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Amigos da Terra –Programa Amazônia;
- c) Câmara Econômica (Empresarial): SBS -Sociedade Brasileira de Silvicultura, ABRACAVE -Associação Brasileira de Carvão Vegetal, BRACELPA - Associação Brasileira dos Produtores de Papel e Celulose, AIMEX -Associação dos Exportadores de Madeira do Estado do Pará, IPT -Instituto de Pesquisas Tecnológicas, FARESP –Federação dos Repositores Florestais do Estado de São Paulo.

A Aracruz anuncia sua intenção de obter o Selo Verde pela segunda vez em meados de 1999, agendando data de auditoria na empresa para setembro do mesmo ano. (A primeira vez fora em 1996 e o processo foi interrompido):

“A ISO 14.001, certificação que a Aracruz pretende conquistar em agosto, (...), é um atestado de que a empresa vem conseguindo gerenciar adequadamente os seus aspectos ambientais. E isso de acordo com o que prevê o conceito de desenvolvimento sustentável, onde a atividade econômica caminha lado a lado com o social e com o ambiental. (...) apenas esta certificação não será suficiente para atestar a qualidade dos produtos da Aracruz. Ela terá de ser integrada a outras certificações, como a FSC (Conselho de Manejo Florestal). Trata-se de um selo verde que atesta as boas práticas de manejo florestal. Esse tipo de referência credencia a floresta

como sustentável e, no caso de produtos sólidos, dá uma vantagem competitiva sobre produtos vindos de florestas nativas ou não certificadas. A obtenção do FSC deverá ser o próximo passo da Aracruz.”¹⁵⁷.

Neste momento, um grupo de entidades sociais e ambientalistas do Espírito Santo e Bahia, sob coordenação da FASE-ES, inicia contatos com a empresa certificadora norte-americana, a SCS –Scientific Certification Systems. Em carta enviada no dia 12 de agosto de 1999 e assinada por 25 entidades –entre elas, a AGB-ES -Associação dos Geógrafos Brasileiros, o CIMI -Conselho Indigenista e Missionário, a CPT-ES e MG -Comissão Pastoral da Terra, a CUT-ES -Central Única dos Trabalhadores, a FASE-ES, a FETAES -Federação dos Trabalhadores na Agricultura do ES, o MST-ES -Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o SINTICEL -Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose-, é manifestada nossa preocupação com o processo de certificação da Aracruz Celulose e exigida da certificadora a consulta a estas entidades e pessoas durante a auditoria da empresa:

“A notícia de que a Aracruz Celulose submeterá suas famosas e polêmicas florestas de eucalipto a uma avaliação independente de certificação sócio-ambiental FSC mobilizou um conjunto heterogêneo e abrangente de atores sociais do entorno das florestas no ES e no extremo sul da BA. A certificação florestal FSC nos interessa diretamente, seja no debate mais genérico a respeito dos princípios e critérios definidores do ‘bom manejo’, seja na construção dos padrões nacionais e regionais de certificação, seja na abertura de um produtivo diálogo sociedade civil/empresa, no que tange a planos e compromissos mais sólidos para a reversão dos diversos impactos sociais, ambientais e econômicos facilmente observáveis na região do entorno florestal”¹⁵⁸

A esta correspondência enviada pelas entidades acima mencionadas, a SCS responde que a intenção da Aracruz é certificar somente os plantios localizados no sul da Bahia, que alimentam a serraria localizada em Posto da Mata (Nova Viçosa). Propõe-se o agendamento de uma reunião com o grupo das entidades. Em seguida, a própria Aracruz, na pessoa de Carlos Alberto Roxo – Gerente de Meio Ambiente e Relações Corporativas, coloca-se à disposição das entidades para esclarecimentos sobre o processo.

¹⁵⁷ ARACRUZ CELULOSE. *Jornal da Aracruz*, ano 7, n.º.76, junho/99, pp.8 e 9.

¹⁵⁸ Carta enviada à certificadora SCS pela FASE-ES, em 12.08.99.

Num segundo contato em 08 de setembro, a Aracruz sugere uma reunião com as entidades interessadas no processo, afirmando a necessidade da “mais absoluta transparência” e adiando a auditoria na empresa, que estava programada para o mês de setembro. O “*Seminário sobre a Certificação da Aracruz*” é, então, agendado pela SCS certificadora para o dia 21.09.99, em Teixeira de Freitas-BA, com o objetivo de esclarecer as dúvidas e conhecer os mapas e as operações florestais da Aracruz.

No Seminário, pela manhã, as entidades da sociedade civil definiram alguns pontos que julgaram como metas para a discussão com a SCS certificadora, que aconteceria no período da tarde. Dentre eles, destacam-se:

- 1) Questionar a forma fragmentada da certificação das florestas da Aracruz.

Como abstrair os impactos causados pela empresa no Espírito Santo e certificar somente as terras da Bahia, onde a empresa começa a se instalar em 1988 ? Como esquecer seu passivo ambiental ? Além do mais, caso uma unidade de manejo fosse certificada, todos os produtos da empresa ficariam com esta imagem no mercado consumidor.

A certificadora nos informa que somente seriam certificados os sólidos para a produção de móveis de exportação –produzidos nos municípios de Alcobaça (13.131 hectares), Caravelas (11.819 hectares), Ibirapuan (438 hectares), Mucuri (13.174 hectares), Nova Viçosa (17.923 hectares) e Prado (69 hectares). Contudo, caso as plantações fossem certificadas, a madeira fina aí encontrada também o seria. Então, o questionamento das entidades foi maior: se a madeira fina, que é processada nas fábricas de celulose localizadas em Aracruz-ES, fosse certificada, o produto final também o seria e então toda a celulose produzida pela Aracruz poderia passar como certificada, inclusive a que se origina de plantios do Espírito Santo. Como diferenciar a celulose produzida com madeira certificada da não-certificada ? Neste sentido, a certificação de apenas uma unidade de manejo significaria a certificação de toda a empresa aos olhos que vêm de fora. Algum tempo depois, uma nota e uma reportagem no jornal A Gazeta confirmam a intenção da empresa:

“Com sua maior base florestal no sul da Bahia, sede da nova serraria que atende à Europa, quer transportar a madeira por mar da Bahia a Aracruz.”

(...) Se der certo, acabam os engarrafamentos de caminhão na BR 101 Norte, provocados pelo transporte de 4 milhões de toneladas de toras/ano”¹⁵⁹.

“A partir de 2.002, quando a nova fábrica da Aracruz Celulose estiver em operação, os 3,4 milhões de metros cúbicos de madeira, que virão anualmente do Sul da Bahia, chegarão às instalações da empresa, em Aracruz por mar, a bordo de barcaças gigantes. (...) O transporte marítimo das toras de eucalipto vai tirar das estradas os 50 caminhões que atualmente executam esta tarefa. A nova modalidade de transporte da madeira vai evitar ainda que outros 100 caminhões venham a trafegar pelas rodovias, caso o modal rodoviário fosse mantido, para o suprimento da nova unidade”¹⁶⁰.

- 2) Efetuar uma “auditoria paralela” para a elaboração do “Dossiê de Impactos do Manejo Florestal da Aracruz Celulose”, a ser construído pelas entidades e pessoas envolvidas.

Os impactos apontados contemplam o “passivo” da empresa e períodos mais recentes:

- conversão da diversa mata nativa em monocultura do eucalipto;
- atração de populações da Bahia e Minas Gerais para servir como mão-de-obra nos municípios do entorno florestal, processo que gerou uma grande massa de desempregados;
- aquisição de terras através de mecanismos de grilagem;
- desemprego de 4.000 trabalhadores no Norte do Espírito Santo, devido à mecanização do corte;
 - conflitos de terra com os Tupinikin e Guarani no município de Aracruz,
 - conflitos com negros distribuídos por 21 comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais que hoje vivem “dentro” dos plantios de eucalipto;
 - uso de resíduos florestais da empresa pelas carvoarias, através de mão-de-obra infantil e precárias condições de trabalho;
- Fomento Florestal com pequenos produtores;
- inúmeros ex-trabalhadores florestais acidentados;
 - plantio de eucalipto em áreas de preservação permanente como nascentes, decretando a morte de vários cursos d’água, a produção da seca e a crise hídrica;

¹⁵⁹ Jornal *A Gazeta*, 02.01.2.000.

¹⁶⁰ Idem, 03.09.2.000.

- relação de poder estabelecida entre os primeiros escalões da empresa e os órgãos públicos estaduais e municipais, influenciando na definição de políticas agrárias e ambientais;

- cooptação e corrupção de lideranças dos trabalhadores florestais no Espírito Santo e Bahia;

- processos contra lideranças de ONGs e Sindicatos;

- impactos sobre o piso e tráfego na BR 101.

Estes impactos, a serem contemplados no *Dossiê*, violam os Princípios e Critérios elaborados pelo FSC para a atribuição do Selo Verde. Referindo-se às comunidades tradicionais, os Princípios e Critérios do FSC afirmam que:

“P2.c2. As comunidades locais com direitos legais ou costumários de uso e/ou posse da área e com acesso aos recursos hídricos, devem manter controle sobre seu uso de modo a proteger seus direitos e recursos sobre as operações florestais (...).

P2.c4. O responsável pela unidade de manejo florestal deve respeitar os direitos costumários reconhecidos das comunidades locais que não possuem direitos legais de posse ou uso da terra, promovendo a regularização da situação fundiária, ou estabelecendo acordos que assegurem sua presença em harmonia com as atividades de manejo ou promovam seu reassentamento, ou justa indenização.

P3.c2.i5. No caso da atividade de manejo florestal ocorrer em área adjacente à área indígena e/ou tradicional acarretando impactos, as comunidades são chamadas a discutir estes impactos do manejo sobre as suas terras, e o responsável pela unidade de manejo florestal toma as medidas mitigadoras necessárias a garantir que a atividade de manejo florestal não prejudique a comunidade.

P4.c5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e/ou reivindicações e providenciar compensações justas em casos comprovados de perdas e danos que afetem direitos legais ou costumários, a propriedade, os recursos e o meio de vida das populações locais. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.”¹⁶¹

¹⁶¹ FSC –Brasil. *Padrões de certificação para o manejo florestal em plantações florestais no Brasil* –Versão: Documento 5.0. Brasil, junho 1999.

Para a atribuição do Selo, o FSC exige que algumas medidas também sejam tomadas para a preservação dos recursos naturais como a água, o solo, espécies da fauna e da flora:

*“P5.c5. O manejo florestal deve reconhecer, manter e, onde for apropriado, ampliar o valor dos recursos e serviços da floresta, tais como **bacias hidrográficas e recursos pesqueiros**.*

*P10.c6.i1. evidência de estratégia de proteção dos **recursos hídricos**, incluindo controle de erosão (dos impactos de preparação do solo, plantio, estradas e colheita), controle da poluição (de agrotóxicos, fertilizantes, óleo de máquinas, etc.) e monitoramento dos impactos sobre os recursos hídricos.*

*P6.c3. As funções ecológicas vitais e os valores das áreas naturais e/ou de conservação devem ser mantidos, aumentados ou restaurados, incluindo: a recomposição ou **regeneração** e a sucessão natural da floresta; a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema; os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema.*

*P6.c5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para controlar a **erosão**, proteger os recursos hídricos e minimizar danos à floresta durante a colheita, construção de estradas e outros distúrbios de ordem mecânica.*

*P6.c6. Os sistemas de manejo devem promover preferencialmente o desenvolvimento e a adoção de **métodos não-químicos** e ambientalmente adequados de controle de pragas e doenças, e esforçarem-se para evitar o uso de agrotóxicos (...).*

*P10.c6. Devem ser tomadas medidas visando manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade e a atividade biológica do **solo**. As técnicas e taxas de colheita florestal, construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste, e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo ou em impactos adversos na quantidade e qualidade da água, ou ainda em alterações significativas dos cursos de drenagem dos cursos d’água.”*

E nas fábricas, o parâmetro é estabelecido pela

“P4.c3.i1. Evidência de liberdade de escolha à entidade sindical por parte dos trabalhadores, nos termos da legislação vigente.”

As evidências empíricas constatadas em campo atestam que todos estes requisitos não são cumpridos pela Aracruz e nem pelas outras empresas produtoras de celulose, como relatado nos capítulos anteriores. Entretanto, o interesse insistente da empresa pela certificação constituía a oportunidade de pressão das entidades para a reversão destes impactos. Com base nesta não-adequação da Aracruz aos parâmetros exigidos pelo FSC, articulou-se uma pressão à SCS certificadora, que teria sua credibilidade questionada a nível mundial caso atribuísse o Selo Verde à empresa. Seria a Aracruz certificável em alguma hipótese? Seria interessante brigar pelo cumprimento de condicionantes para a obtenção do Selo?

O *Dossiê* seria estruturado no “*Seminário sobre os Impactos da Eucaliptocultura no Espírito Santo*”, agendado para 15 e 16.10.99, na Universidade Federal do Espírito Santo. Na ocasião, estiveram presentes o SINTICEL -Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, os departamentos de Geografia, Ecologia, Psicologia e Ciências Sociais da UFES, a ACAPEMA -Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, a AGB -Associação dos Geógrafos Brasileiros/ Vitória, a Igreja Luterana, o Deputado Estadual Claudio Vereza -PT/ES, o CIMI -Conselho Indigenista e Missionário, a FASE, o World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais), representantes dos Guarani e Tupinikin de Aracruz e pescadores do Norte do Espírito Santo.

Este segundo Seminário centrou-se na discussão acerca do mecanismo de atribuição do Selo Verde do FSC e a possibilidade de usá-lo como instrumento de pressão política. Como encaminhamentos, tirou-se o envio de carta à SCS certificadora -com cópia ao FSC Mundial- solicitando reunião pública para a divulgação de informações à sociedade civil, o acompanhamento da certificadora na auditoria à empresa e comunicando sobre a elaboração do *Dossiê* dos impactos no Espírito Santo e Bahia e sua divulgação a nível mundial. O movimento em rede soma forças na articulação de resistências e questionamentos. Aqui nascia o “*Movimento Alerta contra o Deserto Verde*”.

O apelo à opinião pública mundial interferiu na conduta da certificadora, resultando no recuo do processo: a auditoria da SCS na Aracruz, prevista para o período de 02 a 11.11.99, foi adiada novamente, sem nova previsão. O recuo da Aracruz Celulose ao pleito da certificação é fruto da pressão política do *Movimento Alerta contra o Deserto Verde*. A não conquista do Selo Verde significa prejuízo à empresa, que deixa de comercializar 20% de madeira serrada e móveis para a Alemanha, segundo um funcionário da serraria da Aracruz, localizada em Posto da Mata-BA. O maior mercado consumidor da celulose e

madeira brasileiras –a Europa, que consome 37% da celulose aqui produzida¹⁶²- vem se preocupando em saber como se dá o manejo destes plantios e o Selo Verde atestaria sua sustentabilidade. Neste contexto, atualmente a empresa passou a se articular para a obtenção de outro selo, de atribuição nacional e menor “peso” que o do FSC.

A articulação mundial da “*Rede Deserto Verde*” tomou corpo no terceiro Seminário, “*Os danos socioambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia*”, realizado pela AGB-Vitória, a FISENGE –Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros e o SENGE/ES –Sindicato dos Engenheiros do Estado do Espírito Santo em 19.06.2.000, na UFES.

Este encontro contou com a presença do geógrafo Aziz Nacib Ab’Saber e outros estudiosos, de entidades, órgãos e fóruns de discussão socioambiental, como a ACAPEMA –Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, a ONG Amigos da Terra/Internacional, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, de representantes do Poder Executivo e Legislativo do Espírito Santo –como Jarbas de Assis, Secretário de Meio Ambiente de Vitória/ES e os deputados Cláudio Vereza (PT/Estadual) e João Carlos Coser (PT/Federal)-, de entidades que desenvolvem projetos alternativos ao modelo da monocultura, como a COOPICAR –Cooperativa de Produção e Comercialização de Carvão de São Mateus e a APTA –Associação de Programas em Tecnologias Alternativas, e de representantes das comunidades impactadas.

Foram apresentados e discutidos os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes das *políticas públicas florestais* e se contrapôs ao modelo da monocultura do eucalipto algumas alternativas de projetos sustentáveis. Aprofundava-se o debate sobre a atuação do Estado como fomentador do projeto de produção de celulose para exportação, prática da Ditadura Militar que se perpetua no momento atual através de uma legislação de favorecimento, de uma política de incentivos fiscais e da ausência de fiscalização.

A discussão sobre a atuação do aparelho estatal frente ao *pólo celulósico capixaba* aprofundou-se em outros dois momentos. Um deles foi na ocasião do veto do Governador José Ignácio ao Projeto de Lei n.º 252/2001, do Deputado Nasser Youssef (PPS), que disciplina a monocultura do eucalipto (ver p.71). O veto resultou no “*Seminário*

¹⁶² MORA, Admir L. e GARCIA, Carlos H. *A cultura do eucalipto no Brasil*. São Paulo, SBS, 2000. As exportações brasileiras de celulose assim se distribuem: 2% para a América Latina, 26% para a América do Norte, 35% para a Ásia e Oceania, 37% para a Europa.

Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos”, de 21 a 23.08.2001, organizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, de Proteção ao Meio Ambiente, de Agricultura e de Reforma Agrária da Assembléia Legislativa para que o corpo de deputados pudesse obter esclarecimentos técnicos, sociais, econômicos e políticos a respeito da monocultura.

A articulação nacional e internacional fez-se ainda mais forte quando representantes da Red Tercer Mundo e do World Rainforest Movement trouxeram evidências de semelhanças entre os países –no processo de instalação do projeto celulósico e seus impactos decorrentes- e alguns exemplos de resistência possível. Saber que o modelo é o mesmo em várias regiões do mundo atribui maior poder ao inimigo, no entanto, a semelhança entre o Brasil e regiões como Tailândia e Vietnã criou o sentimento de identidade e selou mais forte a Rede Deserto Verde.

A intenção inicial era de promover o debate entre pesquisadores, entidades, comunidades e empresas produtoras de celulose e, neste sentido, a Aracruz Celulose, majoritária no Espírito Santo, foi convidada para participar do Seminário como palestrante. Ao convite recebido a empresa respondeu com uma carta de 6 laudas, justificando sua ausência devido ao “caráter político e tendencioso” –e não técnico- do evento. Se por um lado sua ausência impossibilitou o debate aprofundado, por outro evidenciou a falta de coragem da empresa para o debate aberto à sociedade. A ausência oficial não impediu, contudo, que viessem representantes oficiosos e “à paisana”, informantes.

Além da valiosa troca de informações, de contatos e de saberes, o balanço final do evento apontou a satisfação obtida pelo Legislativo para analisar e julgar o veto do governador ao Projeto de Lei. No dia 25 de setembro, o veto é retirado pela Assembléia, por 20 votos a 5. No momento atual, como prevê o Decreto, inicia-se a realização do Zoneamento Agroecológico do Estado, instrumento de planejamento que indicará as diversas características ou potencialidade das regiões, bem como o melhor manejo a ser nelas feito. Neste sentido, possibilitará questionar a monocultura do eucalipto em algumas regiões. A *Rede Deserto Verde* conseguiu inserir 3 representantes na comissão que passa a realizar os estudos necessários, inicialmente composta somente por representantes do poder público estadual: Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura e IDAF -Instituto de Desenvolvimento Agroflorestal.

Um segundo momento de discussão a respeito da posição do Estado frente à produção de celulose no Brasil deu-se na ocasião da “*Oficina de Capacitação em Direitos*

Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais”, promovida pela FASE Nacional nos dias 05 e 06 de setembro deste mesmo ano.

Os *direitos humanos* passam a ser declarados e afirmados em convenções e protocolos a partir do momento em que são violados, como atesta a Declaração Universal, formulada no período da Guerra Fria. Esta oficina propôs-se a evidenciar o potencial destes direitos como instrumento de controle social no nível local, nacional e internacional. Os participantes, lideranças comunitárias do extremo norte capixaba e sul baiano, diagnosticaram e relataram os impactos decorrentes do estabelecimento da monocultura do eucalipto. Em março de 2002, este *Dossiê* será apresentado em audiência temática da OEA – Organização dos Estados Americanos e posteriormente, às comissões de direitos humanos e sociais da ONU-Organização das Nações Unidas, fóruns internacionais que discutem a violação de direitos humanos.

Desta forma, objetivando questionar e transformar a situação atual, apresenta-se uma já antiga problemática do Espírito Santo para ser discutida e avaliada internamente no estado e em instância internacional. É insustentável a continuidade do projeto nacional de exportação da celulose, destruindo padrões de qualidade ambiental e social com sua indiferença em relação ao direito humano de existir.

A *Rede Deserto Verde* vem organizando também manifestações e denúncias públicas, como a passeata com representantes de todo o Estado, na ocasião do Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos, a participação em audiências públicas sobre o licenciamento para a ampliação dos plantios e fábricas da Aracruz Celulose, e a montagem de um *stand* na Feira do Verde do Espírito Santo. Para registro e veiculação das denúncias, vem produzindo o vídeo *Através do Deserto Verde* –documentário audiovisual sobre os impactos socioambientais, já divulgado em caravana pelas comunidades e em eventos públicos e com previsão de divulgação internacional. O caráter de denúncia também está presente no apoio a movimentos sociais, como a ocupação, pelo MST, de uma fazenda recém-comprada pela Aracruz Celulose no município de Jaguaré-ES. Nesta fazenda de café viviam 12 famílias de trabalhadores até o início de setembro de 2001 e na ocasião da ordem de expulsão, o MST a ocupou com 80 famílias. A Aracruz obteve reintegração de posse através da via judicial e estas famílias foram transferidas provisoriamente para o “Assentamento 13 de Setembro”, no mesmo município. Como ponto favorável, em 01 de outubro conseguiu-se obter a aprovação da Lei Municipal no município de Jaguaré -e também no vizinho Sooretama-, proibindo o plantio do eucalipto

para a produção de celulose. Assim, contrariando seu projeto de expansão, as terras adquiridas pela Aracruz Celulose não poderão receber a monocultura do eucalipto.

Além do trâmite das denúncias, alguns projetos da *Rede Deserto Verde* buscam, hoje, trabalhar pela reversão de impactos junto às comunidades. No Norte do Estado, um destes projetos é o *Projeto Carvoeiro Cidadão – Um pacto norte-capixaba de economia solidária*, de autoria da FASE:

“Localizado no norte do estado do Espírito santo, no entorno do pólo florestal-celulósico de São Mateus, o Projeto Carvoeiro Cidadão tem por público-alvo famílias carvoeiras desempregadas e/ou precariamente empregadas em um setor tradicionalmente marcado por trabalho infantil e condições sub-humanas de vida.

*Seu objetivo é a construção e implantação de uma cooperativa de carvão vegetal, projeto piloto, demonstrativo da possibilidade de uma carvoaria economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada. Trata-se de um projeto de emprego e renda, com forte viés pedagógico e social”.*¹⁶³

O projeto prevê a formação de uma cooperativa de carvoeiros onde haja a autogestão, eliminando a figura do gato e do atravessador que exploram o trabalho carvoeiro, tão comuns nesta atividade no Norte do Estado. Além disto, prevê a promoção da cidadania das famílias carvoeiras, através da eliminação do trabalho infantil e de projetos pedagógicos que desenvolvam o conhecimento e a cultura em geral.

Juridicamente, a COOPICAR –Cooperativa Industrial e Comercial dos Carvoeiros do Município de São Mateus-ES- formou-se em julho de 1998, com 26 carvoeiros. As parcerias são fundamentais para sua efetivação produtiva, principalmente quanto ao resíduo do eucalipto, matéria-prima básica para a produção do carvão. Contudo, a busca das parcerias com as empresas que plantam o eucalipto vem apresentando obstáculos, cujo exemplo maior foi a negativa da Aracruz Celulose. A Cia. Suzano de Papel e Celulose demonstrou interesse em efetivar sua parceria no projeto e, neste sentido, iniciou diálogo com a FASE e a COOPICAR.

¹⁶³ FASE –Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional. *Projeto Carvoeiro Cidadão – um pacto norte-capixaba de economia solidária*. Vitória, 1998, p.1.

Um segundo projeto no Norte é o *Projeto Quilombos*, em fase inicial, que visa efetuar o cadastramento e mapeamento das cerca de 30 comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, que também devem ser consideradas no Zoneamento Agroecológico do Estado. Posteriormente, o projeto prevê laudos antropológicos e geográficos para a confirmação jurídica da situação quilombola, seu reconhecimento pela Fundação Palmares e o conseqüente requerimento de suas terras, usurpadas pelas empresas produtoras de celulose, mas garantidas pela Constituição Federal de 1988.

6.2. *Projetos em Itaúnas*

Ainda em andamento, estes projetos constituem espaços abertos para a discussão de questões que ora se apresentam em Itaúnas e região.

Uma questão fortemente presente em Itaúnas refere-se à relação entre a comunidade local e o Parque. Por um lado, o conflito insiste em permanecer, oriundo da forma como o Parque foi apresentado à comunidade. Por outro, a Unidade de Conservação vem efetivando-se como instrumento propulsor de algumas conquistas para a comunidade, como o ordenamento turístico e urbano e a fiscalização ambiental do seu entorno, cujos impactos advêm principalmente do manejo dos plantios de eucalipto.

Através de Condicionante Ambiental aplicada pela SEAMA à PETROBRÁS para a perfuração de poços no litoral do estado do Espírito Santo, o Parque Estadual de Itaúnas conseguiu o financiamento de seu *Plano de Manejo* e do *Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas*.

O *Plano de Manejo* é um instrumento fundamental de conhecimento do Parque quanto aos seus aspectos físicos e biológicos, bem como em relação aos aspectos históricos, culturais e econômicos da comunidade que vive em seu interior e entorno. Através de estudos, o Plano de Manejo deve propor o zoneamento do Parque, de acordo com as atividades desenvolvidas –uso intensivo pelo turismo, uso restrito, proteção integral. O uso de recursos efetivado pela comunidade na atual área do Parque –peixe, frutos, fibras, madeira e caça- exerce pressão concreta e abre a discussão nos estudos do Plano de Manejo. Na metodologia do trabalho de campo solicitada pela equipe do Parque no Termo de Referência do Plano, a interface entre o conhecimento empírico da comunidade tradicional e o conhecimento científico dos pesquisadores constituiria um espaço para que o *modo de vida* local e seu manejo do meio natural pudessem ser conhecidos e reconhecidos:

“Muito raramente, os chamados ‘planos de manejo’ de áreas protegidas incorporam o conhecimento e manejos tradicionais, mesmo quando grupos tradicionais ainda vivem nas áreas protegidas. (...) é imperioso que estes planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das

*técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional”.*¹⁶⁴

Entretanto, algumas áreas de estudo do Plano de Manejo não construíram esta interface, trazendo relatos superficiais e informações confusas. Este é o caso da caracterização histórica, geográfica e cultural, cujo entendimento seria de fundamental importância para o tratamento da relação atual entre a comunidade e o Parque.

A forma como esta relação se estabelece stende-se também ao espaço urbano da Vila. A Vila de Itaúnas encontra-se hoje delimitada pela área do Parque e por extensos talhões de eucalipto da Aracruz Celulose, e assim vem apresentando fortes limitações quanto a sua área de expansão. Cerca de 60 famílias assistem ao crescimento dos filhos sem garantia de moradia e a Vila já apresenta algumas áreas com alta taxa de ocupação do solo e sinais de insalubridade.

Em dezembro de 2000, cerca de 300 pessoas da comunidade ocuparam parte de uma fazenda contígua à Vila, forçando a discussão sobre sua expansão urbana. Esta área era de antiga propriedade da ACESITA Energética e já havia sido desapropriada pela Prefeitura em 1997, ocasião em que foi prometida à comunidade pelo Prefeito de Conceição da Barra, Nélcio Ribeiro. Contudo, através de acordos suspeitos, a propriedade passou às mãos de pessoas de confiança do prefeito, que também é responsável por desvio de verba pública, e os projetos de horta comunitária e moradia ficaram abandonados.

O Parque Estadual de Itaúnas avalia a área ocupada como em estado de regeneração ambiental avançado e é do seu interesse garantir outra área para a expansão da Vila, como talhões de eucalipto contíguos. Sua lógica caminha no sentido de garantir a regeneração da floresta tropical neste trecho e conquistar a área de expansão sobre espaços degradados ambientalmente: seria mais interessante derrubar a monocultura do eucalipto do que a diversidade da vegetação da floresta tropical. Esta forma de pensar não é compreendida pela comunidade, que tem a todo instante o receio da interferência do Parque. O sentimento das perdas vividas cria o “fantasma do meio ambiente”, que ronda a todo instante o processo de negociação entre a Prefeitura e os proprietários, encerrado pelo acordo de doação de 50% da área pleiteada –38.000m²- para a expansão urbana.

¹⁶⁴ DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* (2.^a ed.). São Paulo, Hucitec, 1998, p.71.

A doação da área estabelece-se como estratégia dos proprietários visando a valorização de suas terras para uso urbano. Enquanto área em estado de regeneração ambiental contígua ao Parque, suas intenções de loteamento eram ali fortemente limitadas pela obrigatoriedade das licenças ambientais fornecidas pela SEAMA. Capinada pela comunidade, a área perde este caráter e abre possibilidades ao projeto de loteamento dos proprietários, com a conseqüente especulação com o preço da terra.

Para a comunidade, embora a conquista de apenas este pedaço de terra acene com a possibilidade da não-satisfação de suas necessidades concretas, ainda assim contribui para a reafirmação da identidade. A ocupação efetiva desta área pelas próprias pernas e pulsos reafirma a posse do *território* pela *comunidade tradicional*. O processo da ocupação reconstrói a *territorialidade* do grupo, dada pela organização da limpeza do terreno, colocação das barracas, visualização da nova vila, batismo dos bairros baseado nas diversas características locais –Pontal do Norte, Pontal do Sul, Bela Vista. O novo *lugar* criado é onde se estrutura sua autonomia e resistência e a *territorialidade* estabelecida permite visualizar a possibilidade de recuo dos talhões de eucalipto e a reconquista de outros *territórios de uso comum*.

Além da questão da expansão, a Vila de Itaúnas necessita resolver outras vinculadas ao ordenamento da atividade turística, que abrange o perfil das construções –principalmente de pousadas-, o estacionamento para ônibus e carros durante o verão e feriados, as normas para as casas noturnas, entre outras. O Instituto Jones dos Santos Neves foi contratado pela PETROBRÁS para desenvolver estudos sobre a caracterização urbana de Itaúnas e, no final de 2001, apresentou à comunidade uma proposta de ordenamento urbano –o *Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas*- que deve ser encaminhada à Câmara de Vereadores do município para ser aprovada como lei. No entanto, a área apontada para a expansão da Vila em comum acordo com o Parque –um talhão de eucalipto, a ser negociado pela Prefeitura com a proprietária Aracruz Celulose- não obteve aprovação consensual da comunidade, que permanece optando pela área anteriormente ocupada. Este fator, somado ao tempo consumido pela burocracia do poder público estadual e municipal –SEAMA e Prefeitura- na tramitação do Plano e à cheia ocorrida no final do mês de novembro de 2001, inundando as moradias próximas aos rios, impulsionou a reocupação da área por parte da comunidade, inclusive com a demarcação e o cercamento de lotes. O momento é de uma forte tensão entre a comunidade e o poder institucional e as novas tentativas de acordo para a desocupação da área vindas da SEAMA e Prefeitura vêm tendo ora a negativa absoluta, ora a exigência de garantia concreta da outra área apontada para a expansão da Vila.

Em relação aos impactos sofridos pela pesca artesanal de Itaúnas, o Parque vem estabelecendo contato com o Centro Nacional de Populações Tradicionais –CNPT, repartição pertencente ao IBAMA, com o objetivo de se criar uma *Reserva Extrativista* que abranja 25 quilômetros das praias de Itaúnas, onde a pesca é realizada em canoas. O CNPT afirma que os únicos sujeitos que têm o poder de suspender o arrasto são os próprios pescadores, organizados numa associação e exercendo a defesa do seu território. Contudo, a importância de uma Associação de Pescadores e da documentação de pesca ainda não é reconhecida pela maioria dos pescadores locais, que sempre tiveram a fartura local, mas agora assistem à diminuição significativa do pescado. Os documentos ganham importância na ocasião do defeso –da piracema e do robalo-, período em que o pescador recebe um valor em dinheiro para compensar a parada da pesca. No momento atual, estes recursos vêm estimulando a organização coletiva dos pescadores de Itaúnas. Para a proteção da reprodução do pescado, além da Reserva pleiteia-se também a construção dos Atratores Artificiais de Pesca, que delimitariam a zona do mar utilizada pela pesca artesanal e funcionariam como arrecifes na concentração da reprodução de espécies marinhas.

Resultando do tipo de uso do solo praticado no Extremo Norte do Espírito Santo – efetivado principalmente pela monocultura do eucalipto, cana e pastagens, a questão hídrica regional passou a constituir preocupação generalizada, culminando na inserção da região na área de atuação da SUDENE, em 1998. Neste contexto, nasce o movimento Pró-Manancial e, posteriormente, o *Comitê Pró-Bacia Hidrográfica do Itaúnas-CEPIT*, contemplado pela Política Nacional de Recursos Hídricos. LEI ? DATA ?

Formado por instituições governamentais, entidades não-governamentais, ONG's, empresários e produtores rurais, o CEPIT objetiva a recuperação ambiental da Bacia através de campanhas educativas, revegetação das áreas de cabeceira e mata ciliar e regularização das barragens. Contudo, por abrigar sujeitos sociais múltiplos e com interesses diversificados como empresas alcooleiras e de celulose, produtores rurais, prefeituras e entidades não-governamentais, os projetos de recuperação ficam retardados quando tocam nas propriedades particulares. Ainda assim, o Comitê abre espaço político para a discussão sobre o uso da água e manutenção dos mananciais, tão necessários a comunidades como a de Itaúnas.

Na ocasião do Diagnóstico Participativo realizado pela SUDENE durante o ano de 2000 no município de Conceição da Barra, as discussões acerca da temática ambiental acirraram os ânimos das empresas de celulose e dos órgãos governamentais de fiscalização

ambiental. No seminário final de avaliação das informações levantadas, a afirmação da existência de várias nascentes cobertas pelos plantios do eucalipto foi questionada pela Polícia Ambiental e pelo IDAF, que defendiam a pretensiosa e fiel adequação das empresas às normas ambientais. Documentos fotográficos constatando os impactos desmentiram este discurso veiculado em uníssono pelas empresas e órgãos públicos, provocando seu mal-estar perante os demais componentes do grupo de discussão, entre eles representantes dos carvoeiros, quilombolas, pescadores, imprensa local, assentados rurais e movimento ambientalista local.

A problemática ambiental reconhecida reforçou a necessidade imediata de reativar o *Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente –COMDEMA*, outro espaço que permitirá a fiscalização dos grandes projetos agroindustriais no município de Conceição da Barra, bem como a exigência de reversão de seus impactos.

Considerações finais

“Aruê, Ticumbi,
 Aruê, Ticumbi,
 O que fez este povo de errado ?
 O que fez este povo de errado assim ?”¹⁶⁵

O que fez este povo de errado ? O que fez para vivenciar tantas perdas assim? Esta é uma história de perdas: perdeu-se a Vila Antiga para a areia vinda da restinga desmatada e transformada em duna; perdeu-se o *território* da Floresta Tropical para a majoritária monocultura do eucalipto e posteriormente para as áreas de reserva ambiental gerenciadas pelo Estado; perdeu-se a água superficial e subterrânea devido ao desmatamento da vegetação nativa e ao manejo da monocultura do eucalipto em larga escala; perdeu-se o alimento farto e a vida da roça; perdeu-se os medicamentos e as práticas comunais.

Implementadas num antigo território da fartura, estas perdas consolidam-se em escassez, contando com a forte atuação do Estado Brasileiro através da transformação das terras de uso comum em terras devolutas e sua posterior venda ao complexo celulósico, através da política de incentivos fiscais aos plantios, através da criação de estrutura administrativa e de um extenso arcabouço de legislações específicas de apoio e estímulo ao reflorestamento para a produção de celulose.

Desta forma, o Estado atua no fornecimento da estrutura necessária à implementação e consolidação de um macro projeto regido pela lógica capitalista sobre um território outrora gerido pela ética das comunidades *tradicionais*, *camponesas* ou *rústicas*, que utilizavam a terra e outros recursos naturais como o sustentáculo de sua vida cotidiana. As terras de uso comum foram forçadas a se transformar em propriedades privadas. O ambiente físico, diretamente vinculado à manutenção do modo de vida local, foi exaurido e esgotado pela nova lógica de produção.

No Extremo Norte do Espírito Santo, o projeto celulósico transformou a antiga e farta região da Floresta Tropical em uma zona “carente”, dentro da abrangência das políticas

¹⁶⁵ “Ticumbi”. *Baile de Congo do Ticumbi de Itaúnas*, janeiro/2001.

assistencialistas da SUDENE, como a distribuição de cestas básicas. Assim, os impactos provocados com a interferência e incentivo do Estado retornam a ele estampados na pobreza social e lhe pressionam por medidas, que na prática são paliativas e permanecem alimentando a situação de expropriação e dependência das comunidades locais.

As alterações negativas no meio natural produziram, também, a perda de grande biodiversidade e de banco genético, que atualmente compõem patrimônio natural de alto valor, inclusive monetário, que vem sendo visualizado e explorado pelas multinacionais farmacológicas na Floresta Amazônica. O discurso acerca da soberania do Estado brasileiro em relação à biodiversidade amazônica consolida-se, na prática, em sua absoluta liberdade na disponibilização de recursos naturais aos grandes projetos de exploração capitalista, tanto nacionais quanto internacionais.

No município de Conceição da Barra, a biodiversidade restante encontra-se, hoje, nos remanescentes da Floresta Tropical que foram transformados em áreas de Reserva Legal particulares e em Unidades de Conservação. Atualmente, são estas áreas que garantem uma relativa manutenção do equilíbrio ecossistêmico no médio e baixo cursos da bacia hidrográfica do rio Itaúnas. Entretanto, estas ações, inseridas na política preservacionista do Estado e incorporadas pelas empresas produtoras de celulose na construção e difusão de uma imagem “ecologicamente correta”, priorizam a imagem da natureza “guardada”, privatizada, intocada e afastada da sociedade humana, e não a natureza utilizada de forma sustentável, comunal e autônoma pelas comunidades.

Nesta visão, a preservação dos atributos ambientais só é possível se afastada da sociedade humana. Assim, privatizando o uso de grandes extensões de terras comunais, contribuindo com a destruição ambiental e negando o acesso comunal aos remanescentes de floresta, o Estado Brasileiro exerceu contribuição fundamental na destruição de valores e práticas que constituíam patrimônio cultural das comunidades locais e na imposição de um novo *modo de vida*, dependente do mercado de consumo urbano e industrial, distante da autonomia outrora existente. Como reação, a tradicional comunidade de Itaúnas mantém reticências em relação ao Estado e suas formas organizativas, que no caso estudado está estampada na difícil relação com o Parque Estadual de Itaúnas, principalmente por parte dos mais velhos.

Outra resistência ao modelo econômico implementado na região está concretizada territorialmente nos 5 assentamentos rurais do município de Conceição da Barra, que

apresenta uma alta concentração de terras ocupadas pela monocultura do eucalipto, seguida da cana-de-açúcar. Os assentamentos rurais re-inserem a figura do sitiante, não mais predominantemente extrativista, mas agricultor. O novo sujeito social do campo surge de movimentos de reconquista da terra e tem um perfil politicamente contestatório e reivindicador; portanto um histórico, práticas e perfil cultural diferenciados das comunidades “nativas” locais. É este sitiante que produz a maior quantidade de produtos agrícolas consumidos e vendidos no município, enquanto a maioria das comunidades tradicionais encontram-se despossuídas de suas terras, cercadas pelo eucalipto, trabalhando nas carvoarias. No caso de Itaúnas, há o diferencial do turismo em períodos sazonais, que hoje responde por parte da subsistência local e alimenta fortes expectativas da comunidade, traduzidas na proliferação de quatinhos de aluguel no fundo dos quintais.

Assim se configura esta história de perdas. Num curto intervalo de tempo de cerca de 30 anos, a implementação do projeto celulósico do Estado Brasileiro vem impondo profundas transformações na organização social, econômica e cultural das comunidades locais. Aqui se dá a desestruturação de seu modo de vida.

Este trabalho objetivou abrir espaço para a voz dos impactados, dando visibilidade a uma interpretação que vem contestar o discurso e imagem veiculados massivamente pelas empresas de celulose. Os relatos aqui expostos retratam um momento de um processo ainda em curso. Sua importância vem no sentido de registrar esta história e de acenar com possibilidades de questionamento dos modelos de desenvolvimento -não só celulósicos- do período militar.

É de fundamental importância que estas questões tenham espaço na Academia, colocando a produção do conhecimento para discutir as mazelas geradas pela lógica autoritária da acumulação de uns poucos e exclusão e expropriação da maioria de outros. Contudo, é mister que este instrumento de denúncia ecoe para além da Academia, alimentando a esperança acerca das possibilidades práticas de reversão dos impactos sofridos pelas comunidades extrativistas, quilombolas, camponesas, pelos povos indígenas e demais povos, nas muitas de suas lutas por uma vida digna.

Referenciais bibliográficos, cartográficos e fotográficos

AGUIAR, Maciel de. *Série História dos vencidos* – Cadernos 1 a 26. Centro Cultural Porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 1995-96.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “*Terras de preto, terras de santo, terras de índio – posse comunal e conflito*”. In: Revista *Humanidades* n.º15, ano IV, 1987/88: 42-48.

AMARAL, Maria Nazaré P. do. *Dilthey: um conceito de vida e uma Pedagogia*. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1987.

AMARO, Jefferson Penellas. *Análise do sistema de produção e das relações ambientais dos pequenos agricultores do entorno do Parque Estadual de Itaúnas*. Monografia em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Lavras, 1997.

ARACRUZ CELULOSE. *Jornal da Aracruz* n.º 76, ano 7, jun/99.
Manual do cultivo do eucalipto –Programa Fomento Florestal.
Relatório Anual 1998 – Balanço Social e Ambiental.

BARRET, Michèlle. “*Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci à Laclau e Mouffe*”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BECKER, Bertha K. “*O Norte do Espírito Santo– região periférica em transformação*”. In: *Revista Brasileira de Geografia* n.º 35 (4). Rio de Janeiro, 1973.

BRACELPA -Associação Brasileira de Celulose e Papel. *Relatório estatístico florestal 1998*.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante* (3.ª ed.). São Paulo, Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil – um estudo de suas diferentes formas*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, USP, 2000.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* (8.ª ed.). São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1998.

CARDOSO, Ruth C, L.(org.) *A aventura antropológica – teoria e pesquisa* (2.ª ed.). São Paulo, Paz e Terra, 1988.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. “*Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil*”. In: *Informa* n.º 67. São Paulo, AGB, 4.º trimestre/ 97.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia brasileira* (4.^a ed.). São Paulo, Nacional, 1980.

DALCOMUNI, Sônia Maria. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo*. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990.

Decreto-Lei Estadual n.º4.428, de 22.03.99.

Decreto-Lei Federal n.º 1.376, de 12.12.74.

Decreto-Lei Federal n.º 79.046, de 27.12.76.

DEPUTADO Cláudio Vereza. *Projeto de Decreto Legislativo n.º62/99*. Vitória, Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 26.03.99.

DEPUTADO Nasser Youssef. *Projeto de Lei n.º252/2001*. Vitória, maio/2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Coleção Ensaios n.º 94. São Paulo, Ática, 1983.

O mito moderno da natureza intocada (2.^a ed.). São Paulo, Hucitec, 1998.

DILTHEY, Wilhem. *Introducción a las ciencias del espíritu*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1978.

FASE-Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional. Hemeroteca -Artigos sobre a implantação da eucaliptocultura no Espírito Santo.

Correspondências com a SCS, a respeito do processo de certificação da Aracruz Celulose.

Projeto Carvoeiro Cidadão – um pacto norte-capixaba de economia solidária. Vitória, 1998.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Acervo fotográfico*.

FONSECA, Hermógenes Lima da. *A Vila de Itaúnas – a vila que foi soterrada*. Folhetos de Memória Popular n.º 1. Conceição da Barra-ES, Edições Cricaré, 1980.

FSC -Forest Stewardship Council /Grupo de Trabalho de Plantações Florestais- Brasil. *Padrões de certificação do FSC para o manejo florestal em plantações florestais no Brasil (Versão: Documento 5.0)*. Brasil, junho/ 1999 (mimeo).

FURLAN, Sueli Ângelo. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental*. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2000.

GOLDENSTEIN, Léa. *Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio – uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose*. Tese de Livre-Docência em Geografia, USP, 1975.

GONTIJO, Bernardo Machado. “*Implicações do plantio generalizado de Eucaliptus no empobrecimento social e da biodiversidade do Alto/Médio Jequitinhonha-MG*”. *Boletim Paulista de Geografia* n.º 77. São Paulo, AGB, abril/2001.

GRAZIANO da SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo, Unicamp, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói-RJ, Eduff, 1997.

IBGE. *Carta Topográfica – Folha São Mateus*- Escala 1:100.000. Vitória, 1979.
Censos Agropecuários 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96– Município de Conceição da Barra.

IJSN –Instituto de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento. *Dados municipais de Conceição da Barra*. Vitória, 1999.

IPES –Instituto de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento. *Fundamentos para discussão do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas – Relatório preliminar*. Vitória, fevereiro/2001.

IMAFLOTA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. *Introdução à certificação florestal*. Piracicaba-SP, 05.02.96.

ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. *Foto aérea* n.º 7451 – Escala Aproximada 1:5.000. Vitória, 02.01.71.

Jornal *A Gazeta*. Vitória, 24.06.99, 02.01.00, 03.09.00.

Jornal *Posição* n.º23. Vitória, 29.10.77 (Hemeroteca FASE).

JUSTIÇA FEDERAL. *Ação Civil Pública*. Processo n.º 930004033-2, 5.^a Vara, 08.11.93.

LA BLACHE, Paul Vidal de. “*Les Genres de la Vie en Geographie Humaine –I°. Article*”. In: *Annales de Geographie* n.º. 111, ano XX, 15.05.1911.

LEPSCH, I. F. *Solos – formação e conservação*. São Paulo, Melhoramentos, Coleção Prisma, 1982.

LIMA, Walter de Paula. *O impacto ambiental do eucalipto*. São Paulo, Edusp, 1996.

LYRA, Maria Bernadete Cunha de. *O jogo cultural do Ticumbi*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, UFRJ, 1981.

MADRUGA, Ana Glória Cornélio. *Mudança de vento: redistribuição das funções no espaço de uma comunidade pesqueira em Lucena-Paraíba*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP, 1985.

MAGALDI, Sérgio. *Ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade econômica: o cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose/ papel*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP, 1991.

MAPLAN. *Levantamento Aerofotográfico* - Escala 1:8.000. Vitória, 06.03.1997.

MARTINS, José de Sousa (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *La ideologia alemana* (5.ª ed.). Montevideu/Barcelona, Ed. Pueblos Unidos/ Ed. Grijalbo, 1974.

MAXIMILIANO, Prinz von Wied (1782-1867). *Viagem ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil (2.ª série) vol. 156. São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1989.

MEDEIROS, Rogério. “Ciclo da peroba inicia o desbravamento do Norte”. In: *Jornal A Gazeta*. Vitória, 11.07.99.

Ruschi – o agitador ecológico. Rio de Janeiro, Record, 1995.

SÉNÉCAL, G. “Aspects de l’imaginaire spatial”. In: *Annales de Géographie* n.º563, jan/fev 1992, pp.28-45.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

SISEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Projeto de Lei Estadual (mimeo).

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho/ 2000 (mimeo).

SUDENE. *Carta Topográfica –Folha Mucuri* – Escala 1:100.000. Recife, 1977.

SUDENE/ PNUD. *Programa regional de desenvolvimento local sustentável - Diagnóstico participativo – Conceição da Barra/ES*. Conceição da Barra, maio/ 2001.

TICUMBI DE ITAÚNAS. *Baile de Congo de São Benedito*. Conceição da Barra, janeiro/ 2001.

TICUMBI DO BONGADO. *Baile de Congo de São Benedito*. Conceição da Barra, janeiro/ 2001.

UFES – Departamento de Geografia – Laboratório de Cartografia. *Bacia do rio Itaúnas - Uso da terra*. Escala 1:100.000. Vitória, 2001.

VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. Enciclopédia aberta de Ciências Sociais v.5. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo, Global Editora, 1984.

WOORTMANN, Klaas A.A.W. “*Com parente não se neguceia*”: *o campesinato como ordem moral*” (mimeo). UnB, Instituto de Ciências Humanas, Depto. Antropologia – Série Antropologia n.º 69, s/d.

WÜST, Irmhild. “*Catálogo do material arqueológico*”. In: *Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas*. Brasília, Simbios, 2000.



Rua Projetada, s/nº - Vila de Itaúnas - Conceição da Barra - ES - (27) 3762.5252
versolivre@terra.com.br